



UFRRJ
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE (PPGPACS)

DISSERTAÇÃO

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:

**Buscando a ressignificação do Museu Municipal de Serranópolis do
Iguaçu (PR) com a comunidade e a trajetória histórica do município**

Rosângela Daiana dos Santos

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE (PPGPACS)

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:

**Buscando a resignificação do Museu Municipal de Serranópolis do
Iguaçu (PR) com a comunidade e a trajetória histórica do município**

ROSÂNGELA DAIANA DOS SANTOS

Sob a Orientador do Professor

Dr. Marcos José de Araújo Caldas

e Coorientação da Professora

Dr^a Sílvia Alves Peixoto

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade**, no curso de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade. Área de Concentração: Patrimônio Cultural: Memória e Sociedade.

Nova Iguaçu, RJ

Dezembro de 2022

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) Finance Code 001.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237 e SANTOS, Rosângela Daiana dos, 1994-
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Buscando a ressignificação
do Museu Municipal de Serranópolis do Iguaçu (PR) com a
comunidade e a trajetória histórica do município /
Rosângela Daiana dos SANTOS. - Nova Iguaçu - RJ, 2022.
163 f.: il.

Orientador: Marcos José de Araújo Caldas.
Coorientadora: Sílvia Alves Peixoto.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em
Patrimônio, Cultura e Sociedade, 2022.

1. Museu Municipal de Serranópolis do Iguaçu -
Paraná. 2. Educação Patrimonial. 3. Memória. I. Caldas,
Marcos José de Araújo, 1969-, orient. II. Peixoto,
Sílvia Alves, -, coorient. III Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em
Patrimônio, Cultura e Sociedade. IV. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA, SOCIEDADE

ROSÂNGELA DAIANA DOS SANTOS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre Patrimônio, Cultura e Sociedade**, no Curso de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura, Sociedade, área de Concentração em Patrimônio Cultural: Memória e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28/12/2022

BANCA EXAMINADORA

(Assinado digitalmente em 10/01/2023 16:57) (Assinado digitalmente em 11/01/2023 17:14)
FABIO PEREIRA CERDERA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptAR (12.28.01.00.00.81)
Matrícula: 1357817

MARCOS JOSE DE ARAUJO CALDAS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Depth/IM (12.28.01.00.00.88)
Matrícula: 1533038

(Assinado digitalmente em 07/02/2023 08:51) (Assinado digitalmente em 11/01/2023 00:06)
LUIS JORGE RODRIGUES GONÇALVES
ASSINANTE EXTERNO
Passaporte: CA321930

ROSANGELA DAIANA DOS SANTOS
DISCENTE
Matrícula: 20201001592

(Assinado digitalmente em 11/01/2023 15:12)
CILCAIR LIMA DE ANDRADE CARVALHO RAMOS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 004.471.217-07

Dedico este trabalho à minha filha Lavínia, o presente mais lindo de amor que o universo me deu. Aos meus pais, Nilton e Terezinha, que inspiraram o tema desta pesquisa. Ao Marcos, meu companheiro, cujo apoio constante e motivação foram essenciais. Agradeço a todos pela paciência durante os momentos em que estive totalmente dedicada a este trabalho. Vocês são a razão pela qual isso se tornou possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas, familiares e amigos, que colaboraram e me auxiliaram para que esta pesquisa se concretizasse e pelo suporte em tempos difíceis. Minha eterna gratidão a todo apoio recebido!

Ao Programa de Pós-graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, por terem escolhido meu projeto de pesquisa e dado a oportunidade para que este sonho se concretizasse. Aos professores e colegas de mestrado pelo conhecimento compartilhado e enriquecimento coletivo e pessoal.

À Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo fomento e incentivo a ciência e a pesquisa.

A todo o corpo docente do PPGPACS: especialmente para meu orientador Professor Dr. Marcos José de Araújo Caldas, por toda compreensão, apoio e incentivo. E um agradecimento em especial para a coorientadora Professora Dr^a Sílvia Alves Peixoto, por toda a dedicação e disposição ao longo do processo de realização da dissertação e todo conhecimento compartilhado. Muito obrigada!

Estendo meus agradecimentos aos professores que desempenharam papel de membros das bancas de qualificação e de Defesa: o Prof^o Dr. Fábio Cerdera, a Prof^a Dr^a. Cilcair Lima de Andrade Carvalho Ramos, e ao Prof^o Dr. Luis Jorge Rodrigues Gonçalves, dispondo de seu tempo, conhecimento, e que muito contribuíram para a conclusão deste trabalho.

Agradeço a todas as pessoas que de alguma forma me ajudaram e me apoiaram ao longo deste processo tão importante para minha formação.

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro.
(FREIRE, 1997, p. 90)

RESUMO

SANTOS, Rosângela Daiana dos. **Educação Patrimonial: Buscando a ressignificação do Museu Municipal de Serranópolis do Iguaçu (PR) com a comunidade e a trajetória histórica do município.** 2022. 170p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio, Cultura e Sociedade). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2022.

Nesta pesquisa tivemos como objetivo resgatar e valorizar o patrimônio histórico brasileiro pensando estratégias para o uso público do Museu Municipal de Serranópolis do Iguaçu, no Paraná, analisando questões que envolvem a cultura dos objetos que estão presentes em seu acervo e suas relações simbólicas com a comunidade. Realizamos um apanhado histórico sobre o município e uma coleta de dados sobre a participação da comunidade em episódios históricos por meio de formulário *on-line*, onde procuramos descrever a criação do Museu Municipal, enfocados nas informações, comparando a diversidade de pensamentos e comentários sobre um mesmo episódio, possibilitando as diferentes versões sobre a história através da memória e da identidade social. Debruçamo-nos sobre elementos das políticas públicas nacional e do Estado do Paraná, para expor a preservação do patrimônio cultural e das ações museais voltadas para salvaguarda dos bens materiais e imateriais nacionais/regionais. Além de apresentar as questões metodológicas que abarcam os aspectos da Educação Patrimonial, propondo o diálogo com os conceitos de memória e identidade, principalmente junto ao museu local, levantando questões relativas à conservação, preservação e divulgação dos dados, de modo que a comunidade se aproprie da riqueza histórica que os envolve.

Palavras-chave: Museu Municipal de Serranópolis do Iguaçu – PR. Educação Patrimonial. Memória.

ABSTRACT

SANTOS, Rosângela Daiana dos. **Heritage Education: Seeking to re-signify the Municipal Museum of Serranópolis do Iguaçu (Paraná- Brazil) with the community and the historical trajectory of the municipality.** 2022. 170p. Dissertation (Master in Patrimônio, Cultura e Sociedade. Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2022.

In this research, we aim to rescue and value the Brazilian historical heritage by thinking about strategies for the public use of the Municipal Museum of Serranópolis do Iguaçu, in Paraná-Brazil, analyzing issues that involve the culture of the objects that are present in its collection and its symbolic relations with the community. We will carry out a historical overview of the municipality and a collection of data on the community's participation in historical episodes that will take place through an online form, where we try to describe the creation of the Municipal Museum, focused on the information, comparing the diversity of thoughts and comments on the same episode, enabling different versions of history through memory and social identity. We proceeded from elements on national public policies and the state of Paraná, to expose the preservation of cultural heritage and museum actions aimed at safeguarding national / regional material and immaterial goods. In addition to presenting the methodological issues that cover aspects of Heritage Education, proposing a dialogue with the concepts of memory and identity, especially with the local museum, raising questions related to the conservation, preservation, and dissemination of data, so that the community appropriates of the historical richness that surround them.

Keywords: Municipal Museum of Serranópolis do Iguaçu – Paraná-Brazil. Heritage Education. Memory.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABHO – Associação Brasileira de História Oral
AIPOPEC – Associação de Integração Comunitária Pró-Estrada do Colono
CBM – Cadastro Brasileiro de Museus
CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural
CNSA-IPHAN - Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
COREM – Conselho Regional de Museologia
COSEM – Coordenação do Sistema Estadual de Museus do Paraná
CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DER – Departamento de Estradas e Rodagens
DER-PR – Departamento de Estradas e Rodagens do Paraná
DGTC – Departamento de Geografia, Terras e Colonização
FNM – Fórum Nacional de Museus
Funarte – Fundação Nacional de Artes
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus
ICOM - Conselho Internacional de Museus
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAR – Museu de Arte do Rio
MHN – Museu Histórico Nacional
MG – Minas Gerais
MinC – Ministério da Cultura
MS – Mato Grosso do Sul
OMS – Organização Mundial de Saúde
PA – Pará
PNEM – Política Nacional de Educação Museal
PNM – Política Nacional de Museus
PNPI – Programa Nacional do Patrimônio Imaterial

PNSM – Plano Nacional Setorial de Museus
RPC – Rede Paranaense de Comunicações
PR – Paraná
RS – Rio Grande do Sul
SBM – Sistema Brasileiro de Museus
SC – Santa Catarina
SE – Sergipe
SECC – Secretaria da Comunicação Social e da Cultura
SEEC – Secretaria de Estado e Cultura
SEM-PR – Sistema Estadual de Museus
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
SPI – Serviço de Proteção aos Índios
STJ – Superior Tribunal de Justiça
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – Casa de descendentes de alemães

Imagem 02 – Estátua em memória aos colonos que participaram da Revolta de 61

Imagem 03 – Manifestação no município de Capanema

Imagem 04 – Contingente policial para o fechamento da Estrada

Imagem 05 – Realidade do acervo do museu

Imagem 06 – Visão geral de como o acervo se encontra

Imagem 07 – Coleção de materiais Líticos presentes no museu

Imagem 08 – Objetos que se remetem a colonização do município

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ E OS CONFLITOS HISTÓRICOS NO MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU	22
1.1 História da Colonização da Região Oeste do Paraná	23
1.1.1 Presença indígena na Região Oeste do Paraná	27
1.2 Colonização do município de Serranópolis do Iguaçu (PR)	31
1.3 Conflitos Agrários e a Revolta de 1961	38
1.4 Conflitos gerados em defesa da Estrada do Colono	45
CAPÍTULO 2 – O MUSEU MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU	51
2.1 Políticas Públicas Nacionais para a manutenção dos Museus	63
2.2 Políticas Públicas Museológicas do Estado do Paraná	70
2.3 Acervos de Museus: Documentação, Discussões e Análises	73
2.4 Memória política - ausências, silêncios e esquecimentos	85
CAPÍTULO 3 – EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ACERVOS: O CASO DO MUSEU DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU (PR)	90
3.1 O Patrimônio cultural e a Educação	94
3.2 Políticas Patrimoniais	101
3.3 Educação Patrimonial: teoria e prática	105
CAPÍTULO 4 – REMEMORAÇÃO DO PASSADO	110
4.1 Ressignificação do Museu para a comunidade	114
4.2 Uso social do Museu	118
4.2.1 Uso Social do Museu - o caso do de Serranópolis do Iguaçu/PR	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128
ANEXOS	
1. Mapeamento dos sítios arqueológicos de materiais líticos no Oeste do Paraná	139
2. (Des)colonizando o Iguaçu: trajetória reversa da ocupação do território do Oeste do Paraná	144
3. Formulário de Entrevista	161

INTRODUÇÃO

O município de Serranópolis do Iguaçu está localizado na Região Oeste do Paraná, fronteiro ao Parque Nacional do Iguaçu e a cerca de 70km do marco das três fronteiras de Foz do Iguaçu (Argentina, Paraguai e Brasil)¹. Hoje, esta região é considerada estratégica para produção e escoamento agrícola de grãos (soja e milho), hortifrutigranjeiros, pecuária, congelados e alimentos industrializados em geral.

O intuito da presente pesquisa foi resgatar e valorizar o patrimônio histórico brasileiro por meio da revitalização do Museu Municipal de Serranópolis do Iguaçu, analisando questões que envolvem a cultura dos objetos que estão em seu acervo e suas relações simbólicas com a comunidade.

O acervo material do museu conta com utensílios utilizados por grupos de colonizadores migrantes, formados basicamente por famílias alemãs e italianas oriundas dos Estados de Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS), principalmente a partir da década de 1950. Contudo, uma especificidade do acervo é uma coleção de materiais líticos que chama a atenção e, por isso, conduziu às primeiras indagações que nortearam este trabalho.

Partindo do princípio de que os líticos foram utilizados, muito provavelmente, como ferramentas por grupos indígenas no passado, como tais itens foram parar no Museu de Serranópolis do Iguaçu? Inicialmente, do ponto de vista prático e superficial, esta foi uma pergunta simples de responder, pois eles foram encontrados em propriedades rurais no interior do município, enquanto a terra era preparada para o cultivo. Contudo, havia a necessidade de aprofundar o questionamento e entender o contexto de origem desses objetos líticos.

Ainda que não tenham passado por uma análise arqueológica mais acurada, deve-se dar a eles o devido destaque, pois provavelmente esses objetos foram confeccionados por grupos pré-coloniais que habitavam essa região, o que é notável no que diz respeito à história dos povos nativos e, pode, eventualmente, conduzir à descoberta de algum sítio arqueológico. Embora não tenha sido o escopo da presente pesquisa, faz-se necessário mencionar estes

¹25° 22' 03"S 54° 03' 08"W
[https://earth.google.com/web/search/Serran%3b3polis+do+Igua%3a7u,+PR/@-25.44188728,-54.04450651,270.96862052a,261.25460876d,35y,1.96354249h,0t,0r/data=CigiJgokCYZVCpW-hDRAEYNVCpW-hDTAGRh0RSG3N\]\[_4_Ien33fOVElnA](https://earth.google.com/web/search/Serran%3b3polis+do+Igua%3a7u,+PR/@-25.44188728,-54.04450651,270.96862052a,261.25460876d,35y,1.96354249h,0t,0r/data=CigiJgokCYZVCpW-hDRAEYNVCpW-hDTAGRh0RSG3N][_4_Ien33fOVElnA), Acesso em: 09 dez. 2022.



elementos como objetos de investigação futura, estimulando novos pesquisadores na temática e valorizando os aspectos patrimoniais do município de Serranópolis do Iguaçu.

Pensar o Museu Municipal foi o ponto de partida para a realização de reflexões acerca de questões que envolvem a história de vida dos objetos que estão presentes em seu acervo, considerando as relações simbólicas com a comunidade que o detém e buscando promover, em última instância, o registro e a preservação da história do município de Serranópolis do Iguaçu.

Nesse sentido, foi realizado um levantamento histórico sobre o município e uma coleta de dados sobre a participação da comunidade em episódios históricos que marcaram a memória do grupo social. Os relatos foram colhidos através de um formulário *on-line* (Ver Anexo 3), no qual procurou-se analisar a criação do Museu Municipal, com o objetivo de observar as informações, comparar a diversidade de pensamentos e comentários sobre um mesmo episódio, possibilitando as diferentes versões sobre a história através da memória e da identidade social local.

Com a formação inicial de historiadora, tratamos de alavancar alguns pontos relacionados à história da região e do município de Serranópolis do Iguaçu, discutindo aspectos historiográficos, culturais e sobre a memória da comunidade que foram coletados através das entrevistas, de acordo com as metodologias da história oral.

Trata-se de um trabalho que extrapola as barreiras acadêmicas e liga-se ao sentimento de pertencimento ao município, sendo, também, filha de migrantes e moradores de Serranópolis do Iguaçu. O pai, quando criança, migrou do município de Santa Rosa (RS), no ano de 1960, e permanece morando na mesma propriedade, e a família da mãe, por sua vez, migrou de São Miguel d'Oeste (SC), no mesmo ano.

Inicialmente, o objetivo desta pesquisa consistia em tentar compreender a história envolvida na constituição do acervo de instrumentos líticos, porém, com o seu desenvolvimento, fez-se necessário analisar aspectos sobre a história regional, municipal e a relação da comunidade com a formação do museu.

A pesquisa foi norteadada pelas perspectivas do Ofício do Historiador proposto por Marc Bloch (2001), para o qual investigar não só a prática do trabalho do historiador, mas também refletir sobre o conceito de passado e suas dimensões históricas e sociais. O referido autor, em suas análises, transforma o presente vivo em uma reflexão histórica, além de acreditar que a história precisa dialogar com as outras ciências humanas e sociais.

Destarte, Bloch apresenta que “o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa” (BLOCH, 2001, p. 75). Dentro do contexto dessa pesquisa, é exatamente o que se busca: a compressão de que cada fato social necessita de uma tentativa para manter vivas as memórias e os discursos dos colonizadores, da comunidade de Serranópolis do Iguaçu.

Em uma perspectiva analítica, a estruturação desse texto se organiza, primeiramente, na abordagem histórica da colonização do extremo Oeste do Paraná, observando a ocupação da região, os pioneiros que viabilizaram a constituição dos distritos e dos municípios que englobam a face norte do Parque Nacional do Iguaçu, analisando a Revolta de 1961 e os conflitos em defesa da Estrada do Colono, de modo a percorrer a trajetória histórica que culminou na criação do Museu Municipal de Serranópolis do Iguaçu.

O segundo capítulo se dedica ao processo de construção do Museu Municipal, considerando os aspectos legais, as movimentações políticas que envolvem a memória do museu, a escolha do nome que o identifica, a relação institucional e a participação popular na constituição do acervo. Segue-se uma análise das políticas públicas de museus no âmbito nacional e do Estado do Paraná, pensando na função social dos museus e nas composições de seus acervos, além das discussões que envolvem as documentações. E, por fim, procurou-se promover um diálogo com a comunidade na tentativa de resgatar a memória dos colonos e a valorização dos bens materiais e imateriais que compõem a história da região.

A constituição do terceiro capítulo está voltada para a análise de questões metodológicas que abarcam os aspectos da Educação Patrimonial, propondo o diálogo com os conceitos de memória e identidade, principalmente junto ao museu local, levantando questões relativas à conservação, preservação e divulgação dos dados e informações, de modo que a comunidade se sinta pertencente à história que os envolvem.

A escolha pelo viés da Educação Patrimonial deu-se pela compreensão de que é através da memória e identidade, principalmente junto ao museu local, que se estabelece o processo que preza pela construção coletiva de conhecimentos. Assim, a Educação Patrimonial deve acontecer a partir dos bens culturais, possibilitando a construção de novos conhecimentos sobre cultura, articulando com a história e a memória locais e, com isso, possibilitando o sentimento de pertencimento.

De uma forma geral, esta pesquisa se apresenta através do estudo de questões que envolvem a memória e a identidade da comunidade junto ao museu local, e sua inserção na

área de Educação Patrimonial, perpassando a ideia de construção coletiva dos saberes, pertencimento e valorização da cultura e riqueza histórica local.

A quarta parte, por fim, verifica as construções de memórias e identidades através da sistematização das entrevistas com colaboradores voluntários que participaram da conformação do museu, bem como com sujeitos coletivos que compõem redes de conhecimentos, suas visões sobre a importância do museu e a significância que os objetos presentes na instituição têm para sua identidade. O objetivo central desse momento do trabalho foi o de recuperar, de forma construtiva, informações que ajudassem a entender como a comunidade vê a narrativa do museu, e, a partir disso, construir um memorial sobre o museu, resgatando a relevância de contribuições à identidade e à memória da comunidade.

Delineou-se como objetivo principal a reestruturação do Museu Municipal, mantendo um diálogo com a comunidade, que participou de uma série de entrevistas sistematizadas com sujeitos sociais sobre o expressivo valor simbólico do museu, para buscar entender os motivos da instituição ter sido abandonada. Desse diálogo, tentou-se promover a apropriação dos sentidos à comunidade, através da Educação Patrimonial, visando integrar os cidadãos principalmente aos objetos pré-coloniais presentes na instituição. Nesse sentido, uma questão relevante da pesquisa foi analisar como a presença indígena neste território impactou na história da comunidade, e como essas histórias dialogam entre si, com o intuito de fomentar o reconhecimento social do acervo depositado no museu.

Deve-se salientar que o desenvolvimento das entrevistas com colaboradores voluntários, para analisar a conformação do museu, teve como embasamento teórico-metodológico a História Oral, pela qual esperava-se recuperar de forma construtiva, através da memória dos informantes/entrevistados, relatos que ajudassem a construir o memorial em relação à construção daquele espaço museal, resgatando a contribuição, de cada pessoa, para realização do projeto e documentando a colaboração dos envolvidos.

Optou-se por ter como base as pesquisas e metodologias elaboradas pelos colaboradores da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), criada em 1994, e que vem reunindo em encontros regionais e nacionais com membros de todas as regiões do Brasil e estimulando o debate e divulgação destes dados, utilizando-se a história oral como metodologia de pesquisa, revisitando testemunhos em relação a acontecimentos históricos marcados por episódios conflituosos.

Neste sentido, houve a escolha das “Orientações sobre Ética em Pesquisa em Ambientes Virtuais”, elaborado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Escola Nacional de

Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz, como norte, a partir de uma demanda de pesquisas realizadas em ambientes virtuais e/ou utilizando ferramentas digitais, que surgiu através da pandemia da Covid-19, em 2020.

Em suma, os procedimentos e métodos utilizados no decorrer da pesquisa, caracterizaram-se por entrevistas direcionadas através da Plataforma do *Google Forms*, como estratégia para alcançar um número maior de participantes e levando em consideração o distanciamento social ocasionado pela Pandemia de Covid-19. Optamos por manter a identidade dos entrevistados no anonimato, permitindo que os colaboradores se sentissem mais à vontade para contar suas histórias.

Referenciando a memória de uma pessoa em relação à memória de um grupo, segundo Ecléa Bosi, “a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão, enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo” (BOSI, 1979, p. 17).

Pensando no aspecto teórico-metodológico, foram selecionados alguns trabalhos importantes para abordar as questões sobre a história do Oeste do Paraná, construção do processo identitário, migração e memórias da colonização, e conflitos pelas terras, dos quais destacam-se autores como Liliane Freitag (2007), Neiva Maccari (1999), Romário Martins (1995), Angelo Priori (2012), Antonio Myskiw (2002) e entre outros.

Salienta-se, também, a pesquisa realizada por Andrade (2017) e Colombo (2013), que analisaram as experiências de luta pela terra de pequenos posseiros envolvidos no conflito na Gleba Silva Jardim, em 1961, no município de Serranópolis do Iguaçu. Os autores ainda investigaram a construção de uma identidade social que se deu através das vivências dos pequenos posseiros nas disputas pela terra e elaboraram narrativas acerca de tais confrontos ocorridos no processo de ocupação, colonização e expansão da propriedade privada da terra, bem como as suas trajetórias de vida, e, assim, constituindo uma identidade social.

Em relação à história dos povos indígenas que habitavam a Região Oeste do Paraná no período da colonização por imigrantes; questões que envolvem a região de fronteira; memória indígena e disputas pela terra, foram escolhidos autores como Sarah Ribeiro (2007), Paulo Borges (2011) e Teresa Masuzaki (2015), além de pesquisas realizadas pela autora durante sua graduação enquanto bolsista do Projeto de Extensão “Memória Indígena e reparações pedagógicas na região de fronteira”, bem como pesquisas realizadas posteriormente (BRIGHENTI; SANTOS, 2017).

Para a abordagem da Educação Patrimonial, além das diretrizes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), foi utilizado o Guia Básico, de 1999, de Horta, e publicações mais recentes, como as de Sandra Pelegrini (2006), Eiterer e Pereira (2016) e Freinet (1975), que tratam de conceitos e aplicações das metodologias, a fim de se ter uma base conceitual que possibilite desenvolver um papel formativo histórico e cultural, com a Educação Patrimonial como uma ferramenta de inclusão social dos alunos nos espaços em que se sentem pertencentes.

Autores que discutem a questão da identidade nacional dentro dos projetos políticos voltados para o Patrimônio Cultural, como Sandra Pelegrini (2007) e Pedro Paulo Funari (2001), também foram usados.

Neste sentido, destaca-se a dissertação de Santos (2017), que analisa aspectos do patrimônio cultural e da história local, pensando na Educação Patrimonial como uma estratégia de reconhecimento e fortalecimento do sentimento de pertença à cidade de Contagem (MG). Para tanto, utilizou o Museu Histórico e os territórios do município como recursos educativos para o conhecimento da cidade, possibilitando direcionar os estudantes das escolas a conhecer a história local pelo viés do patrimônio cultural e motivando a ressignificarem a relação da identidade com a cidade.

Para discutir os processos de identidade cultural de um grupo, pensando na história que o museu quer contar, a referência foi o livro de Denys Cuche, sobre a noção de cultura nas ciências sociais (2002), que aborda questões que envolvem a noção de cultura, explicando como o conceito remete aos modos de vida e de pensamento naturalizados ao comportamento humano. Neste aspecto, Cuche desenvolveu pesquisas sobre o conceito de “aculturação”, ultrapassando as ideias preconcebidas sobre as propriedades da cultura e renovando a abordagem sobre este conceito.

Antônio Gilberto Ramos Nogueira (2008) considera a gênese da noção de patrimônio histórico e artístico nacional como atrelada à ideia de nação e formação do Estado Nacional e, dessa maneira, ressalta o “sentimento de pertencimento que enuncia a ideia de nação, a comunidade imaginada, que na acepção de Benedict Anderson (1989), ganharia materialidade sob a mediação do patrimônio histórico e dos valores a ele atribuídos” (2008, p. 239), que podem ser localizados no tempo e no espaço.

A reestruturação do Museu representa a permanência e ressignificação da história e da memória em relação à colonização da região e aos processos que marcaram a vida dos moradores do município. Neste aspecto, cabe invocar Pierre Nora (2012), e sua análise dos

lugares em que a memória se cristaliza, se refugia e que está diretamente ligada a um momento particular da nossa história.

Cilcair Andrade (2019), apresentando os resultados do trabalho que desenvolveu em sete projetos de Educação Patrimonial, entre 2009 e 2018, elaborados no âmbito do licenciamento ambiental, a autora referencia Florêncio et al. (2014), ao definir a Educação Patrimonial como

processos educativos que destacam o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, com o objetivo de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. (FLORÊNCIO, 2014, p. 241)

Andrade (2019) salienta questões relevantes à Educação Patrimonial e advoga que os processos educativos devem priorizar a construção coletiva e democrática do conhecimento através do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e da participação das comunidades.

Outro ponto de reflexão foi a utilização de elementos propostos por Silva (2019), que desenvolve o projeto de um museu comunitário, pensando na valorização da história e cultura da Ilha Mem de Sá (SE). Esse tipo de abordagem ajuda a pensar o museu a partir de sua potencialidade turística para a comunidade, desenvolvendo um plano museológico para se trabalhar com uma perspectiva comunitária que acaba se tornando um papel decisivo para a reafirmação dos discursos e significados históricos e culturais de um grupo.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ E OS CONFLITOS HISTÓRICOS NO MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU

CAPÍTULO I

HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ E OS CONFLITOS HISTÓRICOS NO MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU

Apresenta-se neste capítulo a trajetória histórica da Região Oeste do Paraná, abordando os aspectos políticos do programa Marcha para o Oeste, o processo de ampliação das fronteiras agrícolas com o objetivo de proteger as fronteiras nacionais. Para tal, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental da região, identificando os principais elementos que tornaram possível a constituição do Museu Municipal de Serranópolis do Iguaçu. Para uma melhor compreensão, inicialmente, seguem aspectos da história da Região Oeste do Paraná, que inclui o processo de extração da erva-mate, edificação de madeiras e a colonização promovida pela implantação das empresas colonizadoras.

Cabe aqui enfatizar os conflitos agrários que ocorreram na década de 1960 e os conflitos gerados em defesa da Estrada do Colono a partir da década de 1980 até os anos 2000, colocando em evidência a união e organização dos munícipes na luta em prol de seus objetivos.

1.1 História da Colonização da Região Oeste do Paraná

A Região Oeste do Paraná, compreendida pelas microrregiões² pertencentes aos municípios de Toledo, Foz do Iguaçu e Cascavel, tem sua história de ocupação moderna muito recente. A ocupação ocorreu principalmente durante o século XX, por colonizadores migrantes que habitavam os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e que eram descendentes de alemães e italianos (COLOMBO, 2013).

As primeiras intervenções na região se iniciaram pelo brasileiro Pedro Martins da Silva, o espanhol Manuel González e os irmãos Goycochéa, que exploraram a região com a produção da erva-mate. Anos depois, na intenção de fixar as fronteiras nacionais – Brasil, Argentina e Paraguai –, surgiu a Colônia Militar do Iguaçu, que alcançou a condição de vila

² De acordo com a Constituição brasileira de 1988, as microrregiões geográficas, são agrupamentos de municípios limítrofes, que tem por finalidade a organização para atuação do planejamento e executar funções públicas de interesse em comum. Microrregiões Geográficas, Estado do Paraná. Disponível em: <http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=470&evento=8#:~:text=Microrregi%C3%A3o%20C3%A9%2C%20de%20acordo%20com,definidas%20por%20lei%20complementar%20estadual.> Acesso em: 06 dez. 2022.

em 1910, ascendendo a município em 1914 e, posteriormente, sendo denominado Foz do Iguaçu no ano de 1918 (GREGORY, 2002).

O historiador Ângelo Priori explica que este território se emancipou no ano de 1853 e passou a se chamar Província do Paraná, dando espaço para acolher imigrantes europeus, porém, anteriormente essa região, que já teria sido “ocupada por indígenas, espanhóis, pertenceu a Capitania de São Paulo, formou o Território do Iguaçu” (PRIORI, 2012, p. 75). Em suma, o autor define que a ocupação da Região Oeste se deu a partir de quatro etapas:

A primeira, e mais antiga, decorre da ocupação pelos índios que se espalhavam também por todo o território do continente sul-americano. A presença desses grupos indígenas, como Xetá, Kaingang e Guarani, foi notada no processo mais recente da colonização, fazendo com que essa população fosse mais uma vez reprimida. A segunda fase corresponde à atuação e presença dos padres jesuítas espanhóis que desenvolveram várias reduções (missões) pelo território. Esses aldeamentos indígenas, apesar de destruídos na primeira metade do século XVII pelos bandeirantes paulistas, conservaram forte a presença espanhola na região. A terceira etapa data o período entre 1881 e 1930, que corresponde a introdução do sistema *Obrages*, entre Foz do Iguaçu e Guaíra, cujo objetivo principal era a exploração extrativista da erva-mate e da madeira. Por último, a quarta fase ou a etapa recente aconteceu principalmente pela atuação das empresas colonizadoras que efetivaram a colonização moderna no Oeste paranaense. (PRIORI, 2012, p. 75-76)

O que é tomado por base nesse trabalho é a última fase, que ficou definida com a chegada dos migrantes dos outros estados da região sul e era formada basicamente por imigrantes descendentes de alemães e italianos, e que procuravam se instalar principalmente em pequenas propriedades rurais, seguindo o mesmo modelo de ocupação que já vinha sendo realizada em outros estados no sul do país.

Este processo migratório foi intensificado com a Marcha para o Oeste, a partir da década de 1930, quando o então presidente Getúlio Vargas promoveu ações de governo através de uma política pública voltada para a ocupação de espaços de terras e áreas de fronteiras que estavam sendo esquecidas pela população, considerada região quase despovoada.

O desenvolvimento da região se deu com a ocupação das terras por famílias de origens distintas, em sua maioria italianas e alemãs, que buscavam por regiões férteis, tornando possível a expansão das fronteiras agrícolas, fortemente impulsionadas pela Marcha para o Oeste – política pública do Estado Novo (Era Vargas), que procurava desenvolver e integrar as regiões do Centro-Oeste e Norte do Brasil – e que orientou a atuação de ministérios e órgãos públicos, dentre eles o Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

A busca pelo desenvolvimento do país ocasionou a ocupação e colonização da Região Oeste do Paraná, local conhecido como sertão, como terra despovoada, desconsiderando totalmente as comunidades indígenas que habitavam a região, conforme explica Priori: “ignorando as populações tradicionais que residiam nestes locais, o discurso oficial perpetuou

a visão de que esse movimento colaborou na ocupação de uma região ‘vazia’, ‘isolada’, praticamente abandonada, entregue a ação das *obrages*³ estrangeiras” (PRIORI, 2012, p. 79).

Isso se deve porque desde a independência política da Província do Paraná, no ano de 1853, a distribuição das terras se tornou responsabilidade do Estado, o que contribuiu para que grandes empresas colonizadoras⁴ fossem beneficiadas, uma vez que passaram a ter o dever de demarcar e revender as terras e foi através dessas empresas que puderam colonizar cerca de dois milhões de hectares.

É importante pontuar também a implantação da colônia militar em Foz do Iguaçu, em 1888, como importante marco para o desenvolvimento da região. Iniciando um projeto para atrair famílias e estimular o povoamento da fronteira, inicialmente, a base da subsistência destas pessoas era através da agricultura e criação de animais para o consumo, porém, posteriormente passaram a extrair erva-mate e madeira para o comércio. Faz-se necessário mencionar o projeto de colonização baseado em um discurso que possuía elementos que contribuíram para acelerar este processo, principalmente quando relacionado à qualidade do solo e sua capacidade de produção das novas terras. Porém, tudo se devia ao projeto de nacionalização do Oeste do Paraná. Além disso, já que grande parte das pessoas que habitavam a região era pertencente ao Paraguai ou à Argentina, a língua falada era o espanhol. Diante disso, instituiu-se a obrigatoriedade de falar o português e somente usar a moeda brasileira.

Foram muitas as transformações que ocorreram no território do Oeste do Paraná durante o século XX. O desenvolvimento que permitiu a ocupação e a colonização da região liga-se à construção de uma rodovia até Foz do Iguaçu, que permitiu que o projeto de migração fosse eficaz. Com efeito, a extração de madeiras e da erva-mate favoreceu o desmatamento da região.

A passagem da chamada Coluna (Miguel Costa-) Prestes, em 1925, colocou em evidência a situação do território do oeste paranaense, que era dominado em grande parte por estrangeiros. Posterior a isso, fez-se necessário repensar medidas para fortalecer as fronteiras nacionais e coibir a invasão de estrangeiros (ZATTI, 2011).

O processo de colonização do município de Marechal Candido Rondon, segundo Maccari (1999), durante os anos de 1940 a 1970, se intensifica à medida em que se acentua a

³ Sistema utilizado para a extração da erva-mate, com mão de obra principalmente argentina e indígena.

⁴ Destaques de algumas companhias: Industrial Madeira e Colonizadora Rio Paraná Ltda (Maripá); Pinho e Terras Ltda; Colonizadora Matelândia; Colonizadora Criciúma; Sociedade Colonizadora União D'Oeste Ltda. e Colonizadora Norte do Paraná. (PRIORI, 2012, p. 82).

atuação da Companhia Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A. – MARIPÁ, empresa que foi responsável pela implantação da colonização da região.

A autora aponta quais foram os principais motivos que levaram as famílias de colonizadores a migrar. Segundo Maccari, a grande maioria dos migrantes era descendente de imigrantes alemães e italianos, que buscavam um novo local para se instalar, e estariam em busca de “um futuro mais promissor, em um novo espaço físico”, e pretendiam se adaptar nesse novo espaço da maneira que já estavam habituados. E explica que “a população do município mantém até hoje hábitos e costumes típicos das regiões de origem” (MACCARI, 1999, p. 06).

Pensando em aspectos de como a região era antes da vinda dos migrantes, deve-se observar os trabalhos de Silva (1988) e Maccari, que enfatizam que essas terras já eram habitadas: “como em qualquer parte do Brasil, os primitivos habitantes do Oeste do Paraná eram formados pela população indígena existente, em maior ou menor grau de intensidade” (MACCARI, 1999, p. 28).

Assiste-se, assim, ao início da implantação das colonizadoras na Região Oeste, marcada através do processo conhecido como *Obrages*, processo que possibilitou a entrada de estrangeiros através do Rio Paraná, que dava acesso à região e favoreceu o “início à fase explorativa da erva-mate e da madeira, riquezas naturais da região que despertaram o interesse de companhias estrangeiras, no início do século XX” (MACCARI, 1999, p. 30). A mão de obra neste processo era conhecida como *Mensus*, e em sua grande maioria era de nacionalidade paraguaia, e este termo era relacionado à forma de pagamento de salário, mensal/mensalista.

Em síntese, estratégias eram elaboradas visando alcançar um público para a compra de terras. Os discursos dos corretores de venda dessas terras, porém, não incluíam o processo de desbravamento das matas, de toda a preparação que a terra precisava para ser cultivada, além de não revelarem as condições climáticas da região. Muitos compradores pensavam que conseguiriam cultivar café, mas, na realidade, a geada não permitia. Essa omissão de informações causava um descontentamento nos colonos.

Este discurso era reforçado pelas campanhas de promoção à venda de terras, estratégias usadas pelas empresas colonizadoras para atrair mais compradores. Elas apresentavam facilidades para conseguir adquirir um lote com uma boa abertura para o parcelamento, fato que motivou a vinda de diversas famílias,

devido à necessidade de adquirir terras para garantir a subsistência da família, estes migrantes encontravam na facilidade de pagamento e na disponibilidade de terras com valor mais acessível, os motivos para migrarem para a região do oeste paranaense. (MACCARI, 1999, p. 61)

Tudo isso fazia parte de uma propaganda de venda, assim como a exaltação do quanto as terras eram boas, de que tudo que se plantava, colhia, principalmente os alimentos que já eram cultivados por essas famílias, inspirando a ambição de muitos que desejavam sair de uma realidade difícil para conquistar um novo espaço.

Seguindo por este raciocínio, as mudanças na paisagem que ocorreram no território do Paraná com a extração da erva-mate e, posteriormente, pela colonização de sua região Oeste, não passaram despercebidas. Segundo Maccari, esses dois processos marcaram o início da “derrubada da mata e o preparo do lote adquirido, formando as primeiras roças e pastagens em meio à mata semivirgem” (MACCARI, 1999, p. 33).

Assim, faz-se necessário reafirmar que o povoamento da Região Oeste se deu através do estímulo para a agricultura de mão de obra familiar, já que “o movimento da Marcha para o Oeste encontrava-se inserido no processo da lógica da expansão do capital sendo que a efetiva ocupação das terras do oeste do Paraná integrava este cenário, mas possuía suas especificidades” (MACCARI, 1999, p. 156).

Baseando-se nos aspectos de formação da sociedade no Oeste do Paraná, o autor Ivo Oss Emer (1991) analisa e demonstra que a migração para a região só se deu quando houve alteração no sistema produtivo e a intensificação da economia nacional, que foi definida pela política nacional da década de 1950.

1.1.1 Presença indígena na Região Oeste do Paraná

Mesmo sendo um assunto que muito se tem a discutir, poucos são os documentos que relatam a presença de indígenas na região do Oeste do Paraná. Emer (1991) sinaliza a inexistência de relatos sobre conflitos que envolvessem os colonizadores migrantes e os indígenas que habitavam na região e enfatiza: “um outro aspecto que chamou atenção foi a inexistência de relatos de confrontos entre índios e os grupos pioneiros da ocupação e colonização do Oeste do Paraná. Não havia índio na região?” (EMER, 1991, p. 02).

Essa crítica alimenta a reflexão sobre se realmente não havia povos indígenas na região ou se o que houve foi um processo de apagamento da memória sobre a existência desses grupos, o que era reforçado por um discurso de justificativa para a ocupação das terras, e que Brighenti e Santos também observaram:

Durante o processo de colonização as terras ocupadas pelas populações Guarani foram entregues a empresas colonizadoras e vendidas para os migrantes, especialmente gaúchos. Desse processo percebemos a frequente expulsão dos indígenas das suas terras ou a permanência dos mesmos em pequenos espaços, sobrevivendo do trabalho sazonal de derrubada de mata ou na lide agropecuária para os novos ocupantes. Aos Guarani passou-se a atribuir uma identidade estrangeira como justificativa para o esbulho da terra. (BRIGHENTI; SANTOS, 2017, p. 117)

Portanto, foi através deste processo que se passou a perceber o contexto socioeconômico ao qual os Guarani da Região Oeste do Paraná foram expostos ao longo do século XX, e que ocasionou na dissipação de grande parte de sua população, resultando em uma sucessiva violação de direitos que até a atualidade marca a vida dessas comunidades que ainda resistem nestes territórios.

Neste sentido, alguns pontos importantes que marcaram a colonização da Região Oeste, que se iniciou por volta do ano de 1930, quando ocorreram as primeiras investidas de empresas colonizadoras, serão ressaltados, mas considerando-se apenas o processo de colonização de migrantes de outros estados, pois pouco se sabe da existência de documentos que comprovem confrontos e disputas por terras entre indígenas e colonos, conforme descreve Emer:

Na ocupação e colonização do Oeste do Paraná, não houve confrontos e lutas entre colonizadores e índios. Os poucos índios encontrados viviam em pequenos grupos, esparsos nas margens dos rios ou nas clareiras das matas. Essa população indígena era sobrevivente de um processo histórico anterior. (EMER, 1991, p. 11)

É fato, contudo, que durante os séculos anteriores, essa região era povoada por milhares de indígenas. No período dos jesuítas, há relatos do grande volume populacional de nativos que habitavam nesta localidade, o que justificou a implantação das missões jesuíticas por volta do ano de 1630.

O primeiro relato da Região Oeste do Paraná, que foi escrito pelo espanhol Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, na obra *Naufrágios e Comentários* (1555), relata a passagem pelas Cataratas do Iguaçu, no dia 31 de janeiro, de 1542, sinalizando que a região era habitada por indígenas da etnia guarani.

Como menciona o historiador Tomaz, a história da ocupação da região norte do Paraná se deu da mesma forma que no Oeste. E, ao que tudo indica, a vegetação nativa, considerada desabitada, permitiu à historiografia ignorar a presença de indígenas na região.

A região onde hoje se encontra a cidade de Maringá foi habitada por populações humanas desde uma época bastante remota, podendo-se citar como exemplos as etnias Guarani, Xokleng ou Kaingang, cuja presença nesta região remonta a pelo menos 2.000 anos. Recuando-se consideravelmente no tempo, defrontamo-nos com a "Tradição Humaitá", cujos vestígios materiais foram encontrados por arqueólogos. (TOMAZ, 2019, p. 29)

É importante frisar que o município de Maringá se encontra a cerca de 400km de distância do município de Serranópolis do Iguaçu, demonstrando que, mesmo a ocupação indígena da chamada “Tradição Humaitá” estava dispersa sobre uma extensa área, que ocupava praticamente todo o território do Paraná. Esta dispersão de material cerâmico e principalmente lítico ainda é motivo de controvérsia para os grupos de caçadores-coletores pertencentes à Tradição Humaitá, que atuavam nas proximidades dos rios Paraná e Iguaçu⁵.

Parellada (2018) realiza um estudo sobre a cerâmica dos povos indígenas Guarani que ocupam o território paranaense em tempos pré-coloniais e na atualidade. Discute sobre a memória e saberes tradicionais, tecnologias e padrões decorativos da cerâmica de vários sítios arqueológicos e espaços museais. A autora enfatiza que, “no Paraná, sítios arqueológicos Guarani ocorrem em quase todo o território, concentrando-se em vales de grandes rios, como Paraná, Ivaí, Piquiri, Tibagi e Iguaçu” (PARELLADA, 2018, p. 01).

Esses são elementos culturais dos grupos indígenas altoparanaenses que habitavam a região de fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai e que ao longo de todo o processo de ocupação e exploração, ocorrido não só na região Oeste do Paraná, mas também no Norte do Estado, foram expulsos, escravizados e/ou dizimados pelos colonos. Emer (1991) discorre sobre os primeiros contatos entre os povos indígenas e os migrantes:

Os sobreviventes indígenas do Oeste do Paraná sofreram um segundo confronto com as populações brancas no final do século passado [século XIX] e primeiras décadas do século XX, na ocupação da região por empresas argentinas de exploração de erva mate e madeira... É possível que parte dessa população tenha sido agregada à mão-de-obra dessas empresas com a designação de “guaranis modernos” ou tenha sido dispersa para outras regiões pelo sistema de exploração econômico implantado. Na época da ocupação e colonização brasileiras, a presença de indígenas na região era insignificante em termos numéricos. (EMER, 1991, p. 24-25)

A implantação das fronteiras nacionais e todas as disputas e conflitos por terra que envolveram o território do Paraná podem ser verificados no trabalho de Emer. Para ele, a perda de território indígena se deu basicamente através do sistema de domínio territorial, que foi se desdobrando com a formação das fronteiras nacionais. A seguir, pode-se verificar em quais processos históricos os indígenas foram vítimas:

Primeiro foram alvos dos conquistadores para exploração de sua mão-de-obra como escravos na produção colonial. Em segundo lugar, quando aldeados e protegidos da escravidão, representavam o domínio territorial a quem pertencesse a organização. Se o domínio territorial fosse disputado, aos índios sobrariam duas alternativas: a fuga ou a morte. Em terceiro lugar, se sobreviventes dos confrontos, o modo de produção imposto pelos coloniais vai determinar-lhes o desaparecimento enquanto índios. (EMER, 1991, p. 34)

⁵DIAS, A. S.; HOELTZ, S. E. Indústrias Líticas em Contexto: O Problema Humaitá na Arqueologia Sul Brasileira. REVISTA DE ARQUEOLOGIA Volume 23 – N. 2: 40-67 - 2010

Em diferentes períodos históricos, observa-se a usurpação das terras dos povos indígenas, no exercício de um processo colonizador que retirava esses povos de sua condição original, por natureza, para “transformá-los em coisas”, sendo uma das principais “estratégias para apropriar-se das terras por eles ocupadas” (BRIGHENTI; SANTOS, 2017, p. 17). Além disso, os pesquisadores descrevem como se deu este processo:

O processo de “modernização” do Brasil e a necessidade de ocupar o território que não era ocupado por descendentes de europeus, mas que pertenciam a grupos indígenas, como no Oeste do Paraná, ignorou esses sujeitos, quando não os expulsou foram tomados como mão de obra, muitas vezes escrava, trabalhando de forma desumana na extração de erva-mate e de madeira para madeiras e empresas de colonização. Além de dizimar grande parte da população Guarani os poucos que restaram em seus pequenos lotes ficaram impossibilitados de manter suas formas de subsistência afetando tanto a sobrevivência física como cultural. (BRIGHENTI; SANTOS, 2017, p. 18)

Os contextos socioeconômicos exploratórios e com caráter de extermínio resultaram na expulsão dos povos Guaranis da Região Oeste do Paraná, além de dissipar grande parte de sua população, em uma sucessiva violação de direitos, que pode ser observada no Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade do Paraná (URBAN, 2017).

Alguns documentos confirmam o uso da mão de obra indígena para trabalho de extração de erva-mate, em um território amplo, que abrange todo o Oeste do Paraná. Neste sentido, no ano de 1940, o comerciante Urias Messias de Lima foi interrogado pela Delegacia de Polícia em Foz do Iguaçu, e no evento relatou:

[...] proximidades de Lopey e aí encontrou trabalhando no serviço de extração de herva-mate Antonio Diamantino Neri, o qual para o trabalho de herva-mate utilizava-se dos índios, pagando-lhes uma insignificância, que o declarante verificou que se os índios se sujeitam a trabalhar quase de graça ao Neri, é porque esse se diz Chefe dos Índios. (Arquivo Público Paraná, LIMA, 11/11/1940)

No relato acima, percebe-se que realmente existia um sistema de exploração, e, neste caso, havia um agenciador intermediário que recrutava os povos indígenas e os controlava nos campos de trabalho. De fato, quem recebia o pagamento eram os donos dos ervais, que eram considerados “chefes dos índios”.

Na maioria das vezes, o governo brasileiro ignorou a presença de indígenas habitando a Região Oeste do Paraná, além de qualificá-los como paraguaios, uma estratégia usada para minimizar a responsabilidade por usurpar suas terras, utilizar sua mão de obra para derrubar a vegetação e construir estradas.

Pensando no município de Serranópolis do Iguaçu – PR, nos relatos realizados pelos entrevistados, que participaram de nossa entrevista, informaram que não conheceram nenhum

indígena no processo de colonização do município, e não possuem conhecimento se havia indígenas na região.

Essa postura do governo brasileiro pode ser comprovada no relato do migrante colonizador Narceu Berlanda, em uma entrevista que explica como acontecia a expulsão e o roubo das terras indígenas:

Quando a gente entrou ali e tava esse pessoal aí (os Guarani), a gente foi pegando a terra deles, foi tocando eles, que esse pessoal vende a terra a posse deles por um litro de cachaça. Então a gente comprou deles. Eu comprei 10 hectares, depois mais 5, e mais um... eu taria rico se eu quisesse (...). Esse pessoal aí não é índio, é paraguaio, é brasileiro, quer dizer, meio bugre (...). (BERLANDA *apud* BRIGHENTI; SANTOS, 2017, p. 122)

Neste sentido, com o avanço do processo colonizador, que na Região Oeste do Paraná se iniciou por volta do ano de 1950, e, posteriormente, com a construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu (1975-1982), os povos Guarani perderam praticamente todas as suas terras. Dos que restaram, grande parte dos indígenas migraram para o Mato Grosso do Sul (MS) ou para o Paraguai, para locais onde pudessem se sentir seguros. Tal processo colonizatório deixou muitas sequelas nas comunidades Guarani, não só pela perda de terras, mas também de seus costumes, tradições, lugares sagrados e modos de vida.

No mapeamento do patrimônio arqueológico do Extremo Oeste Paranaense (ver Anexo 1), que foi realizado tomando como base os dados presentes no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CNSA-IPHAN), foram identificados 55 sítios na região, registrados pelos pesquisadores Igor Chmyz, Claudia Inês Parellada, Saul Eduardo Seiguer Milder, Marco Aurélio Nadal de Masi, Alfredo Cardeal, Antonio Cavalheiro, Júlio Thomaz e Solange Caldarelli, entre os anos de 1969 e 2018, nos municípios de Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Céu Azul, Cascavel e Capanema. Trata-se, portanto, de um cenário que atesta irrefutavelmente a existência de povos indígenas na região, como já sinalizava o acervo de objetos líticos presentes no Museu Municipal de Serranópolis do Iguaçu.

1.2 História da Colonização do Município de Serranópolis do Iguaçu

Apresentam-se aqui elementos sobre a história do município, questões que envolvem os conflitos de terra e aspectos que demonstram a supervalorização que foi dada à história colonial do território (as empresas colonizadoras, setorização dos loteamentos e a diversidade

étnica-cultural), buscando compreender os motivos subjacentes ao processo de invisibilização da presença indígena nele.

Embora Serranópolis do Iguaçu tenha uma recente emancipação (1997)⁶, a sua origem remonta a um passado mais distante, mais precisamente em Bento Gonçalves (RS), no fim da década de 1940. Pedro Soccol e José Callegari foram escolhidos pelos fundadores da Colonizadora Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda. para encabeçar as pesquisas de implementação do projeto de colonização no extremo Oeste do Paraná, juntando-se a Emílio Henrique Gomez e Giácomo Domingos Cecconelo, pioneiros da região.

Contudo, o processo de ocupação civil ocorreu, de maneira mais intensa, a partir da criação do Território Federal do Iguassú⁷, estimulado pelo programa Marcha para o Oeste. Embora o Território Federal do Iguassú tenha sido extinto em 1946, denota-se um processo migratório de famílias oriundas dos estados do Rio Grande do Sul (RS) e Santa Catarina (SC) para a região, elevando Medianeira à condição de distrito autônomo por meio da Lei 99/1952, que desmembrou o município de Foz do Iguaçu⁸ (ANDRADE, 2017)⁹.

A retomada da história da região se faz necessária para lançar luz sobre a dinâmica que originou esta pesquisa, uma vez que o município de Serranópolis do Iguaçu pertencia à cidade de Medianeira, na condição de distrito de Flor da Serra e Jardimópolis, porém apresentando uma trajetória própria, posteriormente descrita. A referência a este município é importante pois foi neste território que aconteceram os conflitos que marcaram a vida dos moradores.

A colonização do município de Serranópolis do Iguaçu teve seu início no ano de 1954, através da instalação da Colonizadora Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda, quando fundaram o perímetro urbano de Flor da Serra, atual bairro do município. A partir desse ano, iniciaram-se as demarcações de terras e, conseqüentemente, instalação de colonos que migravam dos outros estados da região sul do Brasil. O município é dividido em comunidades rurais e dois bairros centrais, dentre eles Jardimópolis, que foi ocupado por agricultores que também migraram do Sul e tomaram posse da Gleba Silva Jardim, localidade que determinou o conflito da Revolta de 61. A Revolta ocorreu quando o município ainda pertencia ao

⁶ **Histórico Município de Serranópolis do Iguaçu.** Disponível em: <http://www.serranopolis.pr.gov.br/municipio/7/hista%EF%BF%BDrico#:~:text=O%20Munic%C3%ADpio%20de%20Serran%C3%B3polis%20do,nome%20de%20Serran%C3%B3polis%20do%20Igua%C3%A7u>. Acesso em: 24 nov. 2022.

⁷ BRASIL. **Decreto nº 5.812/1943.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De15812.htm. Acesso em: 24 nov. 2022.

⁸ O município de Medianeira surge a partir da Lei Estadual nº 4245 de 1960, instalando-se apenas em 28 de novembro de 1961.

⁹ Dissertação de Mestrado da historiadora Franciele Bard Andrade, 2017.

município de Medianeira, sendo um enfrentamento histórico que permanece vivo na memória dos munícipes da região.

Na dissertação de Leonir Olderico Colombo (2013), é analisada a história da ocupação da terra na região do Oeste paranaense, com o objetivo de problematizar e expor as memórias da ocupação na Gleba Silva Jardim, que até o ano de 1960 pertencia a Foz do Iguaçu, atual território de Serranópolis do Iguaçu e de São Miguel do Iguaçu. O autor afirma que a demarcação das terras da Gleba Silva Jardim foi realizada na segunda década do século XX (1911 a 1920).

Como já mencionado anteriormente, houve uma promoção para a ocupação de terras que eram consideradas vazias no Governo de Getúlio Vargas, abrindo espaço para a implantação das empresas colonizadoras. Nesse sentido, pensando na Gleba Silva Jardim no contexto da Marcha para o Oeste, invocamos Colombo:

desconsiderando aqui a presença de nações indígenas e demais grupos étnicos, a ocupação do Oeste do Paraná no século XX se caracteriza basicamente por dois padrões: a amparada pelos aspectos legais promovidas pelo Estado do Paraná para destinar terras devolutas à iniciativa privada, tanto para pessoas físicas quanto a Companhias Colonizadoras e; pela entrada de posseiros nessas terras devolutas ou em litígio. (COLOMBO, 2013, p. 37)

Relembramos que a colonização se consolidou através da migração de famílias de produtores rurais descendentes de alemães e italianos que moravam nos Estados de Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS). Em sua grande maioria, o trajeto realizado para chegar ao município foi por meio do Caminho do Colono, uma estrada que atravessava o Parque Nacional do Iguaçu.

O processo de ocupação das terras que eram compradas seguia o mesmo plano para todas as famílias: primeiro o homem, pai de família, viajava para a região para escolher e comprar sua propriedade; em seguida, iniciava-se a preparação das terras e a construção de um galpão ou casa, para, por fim, buscar a mulher e os filhos. A viagem era difícil, normalmente fretavam caminhões ou usavam carroças e levavam apenas o que era necessário para o uso na produção inicial, além de algumas galinhas, porcos e vacas.

A preparação da terra era baseada na retirada da vegetação nativa, que basicamente era formada por árvores de grande porte, para então arar a terra com bois e começar a semeadura. Em geral, cultivava-se milho, arroz, feijão, mandioca, batatas, trigo, entre outros. Toda a produção era armazenada e usada para consumo da família durante o ano. Quando a produção era maior do que poderiam consumir, era usada como moeda de troca por outros itens.

Logo no início da década de 1960, a instalação dos colonos migrantes no município foi um período conturbado, porque a vegetação era de Mata Atlântica, havia muitos animais peçonhentos, não havia vizinhos próximos, e, para chegar a um moinho, mercado ou médico, o colono deveria andar vários quilômetros. Posteriormente, quando o número de famílias nas proximidades aumentou, as propriedades já estavam produzindo e as comunidades rurais foram formadas, construíram-se as igrejas e as escolinhas.

Imagem 01 – Casa de descendentes de alemães.



Fonte: Acervo pessoal, julho de 2021.

Na imagem 01 vemos uma casa pertencente as famílias descendentes de alemães que migraram para o município. Observa-se que, mesmo construída na década de 1980, ela ainda seguia o padrão das casas coloniais. Neste sentido, percebemos que os migrantes usavam as mesmas técnicas aplicadas em suas residências de origens, que, por sua vez, eram semelhantes aos modos de vida dos países que emigraram. Normalmente, nas residências rurais, cada família seguia um padrão de organização das benfeitorias, dividindo o espaço entre a casa, horta, pomar, potreiro, estábulo e o local destinado para as plantações. Com efeito, no início do processo de ocupação, todas as construções eram feitas de madeira, principalmente utilizando aquelas derrubadas na própria propriedade.

Parte desta pesquisa esteve voltada para o contato com a comunidade, através da aplicação de um questionário que incluía questões sobre a história do município e a importância do Museu Municipal. Preferimos o uso de formulário online, respeitando o

distanciamento social recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), para evitar a disseminação da Covid-19. Dessa forma, pontuaremos alguns aspectos metodológicos sobre a História Oral, utilizados como base para a realização da coleta dos dados.

O Manual de História Oral de Verena Alberti (2013) apresenta técnicas de preparação para os pesquisadores e de abordagem aos entrevistados. É um manual construído pelo Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, a partir de entrevistas que visaram compreender acontecimentos sobre a história do Brasil:

A elaboração de um manual sugere, de antemão, que existe algo a ensinar, certo conhecimento que pode se transformar em instrumento nas mãos de alguns interessados. Um manual geralmente ensina “como fazer” algo, estabelece um universo de procedimentos possíveis e serve de modelo para aplicações práticas. (ALBERTI, 2013, p. 17)

A História Oral surge como uma metodologia de pesquisa na qual o interesse dos pesquisadores é a narrativa da vida cotidiana, da política, da comunidade de uma forma geral, conectando a oralidade com a memória, seja ela individual ou coletiva:

Diríamos que a história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. (ALBERTI, 2013, p. 18)

Para Alberti (2013) se trata de ampliar o conhecimento sobre as conjunturas do passado analisando as experiências e versões particulares de cada ator social, além de

procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes testemunhos, e de tomar as formas como o passado é apreendido e interpretado por indivíduos e grupos como dado objetivo para compreender suas ações. (ALBERTI, 2013, p. 19)

Neste sentido, Alberti apresenta os procedimentos necessários para o desenvolvimento de trabalhos na área da História Oral, voltados à documentação e à comparação entre diferentes versões do passado. Para tanto, é necessária a construção de um roteiro que permita identificar os atores que participaram, presenciaram ou se inteiraram de acontecimentos que abrangem o tema de pesquisa. E a partir disso, tomar as narrativas como objeto de análise para interpretações do passado.

As entrevistas devem acontecer por significado de experiências, porém só abrangem temas para a história recente, ao alcance da memória dos entrevistados. Segundo a historiadora, o “processo de recordação de algum acontecimento ou alguma impressão varia de pessoa para pessoa, conforme a importância que se imprime a esse acontecimento” (ALBERTI, 2013, p. 23). Isso explica por que há uma variação de narrativas sobre

determinado acontecimento, pois cada pessoa exprime da forma que sentiu. Portanto, as entrevistas devem ser organizadas por temática e abranger um período determinado.

Nesse cenário, Ecléa Bosi (1979) analisa o papel dos idosos, velhos narradores e guardiões das memórias do passado. Propõe debates sobre o tempo e a memória, enquanto categoria psicológica, pensando nas lembranças em relação à consciência atual:

a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço de toda consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (BOSI, 1979, p. 09)

Nesse âmbito, nos centramos, em nossa pesquisa, na análise das lembranças dos mais velhos sob a perspectiva da memória social, construída a partir das memórias familiares ou de grupo, e que denotam modos de ser, aspectos culturais, entre outros.

Assim, com objetivo de analisar a participação comunitária no processo de colonização e em episódios históricos do município de Serranópolis do Iguaçu, foram realizadas entrevistas por meio de questionários semiestruturados. O público abrangeu diversas faixas etárias, com idades entre 25 e 70 anos e das mais variadas áreas de atuação, professores, funcionários públicos e agricultores.

Ao tratar de elementos presentes na memória coletiva, verificou-se a perspectiva dos personagens que participaram da colonização do município, bem como de eventos históricos. Foi possível, então, a partir da colaboração de indivíduos que preservam as lembranças vividas pelo grupo, tecer interpretações diretamente relacionadas com a vida em comunidade e as experiências compartilhadas.

Durante a narração de um indivíduo, foram lembrados inúmeros momentos que despertam muitas sensações e esses elementos foram analisados em consonância com o que Maccari destaca: “O ato de lembrar nossas experiências passadas está carregado de emoções, valores culturais, sentimentos, cabendo ao pesquisador analisar as informações oferecidas pelo narrador” (MACARRI, 1999, p.17).

O momento da chegada dos colonizadores demonstrou qual era a realidade encontrada e os problemas enfrentados diariamente, sendo comum entre os entrevistados o relato de que a vida não era fácil no município de origem, justificando a busca de terras com melhores condições de preparo e colheita.

As dificuldades de locomoção em meio à mata densa, e conseqüentemente o acesso dificultado aos serviços de saúde, favoreciam os usos frequentes de medicinas caseiras, que

abarcavam conhecimentos tradicionais sobre o uso de plantas. Não raro, a população recorria a benzedeiras, curandeiros e parteiras, que demonstram como essas crenças populares auxiliaram no tratamento dos moradores.

O cotidiano das famílias era todo voltado para a produção rural. Em geral, o casal tinha vários filhos para que pudessem ajudar no plantio, colheita e nos cuidados com as terras. O meio de transporte utilizado era cavalo ou bois e uma carroça, e as estradas não eram boas, normalmente pequenas em meio à mata. Diante de tantas dificuldades, percebe-se o quanto era necessário manter boas relações com a vizinhança, com foco na significativa união das comunidades rurais para defender os direitos em comum, através dos conflitos históricos que ocorreram no município.

Para melhor compreender a migração e adaptação em um novo território, algumas perguntas na entrevista foram direcionadas a todo esse processo de organização da comunidade para a luta em episódios históricos que marcaram a vida dessas pessoas.

Através dos relatos dos entrevistados, percebeu-se que os migrantes que colonizaram o município eram descendentes de italianos, alemães, portugueses e um único caso da Romênia. As respostas enfatizaram as dificuldades que as famílias, que migraram entre os anos de 1947 e 1965, enfrentaram ao longo do processo.

A seguir, transcreve-se o relato do Entrevistado 1, que apresenta as dificuldades da execução dos trabalhos manuais e das relações de cultivo:

Era muito difícil, na época era tudo mato, era tudo muito distante. Cultivamos arroz, milho, feijão, mandioca, batata doce e a cana de açúcar para o açúcar mascavo, além disso, criávamos porco, gado e galinhas. O milho e o arroz eram levados para o moinho para descascar e fazer o fubá. O trabalho era todo manual, enxada, arado com boi e colhido com foicinha. Para ir à escola íamos descalços, sem muitos agasalhos, íamos caminhando. Não tinha luz, nem água encanada, lavava roupas em um coxo na beira de um rio na propriedade (Entrevistado 1).

O Entrevistado 2, por sua vez, relata sobre a relação das comunidades rurais e proximidade entre os vizinhos em suas propriedades:

Passamos fome, caçava animais e pescava, a produção de alimentos era pouca. Tudo era muito difícil, tudo precisava socar no pilão, moinho era longe, mais de 25km, levava no cavalo, puxando o cavalo com a carga. Não tinha energia elétrica, nem água encanada. Os vizinhos moravam longe, mas se ajudavam quando necessário. Primeiro meu pai comprou a terra e depois trouxe a família. Eram apenas três moradores próximos, cerca de 2 km ou mais (Entrevistado 2).

O Entrevistado 3 apresenta as dificuldades de infraestrutura básica para atender às demandas da comunidade e seus filhos:

Passaram por muitas dificuldades, falta de residência de alimentos, era tudo mato. Nem estradas tinha. Não tinha comércio, escola para os filhos estudar, não tinha carro

para se locomover, não tinha hospital, passamos até fome. Foram muitas dificuldades. (Entrevistado 3).

Uma constante em todas as falas é a falta de dinheiro, infraestrutura, distâncias para ir ao médico ou comércio, falta de ferramentas adequadas e a baixa produtividade nos primeiros anos de ocupação.

1.3 Conflitos Agrários e a Revolta de 61

A fim de esclarecer os conflitos agrários que ocorreram na Região Oeste do Paraná, ocasionadas pela especulação dos títulos de terras durante as décadas de 1950 e 1960, seguem-se alguns casos em que os jagunços eram empregados para retirar os colonos das terras em que estavam instalados.

A Revolta dos Posseiros do Sudoeste do Paraná aconteceu a partir do ano de 1957 em vários municípios da Região Sudoeste do Estado. As famílias colonizadoras lutavam contra a ação das companhias de terra, que eram apoiadas pelo governo do Estado do Paraná e defendiam o latifúndio em grandes fazendas com o objetivo de extrair araucárias. Esta ação contou com a união da comunidade armada com espingardas e ferramentas de trabalho agrícola e as mobilizações foram muito importantes para a expulsão dos jagunços e das companhias colonizadoras.

Este exemplo foi seguido pelos colonos do município de Medianeira, local que atualmente pertence ao município de Serranópolis do Iguaçu, no ano de 1961. Quando os jagunços ameaçaram invadir a Região Oeste do Estado, souberam a data em que eles viriam acompanhados da polícia e então elaboraram um plano de ação, com tocaias. Esse foi um episódio no qual a organização e resistência dos colonos foram fundamentais para que a ação fosse efetiva.

A revolta ocorreu em 02 de julho de 1961, quando as famílias de colonizadores tiveram suas terras declaradas como propriedades de instituições privadas. Sendo assim, cada qual deveria pagar para ter acesso legal às terras já ocupadas, garantindo o direito de posse, o que gerou uma grande insatisfação por toda a região, pois os colonos já haviam comprado esse direito logo que chegaram ao município.

Nesta data, homens fardados chegaram à região com o propósito de tomar posse do local. Os colonos já os esperavam armados, com o objetivo de proteger suas terras. Durante o

combate, morreram 23 soldados de jagunços e apenas 1 colono. Com isso, os colonos saíram como vencedores do confronto, oficializando sua posse sobre as propriedades.

Posteriormente, no ano de 1962, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), atual Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), passou a demarcar o território e a expedir os títulos definitivos para os agricultores posseiros que ainda não o possuíam, regularizando a posse das propriedades, além de continuar o processo de ocupação do perímetro urbano de Jardinópolis¹⁰.

Para uma melhor compreensão deste processo, a base documental encontra-se na dissertação de Franciele M. Bard Andrade (2017), na qual a autora analisa as entrevistas orais contidas em reportagens de alguns jornais como Gazeta do Povo, Diário do Paraná e Folha de Londrina, demonstrando as vivências dos pequenos posseiros agricultores e as relações conflituosas de luta pela terra.

Leonir Olderico Colombo serve de sustentação para enfatizar que a demarcação das terras da Gleba Silva Jardim foi realizada na segunda década do século XX (1911 a 1920), com o objetivo de expor as memórias acerca do processo de ocupação desse território, uma vez que surgiu a necessidade de falar sobre este conflito de terras, fixando os fatos que ocorreram durante as ações dos manifestantes. Colombo (2001) apresentou uma compilação de fontes sobre fragmentos da documentação que fazem referência à revolta que ocorreu no ano de 1961 na Região Oeste do Paraná, na localidade da gleba “Silva Jardim”, interior do município de Medianeira, que atualmente pertence ao município de Serranópolis do Iguaçu.

O historiador Antonio Marcos Myskiw (2002) discorre sobre elementos dos Colonos, Posseiros e Grileiros: Conflitos de terra no Oeste do Paraná (1961/66), usando fontes orais, judiciais e administrativas para analisar o cenário dos conflitos. O autor apresenta elementos sobre a superposição de títulos de terras e a presença de grileiros e posseiros dentro dos limites da Faixa de Fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai).

Myskiw descreve sua análise sob três perspectivas: os Colonos, Posseiros e os Grileiros. Dessa forma, para uma melhor compreensão do uso destas palavras, cabe uma explicação quanto a sua terminologia:

Utiliza-se a categoria colono porque as pessoas desbravaram e cultivaram (e ainda desbravam e cultivam) as terras situadas na região Oeste do Paraná denominam-se colonos e porque as fontes documentais quando se referem ao homem do campo, ao trabalhador rural, fazem uso da categoria colono.

¹⁰ SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU – PR - Histórico do Município de Serranópolis do Iguaçu. Disponível em: <http://www.serranopolis.pr.gov.br/municipio/7/hista%EF%BF%BDrico>. Acesso em: 02 dez. 2021.

Posseiro: Pelo senso comum, é aquele que adquire (ou ocupa) e faz uso de uma determinada área de terra sem título de propriedade expedido em seu nome, pelo Estado ou pela União. (MYSKIW, 2002, p. 24)

Grileiro, para as normas do Direito Agrário, é aquele indivíduo que, “*por meio de fraude ou outro meio ilícito, falsifica, no todo ou em parte, documento público ou particular com o fim de obter para si ou para outrem a propriedade de imóvel alheio*”. (SANTOS *apud* MYSKIW, 2002, p. 26-27, grifos do autor)

Admitiu-se para este trabalho o conceito de colono para se referir à categoria do pequeno produtor rural que migrou de outras localidades e seguiu o modo de vida agrícola através da agricultura familiar, uma vez que se compreende que as famílias colonizadoras apresentavam uma igualdade de pensamento em relação aos seus interesses políticos, econômicos, religiosos e culturais, e isso moldava a ideia de construção de uma comunidade. Portanto, justificava-se na união para a luta em defesa de suas propriedades, em que o interesse individual também era o interesse de muitas famílias.

Segundo o historiador Myskiw, a colonização se intensificou com a vinda de migrantes para as regiões Sudoeste, Oeste e Noroeste do Estado do Paraná, a partir de um projeto para expandir a reforma agrária, conforme informa o autor:

Para os governadores Moysés Lupion (1947/50 – 1955/60) e Bento Munhoz da Rocha Neto (1950/55) realizar a Reforma Agrária era, antes de tudo, incentivar e promover a colonização das terras devolutas do Sudoestes, Oeste e Noroeste do Estado, por migrantes nacionais vindos, sobretudo, dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Para Ney Braga (1961/65) realizar a Reforma Agrária, era sanar os conflitos agrários causados pela “*má administração da coisa pública*” e aplicar um projeto de “*modernização*” do Paraná, tanto na área urbana como na área rural. (MYSKIW, 2002, p. 60)

Ambos os políticos buscavam acelerar a ocupação da terra em pequenas propriedades, pois tinham como objetivo colonizar a faixa oeste do país, a região de fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, que, segundo eles, ainda estava despovoada ou vinha sendo ocupada por estrangeiros.

As propriedades de Jardinópolis e Flor da Serra, onde ocorreu a Revolta de 61, estavam sendo colonizadas pela Colonizadora Alto Paraná, propriedade de Lauro Camargo, além da Colonizadora Matelândia e a Industrial Agrícola Bento Gonçalves Ltda, empresas essas que exploravam as madeiras, loteavam e vendiam as terras pertencentes à Gleba Silva Jardim, como pode se observar:

Lauro Camargo, suposto proprietário das áreas onde se encontravam as vilas de “Jardinópolis” e “Flor da Serra” passou a pressionar os posseiros para que pagassem pelas terras ocupadas ou as desocupassem. Os posseiros passaram a se reunir e a debater sobre a situação dos mesmos. Pagar a terra novamente era tarefa impossível, assim como ninguém estava disposto a deixar suas propriedades cujas matas foram derrubadas e as terras cultivadas com sacrifício. (MYSKIW, 2002, p. 83)

Nesse sentido, faz-se necessário explicitar que os colonos migrantes não possuíam poder aquisitivo considerável e que, normalmente, compravam a propriedade em parcelas, para pagar conforme conseguiam produzir (MACCARI, 1999, p. 61). Quando os colonos adquiriam os lotes, queriam iniciar suas vidas nesse novo espaço sem muitas preocupações, porém, havia muitos conflitos documentais sobre as posses das terras.

Myskiw menciona a análise histórica sobre a titulação na faixa de fronteira e explora o discurso colonizatório elaborado pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC), para então entender a situação das terras na Região Oeste do Paraná, no ano de 1966. Segundo o autor, a superposição de títulos foi gerada a partir de erros cometidos pelo governo do Estado:

Na região Oeste paranaense, a superposição de títulos de propriedade de terras, ou o montante de 815.640,8 hectares, ocorreu devido a uma série de supostos “erros” cometidos pelo estado do Paraná, quando do cancelamento de concessões de títulos fornecidos a empresas de construção de ferrovias e a empresas ditas “colonizatórias na década de 1930. Ao invés das terras retornarem ao domínio da União, por ser uma área de Faixa de Fronteira, o estado do Paraná reclamou o domínio sobre as mesmas e passou a expedir novos títulos de propriedade a empresas de colonização e a inúmeros outros beneficiários. No início da década de 1940, a União incorporou os bens das companhias férreas, inclusive as áreas de terras que pertenciam às mesmas, dando início a uma disputa judicial que se estendeu até o final da década de 1970. (MYSKIW, 2002, p. 146)

Nota-se que durante todo o período do século XX ocorreram problemas com as documentações das terras no Oeste do Estado e a justificativa era sempre em prol do desenvolvimento e progresso. Além disso, com a ausência de um meio legal para a compra de títulos, os “grileiros passaram a fazer uso de suas técnicas de manipulação das leis referentes à posse e uso da terra” (MYSKIW, 2002, p. 168), e muitos pequenos proprietários que haviam comprado seu direito de posse de alguma propriedade passaram a ser “ameaçados por jagunços, como sendo intrusos e delas expulsos ou mortos” (MYSKIW, 2002, p. 168).

Buscando analisar as justificativas que levaram à Revolta de 61, entende-se que as relações de poder que foram impostas durante o período de colonização seguiam o modelo de desenvolvimento proposto pelo Governo Federal, porém não se esperava que as famílias de colonizadores fossem se organizar e agir.

A Revolta de 61 foi fundamental para a oficialização das posses de terras no atual município de Serranópolis do Iguaçu. Conforme afirma Colombo, grande parte das terras pertencentes à Gleba Silva Jardim foi ocupada por colonos posseiros antes do ano de 1960 e os conflitos gerados no ano de 1961 foram provocados por parte das empresas buscando reaver esse território, pois os Colonos compravam um pedaço de terra que não possuíam um documento justo.

Esses conflitos agrários ocorriam porque essas terras, que eram vendidas pelas colonizadoras, já haviam sido ocupadas por posseiros, o que ocasionava as expulsões. Serranópolis do Iguaçu ficou marcada pela Revolta de 61, quando a propriedade de terras se tornou uma disputa violenta pela posse:

nas localidades de Jardinópolis e Flor da Serra¹¹, interior do atual município de Medianeira, houve conflitos que envolveram a posse de terra. A revolta dos posseiros que alcançou maior repercussão nessa área ocorreu em 1961, marcando os desentendimentos desses com as empresas colonizadoras Alto do Paraná, a Industrial Bento Gonçalves e Matelândia, que, segundo os títulos emitidos por Lupion¹², garantiram a posse das terras dessa região. (COLOMBO *apud* PRIORI, 2012, p. 86-87)

A análise do contexto histórico e social de formação do território do município de Serranópolis do Iguaçu evidencia a organização e participação da comunidade. Neste sentido, os relatos presentes na obra de Colombo demonstram que os “colonos posseiros” apresentavam-se organizados para defenderem os seus direitos. “Deixaram a entender que trancaram a estrada por um ato de protesto, mas com o ato preventivo se organizaram de tal maneira que ficaram estrategicamente protegidos por paus e refugiados na mata, ou seja, estavam preparados para o confronto” (COLOMBO, 2013, p. 107).

A Revolta de 61 foi marcada como parte de um processo que o governo do Estado deveria ser responsabilizado, marcado pela injustiça da venda de posse de terras com títulos falsos e que desencadeou uma reação violenta por parte dos colonizadores.

Em 2001, após 40 anos do confronto, a Prefeitura Municipal de Serranópolis homenageou os pioneiros do município que atuaram e garantiram a permanência de muitas famílias no local. Uma estátua foi construída como parte de um memorial na rua principal do bairro de Flor da Serra, em frente ao Centro Empresarial Avelino Morás, onde também se encontra o Museu Municipal Edson Bloemer.

Deve-se enfatizar a significação que essa estátua pode trazer para os moradores do município, partindo da prerrogativa considerável para a constituição das identidades culturais. Ressalta-se a necessidade de analisar e conhecer a história que foi construída pelos antepassados e desenvolver o sentimento de preservação em relação à memória social que envolve os acontecimentos históricos do município, levantando indagações relativas à conservação e preservação deste monumento em questão, que representa o memorial da

¹¹ Distritos desmembrados de Medianeira que hoje são bairros do Município de Serranópolis do Iguaçu.

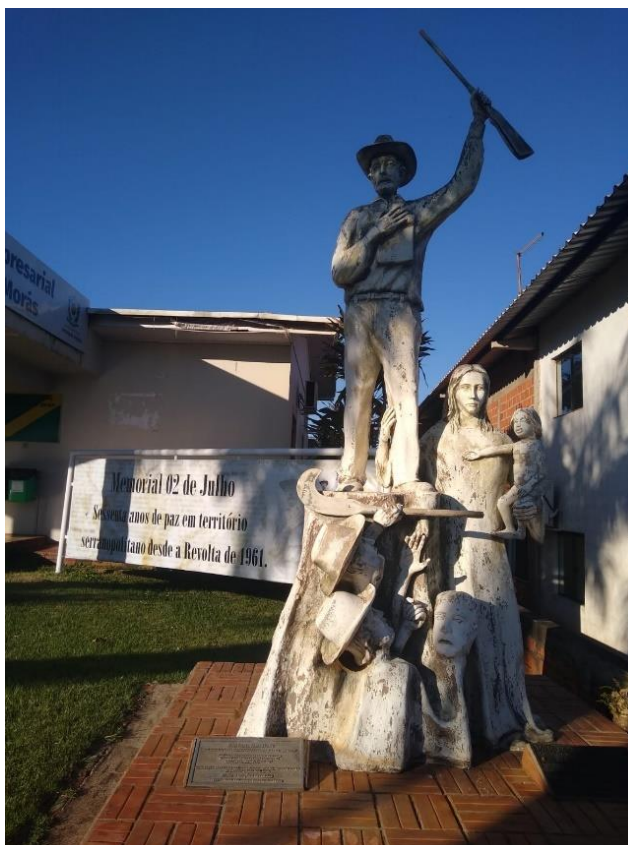
¹² Os governos de Moysés Lupion aconteceram durante os períodos de 1947-1951 e 1956-1961, quando ele emitiu títulos de terras de uma área que já era ocupada.

Revolta de 61, em trabalho conjunto com a comunidade, promovendo a valorização histórica dos acontecimentos ao qual este grupo social esteve envolvido.

No decorrer dessa pesquisa, foi observado e analisado como os munícipes de Serranópolis do Iguaçu veem esse monumento e o que entendem por ele, em uma tentativa de compreender o valor que esta estátua tem para os moradores, visto que grande parte dos colonos pioneiros do município participou do confronto, e, atualmente, seus familiares ainda permanecem na cidade. Trabalhou-se, portanto, com um exercício de identificação de aspectos da memória coletiva sobre essa revolta.

Na imagem 02 temos a representação de um colono armado protegendo sua família e demais colonizadores para a permanência e posse de suas terras. Esse é o chamado Memorial 02 de Julho, retratando os 60 anos de paz em território serranopolitano, desde a Revolta de 1961.

Imagem 02 – Estátua em memória aos colonos que participaram da Revolta de 61.



Fonte: Acervo Pessoal, 29 de junho de 2021.

A imagem representa a memória de um episódio que marcou a história de muitas famílias que residiam no município e participaram da revolta. A escultura original do

memorial da Revolta de 61 era de madeira e foi confeccionada pelo artesão João do Formão, que residia no município de Itaipulândia (PR). Esse artesão utilizou a madeira de peroba por ser representativa para os revoltosos. O colono representado está comemorando a vitória com sua arma e ao lado de sua família, demonstrando grande representatividade simbólica sobre a conquista da terra e a proteção dos familiares.

É através desta estátua que grande parte dos munícipes pioneiros se sente representada, ao identificá-la como parte importante da história do município, contribuindo para a construção da identidade coletiva. Assim, diante de sua relevância, e nos baseando nas cartas patrimoniais que prezam pela conservação de estátuas e nos monumentos e nas políticas públicas que buscam a salvaguarda do patrimônio nacional, acreditamos que a patrimonialização desse monumento, através dos meios legais, seria uma ação de reconhecimento e preservação da memória local.

É importante ressaltar que atualmente o município não possui um departamento ligado ao patrimônio cultural, sendo necessário buscar estratégias para conceber um projeto que venha a fundamentar o processo de tombamento da referida estátua a partir da criação de um conselho de patrimônio local.

Para trabalhar o conceito de Patrimônio Cultural junto à comunidade, é preciso entender quais elementos ela valoriza, invocando a memória e o esquecimento, tendo em vista a diversidade cultural do município e os aspectos que compõem a identidade dos munícipes. Para tanto, é necessário conhecer a estrutura social, tendo como base a conceitualização de cultura e identidade.

No ano de 2011, para a comemoração do cinquentenário, o governo municipal elaborou um documentário¹³ para relembrar esses momentos marcantes na história do município. Buscou relatar e reviver a memória de alguns dos posseiros que participaram da revolta.

Voltando aos resultados dos formulários de entrevista, em relação aos conhecimentos que as pessoas têm sobre a Revolta de 61, se destacam os comentários: “Esta revolta foi responsável pela oficialização da posse dos colonos sobre suas propriedades”; “Foi a revolta dos posseiros para defender a permanência de suas famílias nas propriedades onde já estavam instalados”; “Donos de imobiliárias vendiam a mesma terra para duas ou três pessoas, aí contratavam bandidos para intimidar os proprietários”. Segue um relato de como se deu a organização da revolta:

¹³ **SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU - PR – Revolta de 61** (Documentário). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=78Nug72ivqw&t=6s&ab_channel=ImprensaSerran%C3%B3polisdoIgua%C3%A7u. Acesso em: 11 jan. 2022.

Fazia pouco tempo que nós morava (*sic*) aqui, meu pai tinha direito de posse, porém não havia problema com a documentação dele. A organização dos posseiros fecharam os acessos ao município, principalmente nos rios Silva e represo e na estrada de medianeira. Meu pai estava no rio represo, e em casa ouvíamos os tiros, no maior desespero. Meu pai e meu irmão mais velho participaram, cada um com uma espingarda (Entrevistado 2).

Com efeito, em muitos relatos percebe-se que os moradores sentiam medo e pânico ao recordarem os acontecimentos da Revolta de 61, porém, algumas pessoas destacaram que não sabiam nada sobre o assunto.

Neste sentido, os relatos e memórias sobre o processo de migração e adaptação em um novo território sempre se fizeram presentes durante todos esses anos. São histórias que revelam o motivo que resultou na migração, e parte das entrevistas esteve voltada para este momento, com o objetivo de compreender como as próprias pessoas entendem e narram esse processo.

1.4 Conflitos Gerados em Defesa da Estrada do Colono

A Estrada do Colono, também conhecida como Caminho do Colono, era um caminho que ligava os municípios de Capanema a Serranópolis do Iguaçu, com um percurso de 17,6km e 12m de largura, que passava dentro do Parque Nacional do Iguaçu, além do trajeto sobre o Rio Iguaçu, que era feito em balsa.

A criação do Parque Nacional do Iguaçu aconteceu no ano de 1939¹⁴. Neste momento, a Estrada do Colono já existia e vinha sendo utilizada por fazendeiros, posseiros e migrantes durante a ocupação da Região Oeste do Paraná. Ao longo da história, o Caminho do Colono foi usado com diversas finalidades. Primeiramente, fez parte do Caminho de Peabiru, que era usado pelos indígenas durante suas migrações.

Alguns relatos citam que a organização da Coluna Prestes utilizou o trajeto do Caminho do Colono como ponto estratégico, por volta do ano de 1924. Na época, o caminho ficou conhecido como Pique dos Prestes, já que houve a instalação dos revoltosos nas proximidades organizando estratégias para a ação em novos levantes. Tal nome recebeu esta alcunha devido à Coluna Prestes¹⁵, movimento organizado por tenentistas contra o governo de Arthur Bernardes. A Coluna foi liderada por Luís Carlos Prestes, Miguel Costa e Juarez Távora, entre

¹⁴ Foi criado no dia 10 de janeiro de 1939, através do decreto N° 1035.

¹⁵ Ver a bibliografia: SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

outros, e aconteceu entre os anos de 1925 e 1927, percorrendo cerca de 25 mil quilômetros pelos estados brasileiros e contando com um exército de cerca de 1500 homens.

A estrada do colono, então “serviu de caminho para aquela que seria, então, a mais longa, famosa e invicta coluna da América” (ZATTI, 2011, p. 16). Zatti relata a entrevista que Prestes deu para sua filha Anita, onde explica sua passagem pelo Rio Iguaçu,

“Tivemos que abrir picada para o Norte, porque a picada que diziam que existia praticamente não existia. E a mata... é um terreno muito acidentado. Sem fazer uma exploração primeiro, era subir e descer morro, era uma coisa terrível. E depois ainda tínhamos o Rio Iguaçu para atravessar. Porque ele ficava no meio da mata: era a mata do Uruguai que emendava com a do Iguaçu, matas bastante densas. O Rio Iguaçu é impressionante, porque tem 700 metros de largura... E atravessamos. Todo mundo passou aí o rio. E eu toquei para frente, fui-me embora”. (ZATTI, 2011, p. 17, grifos do autor)

A partir da década de 1950, a Estrada do Colono foi utilizada por grande parte dos migrantes que vieram dos outros estados da Região Sul para a Região Oeste do Paraná. Uma simples picada em meio à vegetação nativa, que virou uma estrada larga, e favoreceu o trânsito de caminhões e ônibus utilizados para impulsionar a colonização da região. O caminho fez crescer o interesse pela colonização e permitiu estabelecer a comunicação entre as Regiões Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná.

Tendo em vista que a estrada apresentava expressiva posição estratégica, pelo fato de estar localizada nas proximidades da área de fronteira com Argentina e Paraguai, tornou-se uma rodovia federal, identificada como BR-163 pelo Ministério dos Transportes.

Deve-se considerar que esse trajeto representava um sentimento para os moradores dos municípios do Oeste e Sudoeste do Paraná. Em síntese, para os moradores da região, a estrada representava e ainda representa a aliança com o passado, um elo em suas histórias de vida, uma vez que a passagem pela estrada remetia ao processo de colonização e ao costume de usá-la para visitar os familiares que moram nos outros estados da Região Sul do Brasil.

A obra de Carlos Zatti sobre a Estrada do Colono faz um resumo histórico sobre a ocupação da região de fronteira e explica que o povoamento dessa “região se deu praticamente na República, mas por volta de 1888 foi caracterizada por duas fontes de exploração: extrações de madeira e erva-mate” (ZATTI, 2011, p. 07), além de demonstrar que, ao longo da história, o território do Oeste do Paraná foi cenário de disputas territoriais.

No ano de 1953, segundo Arnaldo Ricobom, “o Governo do Estado do Paraná transformou este caminho em estrada de colonização e porta de acesso ao oeste paranaense para colonos gaúchos” (RICOBOM, 2002, p. 142), quando o Departamento de Estradas e Rodagens do Paraná (DER-PR) realizou o alargamento da via. No ano de 1986, correu a

notícia de que o Governo Estadual do Paraná queria asfaltar a Estrada do Colono, mobilizando entidades ecológicas do Estado que pressionaram para impedir a realização da obra.

No ano de 1986, o Parque Nacional do Iguaçu foi inscrito como Patrimônio Natural Mundial pela UNESCO. Esse acontecimento foi o marco central para que mudassem as políticas e então decidissem pelo fechamento da Estrada do Colono. Atualmente, se destacam pela criação de um programa que incentiva e auxilia nas pesquisas sobre a Proteção e Valorização do Patrimônio Natural.

Nesse sentido, segundo Zatti, descreve-se que, na data de 04/06/86, um senhor chamado Arnóbio da Silva apresentou uma denúncia contra o ato do DER-PR para o asfaltamento do trecho que ligava os municípios de Capanema e Medianeira, e que passava pelo Parque Nacional do Iguaçu:

Por falta de fundamentação legal, em 17/07/86 tal pedido foi indeferido pela 4º Vara de Justiça Federal, mas, trasladou as peças do processo e mandou encaminhar ao Ministério Público Federal, por tratar-se de Ação Civil Pública e, foi aceito. Concedeu-se, em 04/09/86, liminar contra o IBDF determinando o fechamento da “Estrada do Colono”. Em 13 de setembro de 1986 a Estrada foi interdita pela Polícia Federal. (ZATTI, 2011, p. 85)

Diante disso, diversas frentes para tentar reabrir a estrada legalmente foram organizadas pelos municípios lindeiros¹⁶, entre elas estava a criação da Associação de Integração Comunitária Pró-Estrada do Colono – AIPOPEC, em 18/10/1986, com o objetivo de promover a integração regional e a defesa dos interesses comuns aos municípios participantes.

Para evitar as ações da AIPOPEC, a Procuradoria da República em Curitiba enviou, em 23/10/1986, um requerimento ao Secretário de Segurança do Estado, solicitando à Polícia Militar o cumprimento do Art. 364¹⁷ da Constituição Federal, com o objetivo de evitar que a Associação mencionada acima pudesse alcançar seus objetivos. Segundo Zatti, “não se sabe qual a ilegitimidade estava sendo cometida, já que não existia lei proibindo o uso da ‘Estrada do Colono’, entre Medianeira e o Parque Nacional do Iguaçu” (2011, p. 86).

Em razão disso, no ano de 1987, o Estado do Paraná verificou a necessidade de um pedido para a elaboração de provas periciais para avaliar a execução de um projeto de Estrada Parque, que poderia permanecer sem danos ecológicos. Com isso, os municípios lindeiros passaram a se manifestar em defesa da permanência da Estrada do Colono. A primeira

¹⁶ São 14 municípios lindeiros ao Parque Nacional do Iguaçu: Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Serranópolis do Iguaçu, Matelândia, Ramilândia, Céu Azul, Vera Cruz do Oeste, Santa Tereza do Oeste, Santa Lucia, Capitão Leônidas Marques e Capanema.

¹⁷ “evitar que o movimento mencionado atinja seus objetivos ilegítimos”.

concentração foi realizada no então distrito de Jardinópolis, atual bairro de Serranópolis do Iguaçu, no ano de 1989, e reuniu mais de 30 mil pessoas (ZATTI, 2011).

Durante quase dois anos, houve várias tentativas falidas, sem nenhum progresso no caso. Somente no ano de 1990, quando realizaram uma manifestação popular no local onde iniciava a Estrada Parque, milhares de pessoas participaram, incluindo os prefeitos, deputados e governadores dos estados da Região Sul do Brasil, conforme destacou Zatti (2011).

Já no ano de 1997, a coordenação da AIPOPEC, juntamente com as lideranças e prefeituras locais, organizou uma nova mobilização popular, com objetivo de protestar contra a demora em uma resposta à liminar no processo para reabertura da estrada. No dia 08 de maio do mesmo ano, houve a invasão da área do Parque Nacional do Iguaçu. Na altura da estrada, cerca de 800 agricultores da Região Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná, divididos em duas frentes, uma em Serranópolis do Iguaçu e a outra em Capanema, ficaram acampados à beira do parque como forma de protesto, com o objetivo de cortar a vegetação que havia crescido no trecho da estrada.

Imagem 03 – Manifestação no município de Capanema.



Fonte: Jornal Meu Paraná, 2021¹⁸.

¹⁸ Notícia de 19/06/2021 - **Estrada do Colono**: Veja como está o caminho que foi fechado há 20 anos e hoje está repleto de biodiversidade. Jornal Meu Paraná, Rede Paranaense de Comunicações – RPC/Rede Globo. Disponível em: <https://redeglobo.globo.com/rpc/meuparana/noticia/estrada-do-colono-veja-como-esta-o-caminho-que-foi-fechado-ha-20-anos-e-hoje-esta-repleto-de-biodiversidade.ghtml>. Acesso em: 31 jul. 2022.

Esta ação derrubou a liminar que interditava a Estrada do Colono. No dia seguinte, a balsa foi recolocada no Rio Iguaçu para que as pessoas pudessem voltar a usar o trajeto.

O que ficou conhecida como a maior concentração da história da Região Oeste e Sudoeste reuniu comitiva de moradores de diversos municípios, além da presença de autoridades políticas. Como menciona Zatti, no “Dia 13 de maio de 1997, ponto alto das manifestações, como previsto: 15.000 pessoas do lado de Capanema e 15.000 no lado de Serranópolis do Iguaçu, vestidas de branco, com a presença de 20 prefeitos” (2011, p. 113).

O acampamento da mobilização pró-reabertura do Caminho do Colono durou até o dia 16 de junho de 1997, pouco mais de um mês de resistência intensiva e garantiu a cassação da liminar que foi emitida no ano de 1986, que mantinha a estrada fechada. Porém, no dia 19 de junho de 1997, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) cassou essa decisão e fez que com que no dia seguinte os manifestantes voltassem a ocupar o Parque Nacional do Iguaçu.

No dia 08 de julho de 1997, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) passou a controlar o Caminho do Colono, quando guaritas foram instaladas nas duas entradas do parque, estabelecendo horário para o tráfego na via. Além de promover o fechamento da estrada, mandou construir uma cerca para impedir a entrada dos manifestantes, causando danos à passagem dos animais da região.

Já no dia 11 de janeiro de 1998, a estrada foi novamente aberta pela população manifestante, que montou acampamento nas extremidades da estrada, permitindo a circulação de veículos. O Caminho do Colono ficou fechado por mais de dez anos. As autoridades locais, juntamente com os manifestantes de diversos municípios das Regiões Oeste e Sudoeste, se recusaram a atender a ação judicial.

Em 2001, a Justiça Federal determinou o fechamento definitivo da Estrada do Colono, momento que gerou muitos conflitos entre manifestantes e Polícia Federal, IBAMA e Exército Brasileiro. Inclusive, houve a prisão de alguns moradores e o confronto deixou diversas pessoas feridas. Esta foi a última decisão sobre a Estrada do Colono, que continua fechada até a atualidade.

Imagem 04 – Contingente policial para o fechamento da Estrada.



Fonte: Revista Mosaicos, 2001¹⁹.

Sobre as lembranças que os participantes têm sobre os conflitos pela Estrada do Colono, muitos participaram das reuniões dos manifestantes e integraram os acampamentos da resistência. Normalmente, eram os homens que participavam efetivamente das manifestações; as mulheres ficavam tomando conta dos filhos e da propriedade. Um dos relatos demonstra como aconteceu esse processo:

Ao longo de todo processo, foram 3 manifestações, com acampamento e no último que teve conflito, participei de todos. O momento mais marcante foi quando fecharam a estrada definitivamente, houve muito conflito. A população não queria que a estrada fosse fechada, vieram muitos policiais, o exército, alguns manifestantes foram presos, outros levaram balas de borracha. (Entrevistado 2)

É importante reforçar que a luta pela permanência da Estrada do Colono seria um segundo momento de união e força desses mesmos colonizadores para manterem a estrada que serviu de passagem para a povoação da Região Oeste do Paraná, e vinha sendo usada como um elo para a manutenção da integração da Região Oeste com a Região Sudoeste.

¹⁹ **Retrospectiva em Imagens da Polêmica Estrada do Colono.** Disponível em: <https://www.revistamosaicos.com.br/5144-2/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

CAPÍTULO II
O MUSEU MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU

CAPÍTULO II

O MUSEU MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU

O Museu Municipal de Serranópolis do Iguaçu foi criado no dia 23 de dezembro de 1998, através da Lei N° 054/98, e foi nomeado como Museu Municipal Edson Bloemer, em homenagem a um aluno que faleceu tragicamente no ambiente escolar em uma das escolas de educação infantil no interior do município. O museu tinha como principal objetivo a coleta, a catalogação, a exposição para visitação pública e a preservação dos bens de valor histórico, cultural e paisagístico do município.

As informações contidas na Coletânea Histórica de Serranópolis do Iguaçu (2008) relatam que no dia 07 de setembro de 1999, o lançamento do projeto Museu Municipal Edson Bloemer ocorreu na Escola Municipal Davi Carneiro, na comunidade rural da Linha Divisa do Parque. Os objetos doados pela população contavam, principalmente, a história da colonização do município. Em 2003, o Museu Municipal foi instalado em um prédio junto à Biblioteca Pública Municipal, no bairro de Flor da Serra, em um ato de reinauguração.

O Projeto Museu Histórico de Serranópolis do Iguaçu, de 2002, surgiu com a finalidade de implantar no museu um espaço onde fossem coletados, conservados, pesquisados, documentados e expostos objetos que preservassem a memória do município. Grande parte de seu acervo foi composto por objetos doados por moradores e a expectativa em relação a isso era de que a população obtivesse um envolvimento em respeito à conservação do patrimônio municipal (Serranópolis do Iguaçu – Paraná, 2002).

Atualmente o Museu Municipal Edson Bloemer encontra-se inativo por ausência de políticas públicas de salvaguarda, promoção e divulgação do patrimônio municipal. O museu conta primordialmente com utensílios utilizados por colonizadores migrantes, famílias alemãs e italianas provenientes dos Estados de Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS), a partir da década de 1950, e uma pequena coleção de peças líticas, em pedra polida, que foram encontradas em propriedades rurais no interior do município. Tais objetos, contudo, provavelmente relacionados a grupos indígenas pré-coloniais, nunca foram analisados e sequer possuem a correta identificação, codificação, cadastramento e, conseqüentemente, catalogação.

De antemão, aponta-se a relevância em manter no museu um espaço de constante diálogo com a comunidade envolvida em sua história, pela relação direta entre o passado e o presente, além de preservar a história e a memória de um grupo social.

Nesse sentido, analisar a presença indígena no município a partir da investigação da documentação contida no museu era fundamental, pois nunca houve pesquisa arqueológica que se debruçasse sobre esses artefatos líticos. O objetivo maior era promover reflexões sobre um processo de ressignificação dos aspectos identitários da comunidade de Serranópolis do Iguaçu em relação aos povos indígenas que habitaram o território no passado.

Para viabilizar essas discussões, partiu-se de aspectos teórico-metodológicos da Educação Patrimonial, visando, em parceria com o referido museu, trabalhar questões relativas à conservação, preservação e divulgação dos dados, e, em última instância, memória e identidade, para que a população reconhecesse socialmente o acervo depositado nesse local, se apropriando e valorizando a diversidade cultural de suas origens.

Atualmente, o museu se encontra sem um prédio próprio ou instalações apropriadas para o atendimento ao público. É importante salientar que há um descaso por parte das administrações municipais, já que não se sabe afirmar há quantos anos o museu está desativado, mostrando uma sequência de anos de ausência de políticas públicas que o tivessem como objeto.

Imagem 05 – Realidade do acervo do museu.



Fonte: Acervo Pessoal, 21 de julho de 2021.

Na Imagem 05, pode-se observar que as peças do museu não possuem um cuidado, estão sem identificação e não há instalações adequadas para um espaço museal ou um acervo documental de peças em condições de ser visitado por pesquisadores ou pelo público.

Neste aspecto, é importante entender uma série de questões que envolvem o processo de constituição do acervo do Museu Municipal Edson Bloemer, enfatizando a iniciativa e a participação popular no que diz respeito às doações dos colonos, o espaço reservado à exibição, o acúmulo de objetos sem identificação e cuidado adequado, promovidos pela mudança de localização e depreciação do museu.

Imagem 06 – Visão geral de como o acervo se encontra.



Fonte: Acervo Pessoal, 19 de julho de 2019.

De acordo com o registro das peças do Museu Municipal Edson Bloemer, podemos identificar utensílios domésticos, instrumentos de trabalho, livros e artefatos líticos. Há um livro que demonstra quem foram os doadores e suas contribuições, material importante para manter o acervo documentado com as informações do uso de cada peça antes de ir para o museu e quem foi seu doador.

Nos objetos utilizados no processo de instalação e preparação das roças, verifica-se uma enxada, uma galopa (utilizada para plainar madeira), um estribo e ferraduras, um facão, uma foice, um periquito (utilizado para rolar madeira), uma picareta, uma enxó (utilizado para

fraquejar madeira), uma plaina de madeiras, um tosquiador, uma mão de pilão, um debulhador de milho, um quebrador de milho, um pulverizador costal e um motosserra.

De uso doméstico, há um moedor de café, uma chaleira de ferro, uma máquina de costura, uma chapa de fogão a lenha, um fumigador, uma panela de ferro, um ralador de mandioca, uma gamela, uma lamparina e um relógio de parede.

A coleção bibliográfica do acervo conta com livros escritos em alemão, obras de referência como dicionários, obras de medicina natural e alguns livros sobre Literatura Brasileira.

Em relação à Revolta de 61, há apenas dois projéteis de fuzil, que, segundo o doador, pertenceram aos soldados envolvidos no conflito. As demais peças do acervo são materiais líticos, alguns machados e boleadeira indígenas, que foram encontrados pelos agricultores durante a preparação da terra para plantio, porém, não há nenhum registro de localidade, datas e nem contexto em que foram encontrados.

Imagem 07 – Coleção de objetos líticos presentes no museu.



Fonte: Acervo Pessoal, 19 de julho de 2019.

Na Imagem 07, nota-se a diversidade de objetos líticos presentes no museu, porém, não existe nenhuma pesquisa arqueológica que indique sua origem e função, tampouco o local

onde foram encontrados. Na catalogação e informação dos doadores dos objetos, observamos que em algum momento alguma dessas peças foram tratadas como pedras de pilão.

Durante o contado com a comunidade, constatamos que vários moradores locais possuíam peças arqueológicas coletadas durante os trabalhos de roças. Nos dando possibilidade para projetos de pesquisas futuros.

Entendemos que o descobrimento desses objetos, guardam para a história da região grandes significados porque não há registros e estudos feitos nessa região específica, exceto os que foram elaborados por Igor Chmyz, doutor pesquisador em Arqueologia e Antropologia, sob as margens do Rio Paraná, em Guaíra - PR, durante o processo de construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu, financiado pela empresa, e também as pesquisas arqueológicas direcionadas no Alto e Médio Rio Iguaçu, em 1969, próximo da região de Curitiba, distante da região Oeste do Paraná, onde localizamos nossa pesquisa.

Dessa forma, ao apresentarmos uma proposta de pesquisar e analisar objetos líticos, enfrentaremos uma tensão conceitual e na estrutura de poder referente ao estabelecimento de hierarquias culturais, principalmente no que tange atualmente, nesse período político, no preconceito com relação aos povos indígenas e propomos através do conhecimento mais a fundo desse material a ruptura desse paradigma e a valorização do passado do município, seus antepassados e suas heranças histórico-culturais que nos foram deixadas.

A produção e uso dos artefatos líticos pertencentes à Tradição Guarani variavam dependendo de suas necessidades e podem ser definidas da seguinte forma:

os machados polidos, associados ao abate de árvores, e os artefatos bifaciais de grande porte de caráter multifuncional. Esta categoria de artefatos estaria relacionada a atividades de entalhe (talhadores), bem como a atividades de sulcar, cavar, lavrar ou debastar a madeira com uma percussão arremessada perpendicularmente, ação associada à produção de canoas monóxilas e ao processamento do material construtivo utilizado na confecção das casas e paliçadas da aldeia (Noelli & Dias, 1995). Os locais de produção destes tipos de artefatos estariam associados às fontes de matérias-primas, gerando concentração de resíduos de lascamento e de artefatos em distintas fases de confecção. (Dias; Hoeltz, 2010, p. 50)

O contexto arqueológico em que os artefatos líticos fazem referências pode estar associados às datações do médio vale do Rio Paraná, pela proximidade geográfica com os objetos estudados, usamos como exemplos a PR-FI-21 e PR-FI-49, na Foz do Iguaçu (Paraná) que apresentam sequências de datações entre 7000 e 2000 anos AP (Chmyz, 1983; Laming-Emperaire, 1968; Moraes, 1979; Pallestrini, 1980; Pallestrini & Chiara, 1978; Vilhena de Moraes, 1977; Vilhena-Vialou, 1980, 1983/1984)²⁰. E fazem parte do Holoceno Médio nos

²⁰DIAS; HOELTZ, 2010, p. 58.

vales dos rios Ivaí, Guaíra e Foz do Iguaçu, abrangendo as fases Ivaí, Pirajuí, Timburi e Tatuí²¹.

Dessa forma, destacamos a necessidade de caracterização e classificação das peças que integram o acervo do museu municipal, identificando a diferenciação por rochas. Muito comum acontecer de o material ser trazido de outro local para serem trabalhados na comunidade, assim seria de grande importância o contato com o Museu Paranaense e Arqueólogos para caracterizar e classificar estes materiais.

Imagem 08 – Objetos que remetem à colonização do município.



Fonte: Acervo Pessoal, 19 de julho de 2019.

Na Imagem 08 estão um moedor de milho, uma canga de boi, uma máquina de costura e fotografias referentes à instalação pós-colonização. São elementos que possibilitam a compreensão de como aconteceu o processo de instalação durante a colonização das novas terras.

Partindo do pressuposto de que o espaço museal é uma construção coletiva, e que o Museu Municipal de Serranópolis do Iguaçu tem em seu acervo objetos que remetem

²¹ Chmyz, 1983

principalmente à colonização do município, analisou-se a participação popular para a doação das peças para esta coleção.

O perfil do museu pode ser considerado como de acervos históricos, antropológicos e etnográficos, porque retratam os processos migratórios e colonizatórios do município, sendo basicamente formado por elementos constituídos pela história da migração, objetos de uso doméstico e utensílios de trabalho agrícola, considerados como pioneiros do município. Também pode-se caracterizar a representação da identidade e cultura europeia em muitas famílias que até hoje empregam a língua italiana ou alemã.

Quando migraram de Santa Catarina (SC) ou Rio Grande do Sul (RS), a grande maioria das famílias era descendente de alemães e italianos e os aspectos culturais se mantêm até hoje, com suas vidas centradas em afazeres domésticos e no trabalho agrícola. Isso pode ser notado na culinária, nos diferentes sotaques, no uso das línguas para determinadas frases e expressões, nas festas tradicionais, nos repertórios musicais tocados nas rádios comunitárias, no cultivo de uva e na produção de vinhos, entre outros.

Assim, para a manutenção da história do município, enfatiza-se a necessidade da preservação e conservação do acervo do museu, buscando impulsionar políticas públicas da área museal que tornem possível a salvaguarda do patrimônio municipal. Nesse sentido, é fundamental a elaboração de um Plano de Gestão para o Museu Municipal de Serranópolis do Iguaçu, visando normatizar as atividades e os procedimentos técnicos. É preciso pensar em estratégias que estimulem novas leituras, novos discursos e uma reconstrução de realidades, a partir de ações participativas buscando a integração da comunidade junto ao bem cultural.

Enfatiza-se também a necessidade de implantação de cursos formativos sobre estudos museológicos para professores da rede de ensino, procurando uma relação ativa entre a comunidade e o museu. Uma proposta de Plano Museológico deve ser pensada com a ajuda da comunidade, buscando entender qual a percepção que os professores e a população têm sobre Patrimônio Cultural, Memória e Identidade, objetivando a compreensão e a conscientização de que o Patrimônio Cultural envolve os costumes e tradições, definidos pela cultura do grupo social e, dessa maneira, procurar desenvolver pesquisas que envolvam a História Oral, trabalhando com os aspectos da memória social considerados importantes para o coletivo.

Nogueira (2008) considera a gênese da noção de patrimônio histórico e artístico nacional atrelada à ideia de nação e formação do Estado Nacional e, dessa maneira, diz que o “sentimento de pertencimento que enuncia a ideia de nação, a comunidade imaginada, na

acepção de Benedict Anderson (1989), ganharia materialidade sob a mediação do patrimônio histórico e dos valores a ele atribuídos” (NOGUEIRA, 2008, p. 239), que podem ser localizados no tempo e no espaço.

Nesse sentido, algumas ideias presentes na obra *Cultura e Identidade: Perspectivas Interdisciplinares* (2002), organizada por Joanildo A. Burity, têm como objetivo demonstrar as preocupações contemporâneas com a questão que envolve as ciências sociais, procurando enfatizar o tema da identidade.

Levando em consideração que o processo de colonização foi permeado a partir da migração de famílias de outros estados e que, na maioria das vezes, essas famílias não se conheciam, mas passaram por semelhantes dificuldades de instalação e adaptação, com o passar dos anos, foram formando uma nova estrutura social, baseada em diferentes aspectos culturais, porém, fundamentais para construção de um projeto de identidade cultural.

Tendo em vista a representação social que constitui a identidade através das vivências culturais da comunidade envolvida,

Thompson enxerga o estudo da cultura popular através da luta coletiva das classes populares, interessando-se especificamente “em desvendar a identidade sociocultural das classes subalternas no contexto específico da formação do capitalismo”. (COUCEIRO, 2002, p. 17)

A formação de uma cultura pode significar o desenvolvimento de uma coletividade, de viver em comunidade, conforme explica Burity (2002) “sem o concurso de forças culturais, cujas práticas e organizações se encarregaram de testar, nutrir e salvaguardar aquelas experiências, não haveria cidadania produzida a partir da inculcação étnica ou política” (BURITY, 2002, p. 42).

Neste sentido, o processo de colonização do município deve ser encarado a partir da análise de Cavalcanti (2002), que afirma que as migrações requerem um debate sobre o desenraizamento, que “configura-se como o desencontro do ser naquilo que lhe é dado tradicionalmente como substancial para pertencer a um grupo social”. E neste sentido, “o migrante perde a paisagem natal, a roça, as águas, as matas, a caça, a lenha, os animais, a casa, os vizinhos, as festas, a sua maneira de vestir, o entoado nativo de falar, de viver, de louvar a Deus... Suas múltiplas raízes se partem” (CAVALCANTI, 2002, p. 144).

Porém, no novo local habitado se criam laços, novas amizades, elementos que se identificam e formam sentimentos que, posteriormente, se transformarão na cultura e identidade desse novo grupo social.

Milton Santos (2002) analisa os espaços dos cidadãos com o objetivo de contribuir para o debate sobre o processo de redemocratização brasileira, a partir da realidade do país. Além

disso, acredita que a relação entre a identificação de um grupo social e sua memória, se remete à contribuição dos cidadãos dadas aos locais criados, porque:

quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação. Mas o homem, um ser dotado de sensibilidade, busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e vai pouco a pouco substituindo a sua ignorância do entorno pelo conhecimento, ainda que fragmentário. O entorno vivido é lugar de uma troca, matriz de um processo intelectual. (SANTOS, 2002, p. 81)

Com o pressuposto para analisar a representação da história dos objetos do acervo do museu para a comunidade, o ponto de partida para o desenvolvimento da ideia de identidade e memória foram características comuns aos grupos sociais, que assinalam para a unidade, e que são construídas em um acordo comum que “nunca estará livre da memória das lutas passadas e das escolhas feitas no curso dela” (BAUMAN, 2003, p. 19). Assim, é possível compreender o patrimônio antes pelos significados a ele atribuídos, como ressalta Durham: “nessa perspectiva, devemos tentar definir o patrimônio em função do significado que possui para a população, reconhecendo que o elemento básico na percepção do significado de um bem cultural reside no uso que dele é feito pela sociedade” (DURHAM, 1984, p. 30).

Para isso, também, conforme definido pelo IPHAN, pode-se entender o Bem Cultural²² como “um bem, material ou não, significativo como produto e testemunho de tradição artística e histórica, ou como manifestação da dinâmica cultural de um povo ou de uma região” (FERREIRA, 1986, p. 247), podendo ser resumido como qualquer bem-produzido pela cultura.

Nesse âmbito, a maioria dos entrevistados que responderam ao questionário consideram o museu de grande importância para a manutenção da história e da memória do município: “Bom para guardar objetos antigos para as novas gerações conhecerem”, “Conta a história de um povo”, “de extrema importância para manter viva a história da comunidade e da história das pessoas que viveram”. Verifica-se que muitas palavras e conceitos se repetem. Em contrapartida, um único participante destacou que “no nosso município acho pobre a quantidade e qualidade dos materiais”.

Já quando questionados sobre o abandono do museu, acreditam que se deve à “falta de investimento/interesse por conta do governo”, “pouca procura e falta de mais material” e a “falta de incentivo e de interação com a comunidade local”.

²² GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; MAIO, Luciana Mourão. Bem Cultural. **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/79/bem-cultural>. Acesso em: 21 ago. 2021.

Em conversa (não-formal) com servidores públicos do município foi revelado que o museu se encontra fechado por falta de interesse da comunidade. Em contrapartida, o resultado das entrevistas apontou que todos os participantes consideram o museu de grande importância para a manutenção da memória do município. Neste sentido, entendemos que, mesmo que a procura do museu fosse baixa, a inexistência de iniciativas e projetos que buscassem a interação com o público, intensificou o abandono.

Em suma, é, portanto, difícil mensurar a dimensão e a expressividade da participação comunitária para a construção do museu e para a memória da história do município, em pontos que configuram a identidade local, visto que a memória dos entrevistados constitui um processo de rememoração do passado (Bosi, 1995), dando uma possibilidade aos munícipes de repensarem sobre suas próprias trajetórias.

Neste sentido, para se entender a estrutura e a análise do acervo do Museu Municipal de Serranópolis do Iguaçu, é preciso contextualizar as políticas públicas em nível nacional e do Estado do Paraná.

2.1 Políticas Públicas Nacionais para a Manutenção dos Museus

As políticas voltadas para a área da Museologia estão atreladas ao setor público, que desempenha um papel fundamental para a preservação e manutenção do direito à memória da cultura. Através da Constituição Federal, de 1988, a cultura passou a ser considerada um direito fundamental, além de ser dever do Estado a preservação do patrimônio histórico e cultural.

Nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal do Brasil, de 1988, ficaram definidas as estratégias para a manutenção do patrimônio cultural nacional, repassando para os Estados o dever de garantir a valorização e o incentivo da produção cultural e a difusão das manifestações culturais.

O Anteprojeto redigido por Mário de Andrade, a pedido do Ministro da Educação Gustavo Capanema, para a Criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, tinha o objetivo de identificar, documentar, proteger e divulgar o patrimônio cultural brasileiro. Inicialmente, tinha como prioridade resguardar a preservação do patrimônio material, como: igrejas, fortes, pontes, chafarizes, prédios e conjuntos urbanos. Posteriormente, a partir dos encaminhamentos elaborados por Mario de Andrade, foi

acrescentado o objetivo de valorização e preservação da cultura popular, o patrimônio imaterial nacional.

Entende-se por Museologia, terminologia criada por volta do ano de 1950, a ciência aplicada que se preocupa com “as funções museais”, com área de atuação voltada para as formas específicas de “pesquisa e comunicação”, de conservação e organização do espaço físico (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 22). A Museologia pode ser compreendida como a técnica de preencher as funções do museu, dando possibilidades para expandi-lo e torná-lo um local multidisciplinar, que passa a abrigar diversos tipos de acervo, além de promover a relação entre os objetos expostos e o espaço. Já a Museografia está ligada à parte da documentação do museu que é necessária para organizar, catalogar, apresentar e conservar acervos.

O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), criado através da Lei nº 11.906 de 20 de janeiro de 2009²³, considera que as instituições museológicas, os centros culturais e de práticas sociais, sejam colocados a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, com o objetivo de propiciar a ampliação do campo e de possibilidades de construção identitária, percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção do conhecimento e à produção de novas oportunidades de lazer. O objetivo do IBRAM é o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o setor museológico e promoção de estudo, preservação, valorização e divulgação do patrimônio cultural brasileiro. Este órgão é responsável pela Política Nacional de Museus (PNM) e pelas melhorias dos serviços do setor.

A Política Nacional de Museus (PNM)²⁴, projetada no ano de 2003 pelo Ministério da Cultura (MinC), se tornou um importante meio regulamentador para organizar e representar os museus nacionais, a partir de um debate promovido com a comunidade museológica, que envolveu o meio universitário e profissionais da área para pensar questões sobre diversos segmentos culturais. Este evento culminou no lançamento do caderno Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania, cujo objetivo era a promoção, valorização e a preservação do patrimônio cultural brasileiro, além de promover a inclusão social e a cidadania.

Para falar da grandeza simbólica dos museus, o ponto de partida foi a análise da “Política nacional de museus: evolução da gestão museal na última década”²⁵, de Leticia

²³ BRASIL. **Lei 11.906/2009**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11906.htm. Acesso em: 17 out. 2022.

²⁴ BRASIL. **Política Nacional de Museus**. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/politicas-do-setor-museal/politica-nacional-de-museus>. Acesso em: 17 out. 2022.

²⁵ Observatório Itaú Cultural. **Política nacional de museus: evolução da gestão museal na última década**. Disponível em: <https://portal->

Fernandes (2021). A autora cita que as contribuições de um museu são muito importantes para o desenvolvimento local, demonstrando que os museus contribuem para a transformação das identidades de lugares. Fernandes enfatiza que o museu pode “promover uma cultura de criatividade, curiosidade e imaginação” (FERNANDES, 2021, p. 02).

As atuações do MinC foram efetivas até o ano de 2013 e resultaram em importantes avanços para a gestão no campo museal, uma oportunidade para enfatizar as funções do PNM, mencionadas por Fernandes:

A PNM baseia-se em um modelo de gestão democrática e participativa, operacionalizada através de três instrumentos:

◦ **Institucional:** compreende os ordenamentos jurídicos que dispõem sobre as instituições do setor e suas atribuições, o destino de recursos, a criação de programas, as ações estratégicas e os indicadores para o monitoramento e avaliação dos resultados; em resumo, determinam as “regras do jogo”

◦ **Democratização:** inclui os canais de participação ampla, democrática e descentralizada nos processos de tomada de decisão acerca das políticas públicas e os esforços para garantir a efetiva participação dos agentes relevantes para o setor (stakeholders).

◦ **Financiamento:** abrange os recursos destinados aos órgãos e às funções designados para a execução dos objetivos definidos por meio das políticas públicas, variando em aplicabilidade e no grau de participação dos setores públicos e privado. [grifos da autora] (FERNANDES, 2021, p. 03)

Portanto, foram criados alguns setores pensados para manter o funcionamento dos museus e alguns exemplos disso são: o Sistema Brasileiro de Museus, o Estatuto dos Museus, o Instituto Brasileiro de Museus, o Cadastro Brasileiro de Museus e o Plano Nacional Setorial de Museu.

O Estatuto de Museus²⁶ foi instituído através da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, e regulamentado pelo Decreto nº 8.124/2013. Possibilitou a regulamentação e o reconhecimento público dos museus e toda atividade museológica no país, além de criar importantes mecanismos para a gestão, proteção e divulgação do patrimônio museológico, cujo vínculo tornou possível a criação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM)²⁷.

Através da publicação do Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, o Estatuto de Museus passou a ser definido como uma rede organizada, constituída por meio da adesão voluntária de instituições, que garante a participação para a construção de políticas públicas voltadas para a formação de redes temáticas entre as instituições museológicas.

assets.icnetworks.org/uploads/attachment/file/100777/IC_Painel_Dados_OBS_Leticia_Fernandes_v2.pdf.
Acesso em: 16 out. 2022.

²⁶ BRASIL. **Estatuto dos Museus**. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/politicas-do-setor-museal/estatuto-de-museus>. Acesso em: 17 out. 2022.

²⁷ BRASIL. **Sistema Brasileiro de Museus**. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/sistema-brasileiro-de-museus>. Acesso em: 17 out. 2022.

Com efeito, nunca é demais lembrar que o estado de abandono, em que se encontra o Museu Municipal de Serranópolis do Iguaçu (PR), atenta contra a legislação mais primária no que diz respeito aos inventários museológicos. Verificamos essa passagem na lei 11.904/2009:

Art. 40. Os inventários museológicos e outros registros que identifiquem bens culturais, elaborados por museus públicos e privados, são considerados patrimônio arquivístico de interesse nacional e devem ser conservados nas respectivas instalações dos museus, de modo a evitar destruição, perda ou deterioração.
Parágrafo único: No caso de extinção dos museus, os seus inventários e registros serão conservados pelo órgão ou entidade sucessora. (BRASIL, Lei nº 11.904, 2009)

O Cadastro Nacional de Museus (CNM)²⁸ foi um instrumento criado para conhecer e mapear os museus brasileiros. Desde sua criação, em 2006, pode mapear cerca de 3.700 instituições museológicas em todo o país e publicou suas informações nas obras *Museus em Números* (volumes 1, 2a e 2b) e *Guia dos Museus Brasileiros*. Seu objetivo consiste na coleta e divulgação dos dados, consciente da necessidade de informações de qualidade para a reformulação e o monitoramento de políticas públicas no campo museal.

Neste aspecto, o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM)²⁹ começou a ser elaborado em 2009, de forma democrática e participativa com plenárias estaduais e foi consolidado no 4º Fórum Nacional de Museus (FNM), em 2010, além de revisto em 2014, com a elaboração de indicadores e metas que possibilitam seu monitoramento e avaliação.

Outro marco importante foi a criação do Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013³⁰, que regulamenta as Leis 11.904/2009 e institui o Estatuto de Museus, e a Lei 11.906/2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Atualmente, o Decreto nº 5.264/2004³¹, que instituía o Sistema Brasileiro de Museus, encontra-se revogado.

Em suma, a Política Nacional de Educação Museal (PNEM)³² é uma orientação dirigida para a realização de ações que fortaleçam o campo profissional e garantam a realização de práticas educacionais nos museus. Já foram realizados 23 encontros regionais, resultando na aprovação da Carta de Petrópolis (2012) e na Carta de Belém (2014), nas respectivas edições do Fórum Nacional de Museus. O texto final foi aprovado na 7º FNM, em

²⁸ BRASIL. **Cadastro Nacional de Museus**. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/cadastro-nacional-de-museus>. Acesso em 17 out. 2022.

²⁹ BRASIL. **Plano Nacional Setorial de Museus**. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/politicas-do-setor-museal/plano-nacional-setorial-de-museus>. Acesso em: 17 out. 2022.

³⁰ BRASIL. **Decreto Nº 8.124/2013**. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/decretos-federais/decreto-no-8-124-de-17-de-outubro-de-2013>. Acesso em: 17 out. 2022.

³¹ BRASIL. **Decreto Nº 5.264/2004**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5264-5-novembro-2004-534503-norma-pe.html>. Acesso em: 17 out. 2022.

³² BRASIL. **Política Nacional de Educação Museal**. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/politicas-do-setor-museal/politica-nacional-de-educacao-museal>. Acesso em: 17 out. 2022.

2017, e foi instituído através da Portaria N° 422, de 30 de novembro de 2017³³, acompanhado por um breve histórico da educação museal no Brasil, um resumo do processo de construção participativa da PNEM e conceitos-chave que devem guiar os trabalhos nesta área.

O 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos ocorreu em Petrópolis (1987)³⁴, com discussões que envolviam a amplitude de sítios históricos urbanos, espaços com valores produzidos no passado e no presente, com objetivo de preservação, manutenção e potencialização de quadros referenciais necessários para a consolidação da cidadania.

Já a Carta de Belém (PA), de 2014³⁵, seguindo os princípios e parâmetros para a criação e posterior implementação da Política Nacional de Educação Museal, teve o objetivo de definir a construção de uma política que fortalecesse e consolidasse o campo, além de reconhecer por lei a educação museal como função dos museus.

O Programa Museu Memória e Cidadania, reformulado a partir da criação da PNM³⁶, contou com o diálogo de profissionais da área da museologia, além do meio universitário, com objetivo de pensar na enorme diversidade étnica e cultural do povo brasileiro, sendo um importante meio para a valorização do patrimônio cultural.

Através dele, conseguiu-se apoio para a criação de redes de informações entre museus brasileiros, estimulou-se o desenvolvimento de processos e metodologias de gestão participativa institucionais, criaram-se mecanismos que favoreceram a documentação e organização dos museus, pensaram-se em programas para a inserção do patrimônio cultural musealizado na vida social da comunidade e ações para o desenvolvimento de políticas para a comunicação com o público, além de outras ações que democratizam o acesso aos museus.

Em 2019, o MinC foi extinto, passando a ser apenas uma pasta de secretaria, subordinada ao Ministério da Cidadania e ao Ministério do Turismo. Além disso, o Governo Federal, através do Decreto Federal n° 9.759, de 11 de abril de 2019, extinguiu todos os comitês que haviam sido criados pelas políticas públicas dos museus. Neste sentido, estas ações marcaram a perda de relevância pelo governo em exercício naquele momento.

³³ BRASIL. **Diário Oficial da União - Portaria n°422, de 30 de novembro de 2017**. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/Portaria-422-2017-PNEM.pdf>. Acesso em: 17 out. 2022.

³⁴ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Petrópolis (1987)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Petropolis%201987.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2022.

³⁵Instituto Brasileiro de Museus. **Carta de Belém – PA**. Disponível em: https://forum.acervos.museus.gov.br/forum-nacional-de-museus/6fnnm-carta-de-belem-pnem-2014/#&gid=tainacan-item-document_id-115213&pid=1. Acesso em: 15 nov. 2022.

³⁶ BRASIL. **Política Nacional de Museus: Memória e Cidadania**. 2003.

Neste aspecto, apresentam-se as mudanças que os trabalhadores do setor dos museus gostariam de ver, apresentadas na pesquisa realizada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) Brasil com esses profissionais, conforme declara Fernandes:

- ° Ações que ampliem a presença digital dos museus para além das redes sociais, incluindo projetos pensados para o ambiente on-line, com acesso a acervos e coleções, e desenvolvimento de habilidades digitais.
- ° Ações e projetos para a promoção do papel social dos museus e sua relação com comunidades, incluindo ações solidárias durante a pandemia e projetos que tornem os museus mais inclusivos e acessíveis.
- ° Ações para melhoria da gestão e das práticas de trabalho dentro dos museus. (FERNANDES, 2021, p. 09-10)

Maurício Rafael (2017) analisa a influência e os impactos das políticas culturais nos museus catarinenses, identificando e caracterizando as políticas culturais direcionadas aos museus, verificando o papel do Estado (Santa Catarina) na formulação de políticas voltadas para a cultura, considerando o museu como um lugar que guarda informações do passado, além de demonstrar a importância de um diálogo interdisciplinar para a prática museológica.

Verifica-se que é indispensável o papel do Estado para a promoção e preservação do patrimônio, seja ele cultural ou material, já que as políticas culturais devem atender às necessidades culturais de uma sociedade. Dessa forma, é importante pensar na diversidade cultural brasileira para a elaboração de uma política pública cultural voltada para museus, examinando os discursos e as representações que cada museu pode representar.

Segundo Rafael (2017),

Os museus configuram-se como agentes de integração entre os indivíduos e as mais diversas narrativas culturais. São lugares de pesquisa, de reabilitação e de fortalecimento das identidades culturais, assim como de formação e produção de conhecimento. (RAFAEL, 2017, p. 34)

ou, ainda, pode-se compreender a criação do livro *Subsídios para implantação de uma política museológica brasileira – 1976*³⁷, documento que possui recomendações para a organização técnica e administrativa para a preservação do patrimônio cultural, cujo objetivo é favorecer uma nova proposta museológica brasileira.

Em 1979, houve a criação da Fundação Nacional Pró-Memória³⁸, extinta em 1990, e que funcionou juntamente com a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado por Aloísio Magalhaes, seu então diretor. A Fundação auxiliou no

³⁷ Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. **Subsídios para implantação de uma política museológica brasileira**. O Instituto, 1976.

³⁸ REZENDE, M. B. *et al.* Fundação Nacional Pró-Memória 1979-1990. **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/53/fundacao-nacional-pro-memoria-1979-1990#:~:text=Ainda%20no%20ano%20de%201979,Minist%C3%A9rio%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Cultura>. Acesso em: 06 nov. 2022.

dinamismo de políticas culturais incentivando a preservação do patrimônio cultural. Suas funções buscam, em seu Artigo 1, “contribuir para o inventário, classificação, conservação, proteção, restauração e revitalização dos bens de valor cultural e natural existentes no país” (BRASIL, 1979).

Neste sentido, a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC)³⁹, em 1975, sob a presidência de Aloísio Magalhães, teve o objetivo de traçar um sistema referencial básico para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira. O CNRC desenvolveu um projeto para a valorização do artesanato e a preservação das chamadas tecnologias patrimoniais ou endógenas, além de promover levantamentos de processos de transformação sociocultural com o fim de estudar modelos alternativos de desenvolvimento.

Enfatiza-se a criação da Fundação Nacional de Artes (Funarte), em 1975, que vem desenvolvendo políticas públicas de fomento às artes visuais, à música, à dança, ao teatro e ao circo, com a finalidade de promover, estimular e desenvolver atividades culturais em todo o Brasil.

O Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) foram criados a partir do Decreto nº 3.551, de 2000⁴⁰, instituindo o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial como base para a constituição do patrimônio cultural brasileiro. Neste sentido, possibilitou-se a elaboração do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), cujo objetivo era a promoção, a identificação e a produção de conhecimentos sobre os bens culturais, além de subsidiar a formulação de políticas públicas.

Com a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, que visa à proteção administrativa dos bens culturais intangíveis que estão relacionados à identidade de grupos sociais, frisa-se que o patrimônio imaterial⁴¹, que constitui o patrimônio cultural brasileiro, se define através de expressões culturais e tradicionais de indivíduos que buscam preservar e homenagear entes de sua história.

³⁹ IPHAN - 1970 a 2000: surge o conceito mais abrangente de bem cultural. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/79/bem-cultural> . Acesso em: 28 nov. 2022.

⁴⁰ BRASIL. Decreto N° 3.551, de 04 de agosto de 2000. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=3589A4E7C1CACFA7473B1BC685DE6AD2.proposicoesWebExterno1?codteor=355911&filename=LegislacaoCitada+-INC+6879/2005. Acesso em: 17 ago. 2021.

⁴¹ Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. **Conceitos Gerais - Patrimônio Imaterial**. Disponível em: <http://www.ipac.ba.gov.br/patrimonio-imaterial/conceitos-gerais#:~:text=Patrim%C3%B4nio%20cultural%20imaterial%20%C3%A9%20uma,ancestralidade%2C%20para%20as%20gera%C3%A7%C3%B5es%20futuras>. Acesso em: 11 set. 2021.

Em 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu-se o compromisso de tratar a cultura como política de Estado, prometendo maior atenção ao eixo estruturante da cultura, relacionado com formação e identidade cultural. O MinC passou a ser coordenado pelo músico Gilberto Gil, que buscou implementar nos programas do Ministério projetos que privilegiassem o conceito antropológico de cultura (RAFAEL, 2017).

Com base nisso, ressalta-se o mérito das políticas públicas por expressarem a cultura popular. O lançamento do documento Bases para a Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania, em 2003, é um exemplo disso, no qual se busca promover a valorização e a preservação do patrimônio cultural brasileiro, além de gerar melhores condições para atuação na área museológica. As políticas desenvolvidas durante o Governo Lula contribuíram para muitos avanços na área museológica, inclusive muitas ações voltadas para a inclusão da comunidade em atividades dentro dos museus.

O Decreto N° 9.238, de 2017⁴², que institui a estrutura regimental do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tem como finalidade a preservação do patrimônio cultural, promovendo a identificação, o reconhecimento, o cadastramento, a salvaguarda e a conservação do patrimônio cultural nacional.

Este discurso reforça o que os documentos internacionais assinalaram quanto ao desenvolvimento de novos pensamentos e direcionamentos na área do patrimônio e da museologia no Brasil, devidamente representados na Declaração do Chile, de 1972, e a Declaração de Quebec, de 1984, que marcaram o Movimento Internacional para a Nova Museologia, e exibem a função social do museu em caráter global.

A mesa-redonda de Santiago do Chile, que aconteceu em 30 de maio de 1972, organizada pelo ICOM, teve como objetivo analisar as apresentações sobre o papel dos museus na América Latina. Diante disso, determinaram que “o museu é uma instituição a serviço da sociedade da qual é parte integrante e que possui em si os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que serve” (Mesa-Redonda de Santiago do Chile, ICOM, 1972, p. 01). Esta carta está voltada para os museus de sociedade, baseada na luta social e inspirada nas teorias de Paulo Freire, pois se acredita que “os museus

⁴² Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE.

podem e devem desempenhar um papel decisivo na educação da comunidade” (Mesa-Redonda de Santiago do Chile, ICOM, 1972, p. 03)⁴³.

A Declaração de Quebec, redigida no I Atelier Internacional dos Ecomuseus/Nova Museologia (1984)⁴⁴, revela que a museologia deve integrar todos os meios de desenvolvimento, além de estender suas atribuições funcionais tradicionais de identificação, conservação e educação, com objetivo de integrar as populações às ações dos museus. Neste novo movimento, as intervenções devem ser voltadas para a imaginação criativa, o realismo construtivo e para princípios humanitários definidos pela comunidade internacional.

Na Declaratoria de Oaxtepec (1984)⁴⁵, se considerava a necessidade de valorização do patrimônio nacional como unidade da natureza humana. Neste sentido, as comunidades deveriam assumir o patrimônio nacional como resultado da relação homem–meio, a qual recomenda que a Nova Museologia ou a Museologia Tradicional, confronta os homens com suas realidades por meio de elementos tridimensionais, representativos e simbólicos, que foram desenvolvidos cronologicamente.

Na Reunião de Caracas (1992)⁴⁶, as funções do museu foram rediscutidas por museólogos e demais profissionais da área. Foi definido que os museus da América Latina devem responder aos desafios que lhe são impostos hoje pelo meio social, “pela comunidade a que pertence”, para então “desenvolver sua qualidade, como espaço de relação entre indivíduos e seu patrimônio, onde se propicia o reconhecimento coletivo e se estimula a consciência crítica” (Reunião de Caracas, 1992, p. 81).

Neste ano, o encontro do ICOM, aconteceu em agosto em Praga – República Checa, onde o Conselho aprovou um novo conceito de museu⁴⁷,

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam

⁴³ Mesa-Redonda de Santiago do Chile – ICOM. **Declaração de Santiago do Chile – 1972**. Disponível em: <https://ceam2018.files.wordpress.com/2018/05/declaracao-icom-unesco-santiago-do-chile-1972.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2022.

⁴⁴ QUEBEC. Declaração de. Princípios de Base de uma Nova Museologia. **Revista Museu**, Rio de Janeiro, 1984. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/museologia/4894-1984-declaracao-de-quebec.html>. Acesso em: 06 nov. 2022.

⁴⁵ LACOUTURE, Felipe. Declaratoria de Oaxtepec – 1984. Ecomuseos Territorio – Patrimonio – Comunidad. **Mesa Redonda de Oaxtepec**. Oaxtepec, México, 1984. Disponível em: <http://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2020/05/declaracao-de-oaxtepec.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2022.

⁴⁶ DE CARACAS, Declaração. **Declaração de Caracas**. 1992. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4508394/mod_resource/content/1/Declarac%CC%A7a%CC%83o%20de%20Caracas.pdf. Acesso em: 06 nov. 2022.

⁴⁷ ICOM, Nova definição de museu. Disponível em: <https://www.icom.org.br/?p=2756>. Acesso em: 11 dez. 2022.

experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento. (ICOM, 2022)

Este texto, traz mudanças importantes, quando incorporado aos textos e definições contemporâneas, faz relações com temas como: sustentabilidade, diversidade, comunidade e inclusão.

2.2 Políticas Públicas Museológicas do Estado do Paraná

A construção de uma política museológica no Estado do Paraná iniciou-se com a criação do Sistema Estadual de Museus, em 1990. No ano de 2003, o Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN foi criado e começaram-se os trabalhos e articulação em diálogo com os museus e espaços museológicos, contando com o apoio da implantação da Política Nacional de Museus para a criação de políticas públicas para a preservação do patrimônio cultural, da memória social e dos museus do Estado.

O Sistema Estadual de Museus do Paraná foi criado através da Lei nº 9375, de 24 de setembro de 1990⁴⁸, na qual se institui que são considerados museus os organismos caracterizados como instituições formais, dotados de quadro funcional, com acervo aberto ao público, destinados a coletar, pesquisar, conservar, expor e divulgar esses acervos cujos objetivos sejam educacionais, culturais e de lazer.

O Sistema Estadual de Museus – SEM-PR⁴⁹ propõe a contribuição para o desenvolvimento e a difusão das políticas públicas para a preservação e divulgação do patrimônio cultural do Paraná, com o objetivo de integração com a área museológica para a ampliação dos debates visando à capacitação de profissionais e a viabilização do intercâmbio de experiências. Diz a Lei N°. 9375/1990:

Art.2°. Constituem objetivos do Sistema Estadual de Museus do Paraná:
I - estabelecer um padrão museológico baseado no papel que cada museu desempenha na comunidade;
II - promover a articulação entre os museus existentes no Estado respeitando sua autonomia jurídico-administrativa, programática e técnica;
III - desenvolver programas de assistência técnica e museológica aos museus que integram o Sistema Estadual de Museus do Paraná e a novos núcleos museológicos de acordo com suas necessidades e, especialmente, nos aspectos, relacionados à adequação, fusão e reformulação de museus;
IV - promover programas de capacitação de recursos humanos destinados à área museológica;

⁴⁸ PARANÁ. **Lei Ordinária N° 9375, de 24 de setembro de 1990**. Disponível em: <https://leiestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-9375-1990-parana-institui-o-sistema-estadual-de-museus-do-parana-e-adota-outras-providencias>. Acesso em: 26 out. 2022.

⁴⁹ PARANÁ. **Publicações do Sistema Estadual de Museus – SEM-PR**. Disponível em: <https://www.comunicacao.pr.gov.br/COSEM/Pagina/Publicacoes>. Acesso em: 25 out. 2022.

- V - estimular a participação da iniciativa privada na alocação de recursos que possam garantir o aprimoramento e a manutenção do Sistema;
 - VI - incentivar a realização de atividades culturais nos museus junto à comunidade;
 - VII - acompanhar a execução dos programas em desenvolvimento, avaliando, discutindo e divulgando seus resultados;
 - VIII – fomentar as atividades de pesquisa, inventário, registro, vigilância e tombamento;
 - IX – sugerir formas de visitação aos museus, com destaque para o sentido didático;
 - X – manter intercâmbio com entidades congêneres, nacionais e internacionais.
- (PARANÁ, Lei N°. 9.375/1990)

Neste sentido, os trabalhos do Sistema Estadual de Museus do Paraná são geridos pela Secretaria de Estado e Cultura, através da Coordenação do Sistema Estadual de Museus do Paraná – COSEM. Os organismos museológicos estaduais oficiais encontram-se integrados ao SEM-PR, além da participação de entidades públicas municipais, federais e privadas com atuação no Estado do Paraná.

Buscando preservar a memória institucional da Coordenação do Sistema Estadual de Museus – COSEM⁵⁰, foram registradas em mídia digital as publicações técnicas, utilizadas como referência pelos servidores e colaboradores dos museus, em geral, carentes de formação específica em museologia. De fato, o conselho é um órgão consultivo, auxiliando na formação, acompanhamento e avaliação, cujos membros são representantes da Secretaria da Comunicação Social e da Cultura (SECC), do Conselho Regional de Museologia (COREM), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e da sociedade. As ações do Conselho são: opinar sobre as políticas, programas, projetos e atividades referentes ao COREM e propor medidas que possam contribuir para a integração institucional com órgão e entidades federais, estaduais e municipais.

Com a criação do Cadastro Estadual de Museus, através da realização do Projeto Diagnóstico de Museus, a Coordenação do Sistema Estadual de Museus vem realizando um mapeamento da diversidade do campo museal no Paraná. Por meio do preenchimento de um formulário de cadastramento, são realizadas visitas técnicas nos museus e espaços museológicos, ação que permite o levantamento do número de museus existentes no Estado.

Com efeito, a criação do Programa Paraná Cultural⁵¹ surge como uma das políticas públicas de cultura, voltada para a preservação do patrimônio cultural, permitindo um diálogo com atores do mundo cultural, e tem como objetivo o incentivo, fomento e desenvolvimento

⁵⁰ PARANÁ. **Conselho Consultivo do Sistema de Museus do Paraná – COSEM**. Disponível em: <https://www.comunicacao.pr.gov.br/Pagina/Conselho-Consultivo-do-Sistema-de-Museus-do-Parana-COSEM>. Acesso em: 25 out. 2022.

⁵¹ PARANÁ. **Paraná Cultural**. Disponível em: <https://www.planejamento.pr.gov.br/PlanejaParana/Parana-Cultural>. Acesso em: 25 out. 2022.

do acesso à cultura cidadã, como um instrumento de transformação e aperfeiçoamento de uma sociedade de valores humanísticos e de respeito às diferenças.

Entretanto, no cenário atual, apresentam-se algumas lacunas: a ausência de sistemas municipais e estadual de cultura que possibilitem a gestão eficiente de políticas públicas de cultura; a necessidade de descentralizar as políticas de fomento e incentivo à cultura para todas as regiões do Estado; fragilidades do Sistema Estadual de Museus e da política de preservação do patrimônio histórico e cultural do Estado do Paraná; ausência de políticas públicas que incentivem a economia criativa; escassez de atividades lúdicas e culturais nos municípios de porte pequeno; e carência de capacitação técnica para gestão e implementação de políticas públicas culturais.

Em uma perspectiva crítica, as principais iniciativas seriam: o fortalecimento das Políticas Públicas Culturais com a operacionalização do Plano Estadual de Cultura e implantação do Sistema Estadual de Cultura e a busca por desenvolvimento de projetos culturais para a preservação do patrimônio histórico e cultural material ou imaterial; a promoção de Produção Artística e Cultural para o desenvolvimento artístico-cultural da comunidade paranaense, por meio das artes cênicas, da música e da dança; a Gestão do Fundo Estadual de Cultura com o objetivo de facilitar à comunidade o acesso aos bens e espaços artísticos e culturais e a produção e difusão de bens culturais; e o Paraná Literário, que proporciona o acesso da população de todas as faixas etárias à leitura, por meio da oferta de um espaço adequado, acessível e confortável.

Neste sentido, Karina Muniz Viana (2018) narra a sua experiência na elaboração e implementação do Plano Gestor Museológico, realizado no período de 2011 a 2016, pela Secretaria de Estado e Cultura (Seec) e pela Coordenação do Sistema Estadual de Museus do Paraná. Apresenta os caminhos percorridos para a consolidação de um banco de dados *on-line* para a integração em rede e a gestão de acervos musealizados. Este trabalho permite identificar a carência de mapeamentos na região, no que diz respeito aos planos de gestão e ação de cada museu do estado. Dessa forma, Viana apresenta uma caracterização para os museus, que:

ao longo dos anos, cada museu se consolidou, e em alguns aspectos se cristalizou, em sua formação e vocação na condição de guardião do patrimônio cultural, patrimônio esse que associou os museus de forma peculiar às identidades específicas de sua coleção. (VIANA, 2018, p. 95)

A vinculação de novas estratégias para fugir de um modelo de museu tradicional marca o surgimento de ideias criativas para aproximar os museus e a comunidade através da implementação de um Plano Museológico, conforme interpreta Viana, que visa uma reestruturação organizacional a partir de um modelo de gestão, desenvolvimento de um banco

de dados on-line para a gestão do acervo, a implantação de normas de inventários e a elaboração de projetos que buscam a modernização de museus.

Nos últimos 20 anos, a Museologia vem construindo uma nova forma de diálogo entre museus e indivíduos, em um processo sistemático e progressivo. Isso resultaria em mudanças comportamentais acerca das práticas tradicionais de atividades operacionais e de gestão dos acervos, tão enraizadas em cada museu. (VIANA, 2018, p. 98)

Com efeito, a elaboração de um Plano Museológico abre possibilidades para que haja um diálogo permanente entre os museus e o Sistema Estadual de Museus do Paraná, seguindo um modelo de gestão proposto pelo sistema. A diversidade de acervos e coleções passa a incorporar os museus das diversas regiões do Estado. Cada museu deveria elaborar um banco de dados com documentação, catalogação e informações sobre quais são os objetivos de seu acervo, além de compreender a relação entre o museu e a sociedade.

2.3 Acervos de Museus: Documentação, Discussões e Análises

Apresenta-se aqui, o museu como um local destinado a reunir e preservar objetos, coleções, obras de arte, vestígios arqueológicos, elementos que remetem a uma história, cultura, memória, e que mantém um diálogo com a sociedade. Isso se reflete nos mais variados elementos do desenvolvimento das instituições que contribuíram para a manutenção e preservação de acervos e museus em todo o Brasil.

Neste aspecto, Dominique Poulot (2013) tem uma obra que se assemelha a um manual para iniciantes na área de estudos sobre museus, além de enfatizar que o campo museal é um objeto de estudo considerado multidisciplinar e interpreta aspectos sobre a popularização dos museus no mundo todo.

Para evocar as definições contemporâneas das funções dos museus, discorrendo sobre as transformações ocorridas ao longo do último século, identifica pelo menos cinco elementos essenciais para o bom funcionamento de um museu: colecionar, conservar, interpretar, estudar e expor. Além disso, o historiador aponta as considerações do ICOM sobre a utilidade social dos museus:

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, o ICOM assumiu o papel de iniciador das novas exigências de utilidade social dos museus e do patrimônio, por meio essencialmente da realização de conferências gerais, mas também por meio da publicação de múltiplos documentos resultantes de seus diferentes comitês. (POULOT, 2013, p. 17)

Assiste-se, assim, às reflexões sobre a função social do museu e a difusão de conhecimentos, cujo vínculo é frisar as características fundamentais de cada instituição museal. Segundo Poulot, o museu deve manter as características locais, com os aspectos culturais da região, além de impulsionar a continuidade identitária, propondo a ideia de um patrimônio vinculado à comunidade.

De fato, a evolução da definição dos museus se desenvolveu e assumiu uma diversidade de características, demonstrando o papel educativo que o museu assume, além de favorecer para uma nova proposta urbanística, como os museus ao ar livre, em espaços públicos, com a construção de estátuas em praças. Conforme identifica-se na análise de Poulot:

a evolução da definição dos museus segundo os estatutos do ICOM é, a esse respeito, reveladora. Em julho de 1951, "a palavra museu designa qualquer estabelecimento permanente, administrado no interesse geral com o objetivo de conservar, estudar, valorizar por diversos meios e, essencialmente, expor para o prazer e a educação do público um conjunto de elementos de valor cultural: coleções de objetos artísticos, históricos, científicos e técnicos, jardins botânicos e zoológicos, aquários". Ao mesmo tempo, as bibliotecas públicas e os centros de arquivos que, de forma permanente, mantêm salas de exposição são assimiladas a museus. Hoje em dia, as definições de museu obedecem, com um grau maior ou menor de conformidade, à proposição do ICOM elaborada em 1974, e que marcou uma reviravolta! "O museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, e que faz pesquisas relacionadas com os testemunhos materiais do ser humano e de seu ambiente, tendo em vista a aquisição, conservação, transmissão e, principalmente, exposição desse acervo com a finalidade de estudo, educação e deleite". (POULOT, 2013, p. 17-18)

Em uma perspectiva crítica, percebe-se que ao longo do tempo ocorreram muitas transformações no ramo da Museologia que marcaram as relações entre o passado e o presente, principalmente nas representações da construção das pátrias, cujo vínculo dos "museus de história se inscrevem comumente em uma perspectiva identitária para defender uma convicção, uma nação ou comunidade" (POULOT, 2013, p. 35).

Como menciona o historiador, o elemento fundamental para as novas instituições museológicas realça que o acervo do museu deve dialogar com o roteiro proposto, ou seja, a narrativa deve ser construída a partir de aspectos do cotidiano dos personagens envolvidos.

Ao lado de reivindicações militantes de memórias por parte de diversas categorias de públicos ou de comunidades, existe uma ampla demanda de comemoração de um passado privado de história, representado sob o modo da experiência compartilhada. Nesse sentido, o museu deve conservar elementos do passado e, ao mesmo tempo, conferir-lhes consciência, ou seja, construir uma narrativa, sem reduzir seus visitantes ao silêncio, tampouco ceder aos perigos de uma representação demasiado empática que suscita respostas de cunho afetivo. (POULOT, 2013, p. 44)

O museu deve assumir um papel pedagógico, que valorize os fatos sociais e as histórias que o envolve, de maneira que o uso da palavra museologia é recente, porém, Poulot salienta

que ela faz parte de uma tradição antiga e cabe a cada país uma livre associação para a utilização do termo.

Essa referência ao termo museologia, está relacionada a uma tradição antiga cheia de significados. Porém, o surgimento da Nova Museologia gera contribuições para a criação de novos modelos de museus, estilo ecomuseu, que buscam representar uma coletividade e o papel educativo que passam a assumir. As substanciais contribuições das novas tecnologias, possibilitam as experiências com os museus digitais/virtuais. Dessa forma, os museus passam a ser destacados como os agentes transformadores das sociedades. Segundo Poulot (2013), a ideia de museu possui amplos sentidos, sendo usada em desenvolvimentos artísticos ou para gabinetes artísticos.

A análise de Cury & Vasconcellos (2012) sobre as questões indígenas e os museus, buscam relatar a presença indígena nos museus recorrendo pelo cadastramento dos museus disponíveis no Cadastro Nacional de Museus, com objetivo de discutir como as culturas indígenas poderiam participar dos processos de musealização. Os autores partem de uma interpretação das coleções museais, e afirmam que: “Se tomarmos as culturas indígenas como uma problemática, explorável com abordagens específicas, será possível presumir que as questões indígenas façam parte de diversas tipologias de museus”. (CURY; VASCONCELLOS, 2012, p. 17).

A obra organizada por Mario de Souza Chagas e Vladimir Sibylla Pires, analisa a história recente através das manifestações populares que aconteceram entre os anos de 2010 e 2012, enfatizando a questão da criação do Museu de Arte do Rio (MAR), concebido através das obras da Operação Urbana Consorciada da Região do Porto, “Porto Maravilha” como é conhecido, cujo objetivo do projeto era apresentar uma nova leitura da história da cidade do Rio de Janeiro e as transformações urbanas, sociais e culturais em um espaço público.

Diante disso, as discussões propostas pelos autores seriam para esclarecer “as estreitas relações entre território, museus e sociedades na contemporaneidade engendram não apenas a necessidade de seguir lutando pelo reconhecimento da ‘função social’ dos museus” (CHAGAS; PIRES, 2018, p. 12), em detrimento de uma museologia que abarca a questão comunitária, popular.

Neste sentido, estas discussões são propostas contemporâneas, direcionadas a museus, cujos acervos dialogam com os problemas que afetam os indivíduos na sociedade, o que levam Chagas e Pires a apresentarem uma nova proposta para um Ecomuseu/Museu Novo, sistematizando novas experiências museológicas que objetivam elementos sobre o território,

patrimônio e a população, categoria essa que passa a ser reconhecida como a função social do museu.

Com ênfase na construção da intrínseca relação do museu com a sociedade, o filósofo Peter Pál Pelbart discorre sobre elementos que articulam o museu com a modernidade através de espaços e modos de conservação, e explica que:

O museu nasceu como espaço de exposições de artes e ciências, da relação entre coleções e construção de narrativas de fundação, de instituição e do engendramento dos mitos e formas da tradição das distintas culturas nacionais. A centralidade do museu como espaço de valorização de sistemas de objetos, referências, saberes e artes alavanca o capital simbólico das forças dominantes. (PELBART, 2018, p. 53)

De fato, deve-se frisar a articulação do museu com a modernidade, com a adaptação da transmissão de saberes e o auxílio das novas tecnologias, tendo em vista que o museu é um espaço que promove a valorização dos saberes e culturas, que, em outras palavras, não representa só a conservação de objetos velhos, sendo um importante aliado para a transmissão e reprodução dos saberes deles.

Segundo Pelbart, a Museologia deve estar relacionada com “os modos de produção do espaço e dos saberes, ao mesmo tempo em que se relaciona com o ordenamento e qualificação dos espaços específicos onde se realizam as relações produtivas que moldam a cultura e combinam significados e signos” (PELBART, 2018, p. 53).

Nessa lógica, a geração de iniciativas que tornem possível a consciência coletiva voltada para valorização do patrimônio pede que se mantenha ativa a ideia de que o museu é um espaço de participação social permanente, para que se mantenha viva a memória.

Com efeito, Chagas (1985) define que o “trabalho do museu é o produto da relação do homem com seu ambiente” e considera a terminologia de museologia como a “ciência que estuda a história dos museus” (CHAGAS, 1985, p. 184). Dessa maneira, o autor enfatiza que no estudo dos museus,

deverá ser conceituada (a museologia) como o estudo sistemático das técnicas adequadas de preservar, conservar, dinamizar e transmitir, sem distinção de qualquer natureza, o conhecimento humano, através de documentos (aí incluímos ideias, odores, sons, imagens, elementos da flora, da fauna, objetos tridimensionais, cidades, fábricas, reservas florestais, etc.) devidamente identificados, selecionados e classificados. Sem esquecer a história, as finalidades e a organização dos museus, deverá também, a museologia, estudar a gênese no homem dos instintos de preservação e de depredação, que por vezes se confundem. (CHAGAS, 1985, p. 184)

Tal relação vem reforçar, sobretudo, a reformulação do conceito de museu. Chagas afirma que o museu “apresenta-se como um centro de conhecimento, onde as mais variadas ciências encontram um veículo não formal, ainda que seguro, para se transmitirem às gerações presentes e futuras” (CHAGAS, 1985, p. 188).

Mário Chagas objetiva as interfaces da Museologia a partir da perspectiva de Mário de Andrade, analisando o discurso museológico com o modernismo, através de elementos como: “nacional e popular, tradição e modernismo, preservação e destruição, memória e esquecimento” (CHAGAS, 1999, p. 14); entretanto, o autor analisa que “toda a instituição museal apresenta um determinado discurso sobre a realidade, discurso de cheio e de vazio, de presença e de ausência, de lembrança e de esquecimento” (CHAGAS, 1999, p. 19). Por sua vez, acredita na articulação entre os lugares de memória e de poder:

Estes dois conceitos estão permanentemente articulados em toda e qualquer instituição museológica.

É fácil compreender, por esta picada mitológica, que os museus podem ser espaços celebrativos da memória do poder ou equipamentos interessados em trabalhar democraticamente com o poder da memória. (CHAGAS, 1999, p. 20)

Com efeito, vale colocar em evidência as relações entre o Estado, os museus e as classes privilegiadas no Brasil, o que acabou favorecendo em um afastamento dos museus da sociedade. Tal conceito sugere a demanda para se trabalhar com os “lugares de memória” presentes no desenvolvimento do grupo social.

Trabalhar os museus e a museologia nesta perspectiva (do poder da memória) implica afirmar o poder dos museus como agências capazes de servir e de instrumentalizar indivíduos e grupos de origem social diversificada para o melhor equacionamento de seu acervo de problemas. O museu que abraça esta vereda não está interessado apenas em democratizar o acesso aos bens culturais acumulados, mas, sobretudo, em democratizar a própria produção de bens, serviços e informações culturais. O compromisso, neste caso, não é tanto com o **ter** e preservar acervos, e sim com o **ser** espaço de relação e estímulo às novas produções, sem procurar esconder o “seu sinal de sangue”. (CHAGAS, 1999, p. 23)

De fato, a fase modernista, passou uma visão diferenciada sobre as configurações que envolviam os museus, passando a assumir aspectos da realidade social e o caráter construtivo desse espaço. Devemos destacar, as contribuições de Mário de Andrade para o patrimônio imaterial brasileiro, além de suas contribuições para a construção de uma identidade nacional.

Mário de Andrade⁵² procurava explanar em suas obras, elementos da cultura brasileira, cujo objetivo era criar um sentimento de identidade nacional. Neste sentido, trabalhava, principalmente, com a diversidade cultural presente no Brasil, representando as culturas indígenas, africanas e europeias, o que fez com que fosse articulado na geração modernista (SILVA, 2012).

Dito isso, Silva (2012) argumenta sobre as contribuições de Mário de Andrade para o patrimônio imaterial brasileiro, principalmente sobre obras tomadas como referência em

⁵² Principais obras: Macunaíma (1928), Pauliceia desvairada (1922), Há uma gota de sangue em cada poema (1917), A escrava que não era Isaura (1925), Modinhas Imperiais (1930), entre outras.

pesquisas sobre cultura, tradições, folclore, músicas, ritos e mitos populares, com a missão de revelar a identidade e brasilidade da nação, fulgurando o bem cultural do povo brasileiro.

Nesse viés, esse patrimônio “ia além de monumentos e obras de artes, tratava-se da autenticidade e identidade do povo brasileiro, ao qual se engloba cultura popular e folclore” (SILVA, 2012, p.02). E contextualiza os bens culturais a partir das seguintes categorias:

saberes que consistem nos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; as formas de expressão como as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; as celebrações como os rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; os lugares onde se encontram e reproduzem práticas culturais coletivas como as feiras, mercados, santuários e outros espaços. Nesse sentido, é válido ressaltar que intelectuais como Amadeu Amaral, Silvio Romero e Mário de Andrade, pesquisadores e divulgadores da cultura popular e folclore, cogitavam a perda dessas práticas culturais que caracterizam a identidade do povo brasileiro; daí a preocupação com a preservação da cultura. (SILVA, 2012, p. 02)

Com um conjunto de elementos artísticos e manifestações culturais, cuja busca é auxiliar na construção do sentimento de identidade local, conforme explica Silva: “A identidade de um povo está presente no imaginário dos indivíduos, residindo e sendo transmitida culturalmente em diferentes áreas, como nas artes, na música, na literatura, na arquitetura, na tradição oral e no folclore” (SILVA, 2012, p. 04).

Entretanto, nota-se a influência que Mário de Andrade apresenta na iniciativa da construção de uma identidade nacional, pelo fato de o autor abordar a necessidade de reconhecer e aceitar as diferenças culturais. Segundo Silva:

o diferente constrói a identidade nacional. Sobre isso, Marina Mello e Souza pontua que: Mário de Andrade estava voltado para o conhecimento dos problemas nacionais (com as ideias do modernismo, nas quais renovação/tradição convivem, e a pesquisa folclórica colaborando na construção da identidade brasileira, através da constatação do diferente, do outro, do homem comum, da criança, do operário, do homem do campo, do Nordeste etc. (MELLO E SOUZA *apud* SILVA, 2012, p. 05)

Com efeito, Mário de Andrade expôs suas ideias em relação à diversidade da cultura brasileira e seu interesse na cultural popular, durante a Semana de Arte Moderna de 1922. Conforme explica Silva, “aconteceu no ano em que o país comemorava o primeiro centenário da independência, e os jovens modernistas queriam, através da arte, redescobrir o Brasil e emancipar a arte e a literatura brasileira” (SILVA, 2012, p. 09).

Sob a gestão de Mário de Andrade, o Departamento de Cultura financiou, em 1938, a Missão de Pesquisas Folclóricas. Mário de Andrade deparou-se com o dilema da modernidade, percebendo que as manifestações populares corriam o risco de extinguir com a crescente urbanização do país, mas, ao mesmo tempo, o avanço tecnológico da época proporcionava meios de capturá-las em discos, fotografias e filmes. (SILVA, 2012, p. 16)

Através das transformações do século XX, Mário de Andrade promovia o debate sobre modernismo e nacionalismo, com ideias em defesa da valorização da identidade e da cultura brasileira, além de ter produzido inúmeras obras, nas quais retrata a diversidade cultural brasileira.

No Brasil, a base da modernidade é vista nas grandes modificações no que se refere ao crescimento dos novos padrões urbanísticos, ou seja, o país participava da nova realidade da indústria e da metrópole; dessa forma, passava pela experiência das grandes cidades. (SILVA, 2012, p. 17)

A autora Maria Cecília França Lourenço descreve a reflexão de Mário de Andrade sobre os museus da seguinte forma: “As formulações museais do escritor modernista tornam-se públicas entre 1936-8, quando refluem os arroubos iniciais dos modernistas participantes da Semana de Arte Moderna, em 1922” (LOURENÇO, 2002, p. 183). Além disso, informa que o autor desempenhou um papel fundamental para a caracterização de patrimônio nacional, segundo ela:

Mário entende o patrimônio em senso amplo, não se restringindo exponencial, reificado, ou talhado em pedra e cal, logo limitado aos bens moveis. Ao contrário, amplia-o para as instituições públicas, incrustadas nas comunidades e fincadas nas diferenças, assim assumindo postura ainda hoje incomum. (LOURENÇO, 2002, p. 184)

Com essas ideias sobre as ações de Mário de Andrade em relação ao patrimônio histórico e artístico nacional e a ampliação do conceito de cultura principalmente em referência aos bens imateriais, Lourenço enfatiza as relações entre os modernistas e o público, em que “o conceito museal se insere, pode também ser considerado como estratégia para conquistar respeitabilidade e garantir a permanência do sonho: mudar a sociedade pelo acesso à cultura” (LOURENÇO, 2002, p. 186).

A historiadora Edylane Eiterer (2013), analisa a Educação Patrimonial no espaço escolar, além de discutir os conceitos de identidade, diversidade, memória e patrimônio cultural, identificando o Movimento Modernista como fundamental para a constituição da identidade nacional:

Desde meados dos anos 1920, Mário de Andrade, com o advento do Movimento Modernista, já assinalava que o Patrimônio e os valores atribuídos a ele eram formas fundamentais da constituição de uma identidade nacional. Para ele, era essencial que se reconhecesse o valor de nossa cultura e de suas múltiplas dimensões. (EITERER, 2013, p. 94)

Silveira Filho (2013) descreve a relação entre museu e escola e tem como diretriz a utilização pedagógica dos conhecimentos adquiridos por estudantes em visitas orientadas aos museus e a valorização deste conhecimento pelas propostas educativas desenvolvidas em espaços de educação formal, como as escolas.

Neste sentido, essa definição acompanha o traço desenvolvido originalmente pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), em 1956, e aperfeiçoado pela 20ª Assembleia Geral dos Museus, realizada em Barcelona, em 2001:

Museu é um estabelecimento de caráter permanente, administrado para interesse geral, com a finalidade de conservar, estudar, valorizar de diversas maneiras o conjunto de elementos de valor cultural: coleções de objetos artísticos, históricos, científicos e técnicos, jardins botânicos, zoológicos e aquários. [...] Instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade. (SILVEIRA FILHO, 2013, p. 23)

A pesquisa desenvolvida por Silva (2019), enfatiza a relação do museu enquanto uma potencialidade turística para a comunidade, tendo em vista o estímulo do desenvolvimento de um plano museológico⁵³ para a gestão do turismo de base comunitária ao local, levando em consideração que os museus possuem um papel decisivo na reafirmação das narrativas e significados históricos, bem como os culturais no processo de apropriação pelos visitantes. Acredita-se que o museu seja “um atrativo que tem potencial para aumentar o fluxo de pessoas numa dada localidade e pensar na criação de um espaço desse gera consequências em escalas que podem ultrapassar a perspectiva da comunidade” (SILVA, 2019, p. 15).

A museologia comunitária é uma proposta de musealização que conta com a participação popular na valorização e na conservação do seu patrimônio cultural, cujos processos de tomada de decisões são realizados a partir de uma instância criada e gerida pela própria comunidade. (OLIVEIRA, 2015 p. 14, *apud* SILVA, 2019, p. 17)

Silva (2019) aponta o museu como uma potencialidade turística para a comunidade, ainda ressalta que é preciso desenvolver um plano museológico para se trabalhar com uma perspectiva comunitária, cujo papel se torna decisivo para a reafirmação dos discursos e significados históricos e culturais de um grupo. Além de enfatizar a promulgação da Lei nº11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus. O documento alertou para obrigatoriedade legal, apresentando as particularidades características do órgão de tutela:

Apesar de suas inúmeras funções, a melhor contribuição de um Plano Museológico reside no entrelaçamento de três fatores, sobretudo, sendo-os:

- 1- No processo de identificação da potencialidade da vocação do museu (fato museal) e de seus respectivos compromissos públicos;
- 2- Ao processo de reconhecimento das restrições e reciprocidades entre o espaço e os seus interesses (objetivo de uma instituição museológica e correspondentes aperfeiçoamento e especialização necessárias ao corpo de atividades fins (fenômeno museológico);
- 3- Diante da perspectiva de realização de ações legais, ordenadamente avaliadas e engajadas em políticas públicas mais amplas (processos museológicos). (SILVA, 2019, p. 27)

⁵³ O espaço museológico se caracteriza por ter um papel decisivo na reafirmação dos discursos e significados históricos e culturais de um grupo.

Dito isso, fica clara a relevância dos museus para a preservação e manutenção da cultura, sendo considerados como aspectos fundamentais para a manter a história e a memória presentes, assumindo-se o papel de educar por meio de seu acervo, no qual se transmite um conjunto de costumes e tradições de determinado grupo social, buscando entrelaçar a cultura popular ao museu, desenvolvendo atividades para gerar integração.

O interesse de Mário de Andrade para representar o nacionalismo através da diversidade cultural presente no Brasil foi uma contribuição fundamental para a construção de uma identidade nacional, e ao sentimento de pertencimento, além de contribuir para o desenvolvimento das políticas do patrimônio histórico-cultural brasileiro.

A obra de Néstor García Canclini trata sobre as Culturas Híbridas (1990), termo que aparece para explicar as diferenças entre o que é tradicional e o que é moderno, além da hibridização cultural representar a miscigenação entre diferentes culturas, revelar onde estariam as culturas populares, demonstrando a notável valorização do erigir museal, por ser um espaço que abriga diferentes histórias em um só lugar, sobre os povos e as culturas.

Canclini demonstra qual é o papel dos museus, definindo que: “Os museus, como meios de comunicação de massa, podem desempenhar um papel significativo na democratização da cultura e na mudança do conceito de cultura” (CANCLINI, 1990, p. 159, tradução nossa)⁵⁴. Além de vincular expressões simbólicas que fossem capazes de unificar as regiões e organizar a continuação entre o presente e o passado.

Muitos museus retomam o papel que lhes foi atribuído desde o século XIX, quando foram abertos ao público, complementando a escola, para definir, classificar e preservar o patrimônio histórico, vinculando as expressões simbólicas capazes de unificar as regiões e classes de uma nação, para ordenar a continuidade entre o passado e o presente, entre o próprio e o estrangeiro. Hoje devemos reconhecer que as alianças, involuntárias ou deliberadas, dos museus como meios de comunicação de massa e o turismo têm sido mais eficazes para a difusão cultural do que as tentativas dos artistas de levar a arte para a rua. (CANCLINI, 1990, p. 159, tradução nossa)⁵⁵

Canclini aponta o que é ter uma identidade, em contrapartida a um tradicionalismo sobre o Patrimônio Nacional:

Para radicalizar essa dessubstanciação do conceito de patrimônio nacional, é preciso questionar a hipótese central do tradicionalismo, segundo o qual, a identidade cultural é baseada em um patrimônio, constituído por dois movimentos: a ocupação

⁵⁴ “Los museos, como medios masivos de comunicación, pueden desempeñar un papel significativo en la democratización de la cultura y en el cambio del concepto de cultura”.

⁵⁵ “Muchos museos retoman el papel que se les dio desde el siglo XIX, cuando fueron abiertos al público, complementando a la escuela, para definir, clasificar y conservar el patrimonio histórico, vincular las expresiones simbólicas capaces de unificar las regiones y las clases de una nación, ordenar la continuidad entre el pasado y el presente, entre lo propio y lo extranjero. Hoy debemos reconocer que las alianzas, involuntarias o deliberadas, de los museos con los medios masivos y el turismo, han sido más eficaces para la difusión cultural que los intentos de los artistas por sacar el arte a la calle”.

de um território e a formação de acervos. Ter uma identidade seria, antes de tudo, ter um país, uma cidade ou um bairro, uma entidade onde tudo o que é compartilhado por quem habita aquele lugar torna-se idêntico ou intercambiável. Nesses territórios, a identidade é encenada, celebrada em festas e também dramatizada em rituais cotidianos. (CANCLINI, 1990, p. 177-178, tradução nossa)⁵⁶

Neste sentido, identificamos que os monumentos e museus são reproduzidos como semelhantes. Contudo, enfatizamos o objetivo das políticas públicas de implantação de um diálogo com a comunidade e o museu, que devem ser gratuitos, onde todos os cidadãos possam ter livre acesso.

Por isso os acervos patrimoniais são necessários, onde as comemorações renovam a solidariedade afetiva, os monumentos e museus se justificam como lugares onde se reproduz o sentido que encontramos na convivência. Os tradicionalistas devem ser reconhecidos como tendo servido para preservar o patrimônio, democratizar o acesso e o uso dos bens culturais, em meio à indiferença de outros setores ou à agressão de “modernizadores” próprios e estrangeiros. (CANCLINI, 1990, p. 178, tradução nossa)⁵⁷

Entende-se, então, que os patrimônios históricos são representados pela produção de valores da identidade e através das heranças culturais e saberes de cada sociedade que deve ser transmitido nas escolas e nos museus. Em suma, documentar os objetos presentes no acervo do museu vai além da intenção de informar a comunidade, mas também serve para manter ativa a memória social.

Renata Cardozo Padilha analisa o compromisso dos museus em salvaguardar seus acervos e permitir o acesso à pesquisa, à comunicação e à preservação. A autora elabora um museu para exibir detalhadamente a função e documentação necessária que o museu deve ter, além de enfatizar que “gerir e documentar o acervo museológico é o modo de legitimar a informação contida nos objetos e nas práticas da instituição. Essas práticas contribuem diretamente para as funções social, cultural e de pesquisa dos museus” (PADILHA, 2014, p. 10).

Padilha explica que a documentação museológica representa uma função norteadora para a gestão e o controle do seu acervo. A crítica exposta, exemplifica a diversidade das

⁵⁶ “Para radicalizar esta desustancialización del concepto de patrimonio nacional hay que cuestionar esa hipótesis central del tradicionalismo según la cual la identidad cultural se apoya en un patrimonio, constituido a través de dos movimientos: la ocupación de un territorio y la formación de colecciones. Tener una *identidade* sería, ante todo, tener un país, una ciudad o un barrio, una entidad donde todo lo compartido por los que habitan esse lugar se vuelve idêntico o intercambiable. En esos territorios la identidad se pone en escena, se celebra en las fiestas y se dramatiza también en los rituales cotidianos”.

⁵⁷ “Por eso las colecciones patrimoniales son necesarias, las conmemoraciones renuevan la solidaridad afectiva, los monumentos y museos se justifican como lugares donde se reproduce el sentido que encontramos al vivir juntos. Hay que reconocer a los tradicionalistas haber servido para preservar el patrimonio, democratizar el acceso y el uso de los bienes culturales, en medio de la indiferencia de otros sectores o la agresión de ‘modernizadores’ propios y extraños”.

origens de acervos e as técnicas empregadas para compreender as diferenças de cada instituição. Dessa forma:

Arquivos, bibliotecas e museus possuem coparticipação no processo de tratamento, disponibilização e recuperação da informação. Essas instituições desempenham um importante papel social, cultural e administrativo em relação à comunidade da qual fazem parte. Recolher, tratar, transferir, difundir informações é um objetivo comum das instituições de informação, preservação, cultura e memória. (PADILHA, 2014, p. 14)

O museu, cujo objetivo consiste em ser um espaço que organiza coleções com objetivo de salvaguardar a história e origem que representam, demonstra que “possui função social, cultural e de pesquisa. Seu acervo consiste em criações artísticas, bens materiais criados pela comunidade e/ou em formas de expressões culturais e tradições preservadas por um grupo” (PADILHA, 2014, p. 17). Nesse sentido, tal exemplo reforça a ideia de que a organização do espaço é baseada em métodos e técnicas que facilitam a documentação e conservação do acervo, mas cada objeto deve ser documentado separadamente, com suas informações detalhadas.

Padilha explica como ocorre a classificação dos objetos que vão integrar o acervo de um museu, onde são identificados com sua determinada tipologia, detalhando qual é seu valor científico e cultural.

Todo objeto pode ser potencialmente um objeto museológico, porém o que o elevará a essa categoria é a análise que a instituição fará no momento em que ele for adquirindo. Ressalta-se a necessidade de o objeto possuir semelhança com o tipo de acervo salvaguardado pelo museu e de dialogar com a sua missão e com os seus objetivos. (PADILHA, 2014, p. 19)

Deve-se repensar, na ressignificação das funções destes objetos, porque deve ser descrito qual era sua utilidade antes de ser parte do acervo do museu e então passa a ter um novo significado neste novo espaço, tornando-se um patrimônio cultural. Inicia-se uma nova história, que também deve ser documentada.

Neste aspecto, a gestão do acervo realiza a documentação e conservação dos objetos presentes no museu. Padilha reforça, sobretudo, que na gestão dos acervos existem três elementos que estão inter-relacionados: o seu registro, a sua preservação e o seu acesso controlado. Dessa forma:

Compete à gestão de acervo:

- a salvaguarda das coleções;
- o cuidado com o bem-estar físico e de conteúdo do acervo;
- a segurança (a longo prazo) do acervo;
- o acesso público ao acervo;
- a descrição das atividades particulares realizadas pelo processo administrativo do museu. (PADILHA, 2014, p. 23)

No entanto, o Código de Ética do ICOM para os Museus (2009) define os princípios éticos para a salvaguarda do patrimônio cultural, natural e científico. Ele declara que os acervos são protegidos pelo direito internacional, e a noção de gestão deve ser realizada pelo poder público.

A Política de Acervos determina que cada museu deve confeccionar um documento, no qual torna pública a política de aquisição e os métodos para a proteção do acervo. De fato, a implantação de um Programa de Museu objetiva a organização de seu acervo, se ocupando de questões para a aquisição, documentação e conservação dos objetos.

Com efeito, o Plano Museológico é um instrumento muito importante para o controle e a proteção da instituição. Nele, os principais objetivos devem estar pontuados, quais são as principais atividades e a caracterização do museu.

A documentação museológica permite que seja realizada e disponibilizada toda a informação registrada sobre o acervo museológico, com detalhes e características de cada objeto e a documentação produzida. Conforme mostra Padilha, “a documentação museológica pode ser abordada por dois vieses: a documentação do objeto e a documentação das práticas administrativas do museu” (PADILHA, 2014, p. 35).

Myrian Sepúlveda dos Santos (2006) apresenta um trabalho que problematiza questões de diversas categorias como dados sociais, culturais e históricos. A autora descreve e analisa os processos históricos e sociais da formação do Museu Histórico Nacional e do Museu Imperial de Petrópolis, e as redes de relações sociais que estavam inseridas em sua formação, manutenção e nas suas transformações.

Os museus históricos articulam através de seus acervos as imagens, os materiais, os circuitos de visitação, os conteúdos que representam a história da nação em suas mais diversas formas. De fato, podemos compreender seu papel na sociedade através do acervo que contém, onde a narrativa da história representa a realidade do grupo social.

Neste raciocínio, no museu, temos um elo entre o passado e o presente, é onde podemos reviver o passado, além do desejo de oferecer certa concretude à história, por meio de objetos e de suas narrativas. Assim, no museu temos a representação de momentos significativos para a história do município.

A história apresentada pelos museus é um refazer da história, pois a história real está em movimento e junto aos homens. O que não implica, entretanto, negar que os museus podem propiciar a seus visitantes uma consciência de parte do que anda pelo mundo – mais seria utopia. Os museus, quando falam por objetos, são produtos no tempo e no espaço. (SANTOS, 2006, p. 127)

O Programa Nacional de Museus possibilitou o desenvolvimento cultural no Brasil, considerando a memória como uma reflexão do passado. Neste aspecto, a função do museu aparece como o lugar de preservação da memória e da cultura, além de transmitir a narrativa histórica.

A cultura popular, então, através de seus hábitos, práticas de curas, alimentação, festejos e, principalmente, como as pessoas vivem seus cotidianos, seus modos de criar animais, modos de produzir seus alimentos, preparar a terra e suas práticas religiosas, como por exemplo, no caso dos colonos de Serranópolis do Iguaçu, vale-se da identidade cultural voltada para o trabalho na roça, a memória coletiva em comunidades, representados por processos múltiplos, ou, nas palavras, de Soares:

A memória assume nesses ambientes lugar de fundamental importância na rememoração de acontecimentos que elevam a autoestima do grupo, celebrações, costumes, mas também os processos de transições para mudanças das tradições. Nesses espaços se reconstrói a identidade religiosa sociocultural, a partir da memória referendada, reforçam os pertencimentos valorativos do ser negro em sua totalidade. (SOARES, 2018, p. 274)

Soares (2018) explica que a memória assume um lugar de extrema notabilidade, por ser responsável pela continuidade de costumes em comum, representados pelos cotidianos das famílias. A Nova Museologia surge com a intenção de criar tipos de museus, que fogem do tradicionalismo, museus que pudessem reafirmar as hierarquias sociais (SILVA, 2018, p. 298).

2.4. Memória política - ausências, silêncios e esquecimentos

Javier Lifschitz (2012) analisa a constituição do campo da memória política, onde discute o tema da memória como forma espontânea de vínculo social, a memória como uma construção do Estado e a memória política como um campo de forças, considerando o caso de alguns países da América Latina, pós-ditaduras militares.

O conceito proposto por Lifschitz (2012) conduz à reflexão sobre a memória constituída por uma amarração intencional, em sua maioria, produzida por instituições que elencam aquilo que deve ser lembrado e, conseqüentemente, o que pode ser esquecido. Por isso, este item tem a intenção de abordar a constituição do Museu Municipal como um espaço de luta política por uma memória da Colonização. Nosso objetivo aqui é analisar os elementos construtivos do museu a partir das ausências e silêncios, características estas que

impossibilitam lidar com as questões patrimoniais mais diretas, resultando na falta de interesse em uma política de preservação.

Neste raciocínio, as identidades são compostas a partir dos bens produzidos por essas pessoas e que acabam sendo transformadas em Patrimônio cultural, capazes de fortalecerem a identidade de um grupo social:

Retornando à ideia de que a memória está ligada ao esquecimento, que pode ser provocado ou não, o homem pode se valer de suportes artificiais que o faça ter essa memória sempre reavivada. É nesse momento que os Patrimônios Culturais ganham espaço como lugares de memória que exigem conservação, preservação, mas que cumprem o seu papel como elementos resguardadores da memória. (EITERER, 2013, p. 64)

Segundo Bauman (2005)⁵⁸, discorrendo a respeito das definições sobre identidade, lugares de pertencimento em relação à vida cotidiana e às relações sociais, destaca que há “lugares em que o sentimento de pertencimento era tradicionalmente investido (trabalho, vizinhança, família)” (BAUMAN 2005, p. 37). Dessa forma, o autor define a identidade através dos termos de nacionalidade, sendo a entidade que as define a comunidade, enquanto um conjunto de pessoas que se identificam como semelhantes.

Bauman (2005) diferencia a identidade étnica da nacional, que pode ser entendida da seguinte forma: a identidade nacional está ligada ao patriotismo, sendo puramente política; e a identidade étnica é basicamente relacionada aos traços culturais. Onde define que “a identidade é dada ao nascer; ela se impõe sobre o indivíduo”. (BAUMAN, 2005, p. 66), o autor demonstra que os conceitos de memória e identidade estão entrelaçados, e a representação da memória de um grupo se dá a partir da afirmação da identidade dele:

A ideia de “identidade”, e particularmente de “identidade nacional”, não foi “naturalmente”, gestada e incubada na experiência humana, não emergiu dessa experiência como um “fato de vida” auto evidente.

A ideia de “identidade” nasceu da crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o “deve” e o “é” e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela ideia – recriar à semelhança da ideia. (BAUMAN, 2005, p. 26)

Endossa a presente exposição, a obra “A memória, a história, o esquecimento”, Paul Ricoeur (2007), que direciona a preocupação sobre a problemática do tempo e da narrativa, sobre a memória e o esquecimento. O autor acredita que o testemunho das pessoas sobre acontecimentos tem base nas “representações sociais consideradas objetos privilegiados da explicação/compreensão, para se desdobrar no plano da representação escriturária dos

⁵⁸ A obra *Identidade*, surge através de uma série de entrevistas à Zygmunt Bauman realizadas por Benedetto Vecchi, que utilizou do método de perguntas e respostas pelo E-mail.

acontecimentos, conjunturas e estruturas que pontuam o passado histórico” (RICOEUR, 2007, p. 18).

A análise realizada por Michael Pollak (1989) sobre a Memória coletiva e a estruturação da memória, que vai de encontro com as perspectivas de Maurice Halbwachs, de modo que os lugares de memória definidos por Pierre Nora, reforçam os laços que nos acompanham por toda a vida como as paisagens, as datas e personagens históricos. Neste sentido, Halbwachs trata da memória essencialmente sob seu aspecto positivo, como fator de coesão, e como um fenômeno resultante eminentemente da transmissão oral de pequenos grupos. Por outro lado, os lugares de memória de Nora existem na medida em que a memória comunicativa, de alcance temporal mais curto, não existe mais.

Pollak (1989) problematiza a memória dos grupos sociais no âmbito do aparelhamento e da negação engendrada por um discurso oficial, considerando a constituição e manutenção de uma memória (nacional), como uma estratégia de controle. E destaca que as lembranças traumatizantes que esperam um momento propício para serem expressas, são lembranças permanecem por muito tempo em silêncio e são transmitidas oralmente, sugerindo que:

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. (POLLAK, 1989, p. 05)

Então podemos deduzir das palavras do autor que determinados fatos históricos permanecem em dissonância aos discursos da História Oficial, mas que preferem manter o silêncio e em diversas circunstâncias esse silêncio é compreensível. E esse silêncio é usado como precaução, antes de produzir o ressentimento que está na origem das reivindicações e contestações inesperadas, como explica Pollak: “A essas razões políticas do silêncio acrescentam-se aquelas, pessoais, que consistem em querer poupar os filhos de crescer na lembrança das feridas dos pais” (POLLAK, 1989, p. 06).

David Lowenthal (1998) destaca as consciências sobre o passado, definindo que “somos a qualquer momento a soma de todos os nossos momentos, o produto de todas as nossas experiências”. Que para termos “uma consciência de passado mais completa envolve familiaridade com processos concebidos e finalizados, recordações daquilo que foi dito e feito, com histórias sobre pessoas e acontecimentos – coisas comuns da memória e da história” (LOWENTHAL, 1998, p. 64-65).

Além disso, explica como o passado é sentido e aceito, entende que o passado está além do nosso alcance, e ressalta que a seriedade dos “registros históricos e lembranças podem

nos levar a supor que, afinal, existiu um passado” (LOWENTHAL, 1998, p. 68). Em suma, contribui para analisar a memória definindo que “Toda consciência do passado está fundada na memória. Através das lembranças recuperamos consciência de acontecimentos anteriores, distinguimos ontem e hoje, e confirmamos que já vivemos um passado” (LOWENTHAL, 1998, p. 75), mas destaca que a memória só toca apenas o nosso conhecimento do passado.

Tais relações demonstram, que as lembranças sustentam o nosso sentido de identidade e consideram que “o passado relembado é tanto individual quanto coletivo. Mas como forma de consciência, a memória é totalmente e intensamente pessoal; é sempre sentida como “algum acontecimento específico [que] ocorreu comigo” (LOWENTHAL, 1998, p. 78).

Segundo Maurice Halbwachs (1990) em *A memória coletiva* analisa os conceitos de memória, lembrança, através da experiência coletiva ou individual, relacionadas a memória e a sociedade. Dessa forma, iremos analisar algumas contribuições realizadas sobre “A lembrança individual como limite das interferências coletivas” (HALBWACHS, 1990, p. 47).

Segundo Halbwachs, a ideia de que o passado parece ser um domínio comum, no âmbito da comunidade, assim:

a ideia que representamos mais facilmente, composta de elementos tão pessoais e particulares quanto o quisermos, é a ideia que os outros fazem de nós; e os acontecimentos de nossa vida que estão sempre mais presentes são também os mais gravados na memória dos grupos mais chegados a nós. Assim, os fatos e as noções que temos mais facilidade em lembrar são do domínio comum, pelo menos para um ou alguns meios. (HALBWACHS, 1990, p. 49)

Neste aspecto, Halbwachs explica que cada lembrança, por mais que seja coletiva, ela é refletida com diferentes intensidades para cada indivíduo, além de destacar “que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (HALBWACHS, 1990, p. 51).

Halbwachs distingue duas memórias, uma que se refere ao interior e a outra exterior, que podem ser definidas como memória pessoal e memória social, dessa forma:

Diríamos mais exatamente ainda: memória autobiográfica e memória histórica. A primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla do que a primeira. Por outra parte, ela não nos representaria o passado senão sob forma resumida e esquemática, enquanto a memória de nossa vida nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e denso. (HALBWACHS, 1990, p. 55)

As reflexões até aqui apresentadas, analisam a memória e identidade e demonstram que o museu assume um espaço de luta política. Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa verificamos que a narrativa apresentada pelo museu, seguia o padrão do nacionalismo, valorizando a colonização, e, neste sentido, pontuamos que a história indígena também deve

aparecer. Além disso, certificamo-nos que comunidade é definida como um conjunto de pessoas que pensam de forma semelhante, inclusive, a união dos munícipes foi importante para luta e resistência em episódios históricos, conforme tratamos anteriormente. Portanto, frisamos os elementos que possibilitam a aproximação entre a comunidade e a história do município, que tornam possível a construção de uma consciência histórica.

CAPÍTULO III
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ACERVOS: O CASO DO MUSEU
DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU – PR

CAPÍTULO III

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ACERVOS: O CASO DO MUSEU DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU – PR.

Neste capítulo, ganham vulto as questões que envolvem memória e identidade, principalmente junto ao museu local, considerando sua inserção na grande área da Educação Patrimonial, e as discussões relativas à conservação, à preservação e à divulgação dos dados. A partir dos conceitos e discussões propostos pela Educação Patrimonial, aplicado às possibilidades transdisciplinares, em seu potencial educativo, pensaremos nas possibilidades de uso social do museu, para que a comunidade se aproxime do acervo presente no museu.

Um dos objetivos desse trabalho, foi buscar embasamento teórico e metodológico que permitisse relacionar a comunidade ao museu, à luz de aspectos sobre os conceitos de Patrimônio, Educação, Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial, Políticas Patrimoniais e Cartas Patrimoniais, que permitissem refletir a formação do acervo do museu, como também trabalhar com os conceitos de memória e identidade.

A Educação Patrimonial foi abordada como um processo permanente de construção coletiva do conhecimento para a compreensão histórica e cultural que envolveu a formação do Município de Serranópolis do Iguaçu (PR), em conjunto com a comunidade, buscando compreender, preservar e valorizar os aspectos de sua herança cultural e de toda a história que os envolve. Nessa linha, é de grande importância se promover um diálogo entre os indivíduos e os patrimônios culturais, centrando sua história, sua identidade e as relações na memória coletiva.

Segundo Mario Chagas (2006), “Museu, memória e patrimônio configuram campos independentes, ainda que articulados entre si” (CHAGAS, 2006, p. 04). Conceitualiza-se, dessa forma, a Educação Patrimonial como “o desenvolvimento de práticas educacionais (mais ou menos transformadoras) tendo por base determinados bens ou manifestações considerados como patrimônio cultural” (CHAGAS, 2006, p. 05).

Roger Chartier (2002) inspirado pela Escola dos Annales⁵⁹, considera que a história cultural é refletida através do ofício do historiador, buscando questionar a ideia como um

⁵⁹ Foi um movimento historiográfico que aconteceu durante o século XX, surgiu na França influenciada pelos pensamentos de Lucien Febvre e Marc Bloch, que passaram a interpretar a construção histórica sobre uma nova problemática. Pode ser melhor compreendida através da leitura de: BURKE, Peter. *A Escola dos Annales: 1929-1989*. São Paulo: Edit. Univ. Estadual Paulista, 1991.

testemunho da realidade, além de dar um direcionamento para novos domínios de investigação. Dessa forma, define que:

A história cultural, tal como entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos de uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito as classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais da percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças as quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado. (CHARTIER, 2002, p. 16-17)

A partir desta acepção, é possível estabelecer diálogo com Barros (2011), que examina a Nova História Cultural e o sistema conceitual que envolve as noções de “práticas” e “representações”, explicando que essas noções são muito úteis aos historiadores culturais, porque é por meio delas que se torna possível examinar os objetos culturais produzidos, os sujeitos produtores e receptores de cultura, além dos processos que envolvem a produção e difusão cultural.

Barros (2011) discute alguns conceitos sobre abordagens mais recentes da História Cultural, analisando algumas combinações dessa modalidade historiográfica através da “pressuposição de que todo objeto historiográfico se entretete no cruzamento não de um, mas de alguns campos históricos que ajudam a constituí-lo” (BARROS, 2011, p. 46). Explicando que os objetos culturais e os sujeitos produtores e receptores de cultura são produzidos “entre práticas e representações”, correspondendo aos “modos de fazer” e aos “modos de ver”, conclui que, quando nos referimos às “representações”, “práticas”, “mentalidades” e “imaginário”, é preferível utilizar a expressão “noção” ao invés de “conceito”:

As “noções” são “quase conceitos”, mas ainda funcionam como tateamentos na elaboração do conhecimento científico, atuando à maneira de imagens de aproximação de um determinado objeto de conhecimento – imagens que, rigorosamente, ainda não se acham suficientemente delimitadas. Muitas vezes as noções são resultados de uma descoberta progressiva, de experiências, de investimentos criativos de um ou mais autores que podem ou não ser incorporados regularmente pela comunidade científica. (BARROS, 2011, p. 52)

Isto posto, consideramos o patrimônio cultural a partir de experiências vividas que formam a cultura própria e define a identidade do grupo, se diferenciando dos demais. Essa preocupação sobre o patrimônio cultural é importante para definir a identificação, proteção e valorização dos bens que são partes integrantes para a construção da identidade nacional, e no

nosso caso a identidade municipal/regional, sendo possível assim identificar as raízes sobre o alargamento e valorização do patrimônio⁶⁰.

Gilberto Velho (2006) examina a problemática do patrimônio cultural a partir do processo de negociação com a realidade, enfatizando que as políticas públicas são fundamentais para complexidade da vida social. Além disso, chama a atenção para o processo de negociação da realidade e para os aspectos de divergência e conflito a partir de valores e interesses diferenciados dos atores envolvidos. Afirma, ainda, que diferenças e divergências se devem às próprias características da sociedade complexa com seus múltiplos segmentos, categorias, estratos e a heterogeneidade de suas diversas tradições culturais.

Neste sentido, a continuidade da expressão cultural é marcada pelos processos de patrimonialização e pela importância das manifestações culturais e o tombamento. Na perspectiva dos recentes documentos produzidos pelo IPHAN, verificamos o crescente número de publicações, que enfatizam a importância do Patrimônio Cultural brasileiro, além de trazerem contribuições para a teoria e a prática.

Na obra: Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos (2014), o IPHAN busca atualizar os conceitos de Educação Patrimonial e põe em discussão a prática de uma Educação Patrimonial dialógica e conscientizadora. Além de manifestar em documentos, iniciativas e projetos que destacaram importância na realização de ações educativas como estratégia de proteção e preservação do patrimônio.

Durante a segunda metade do século XX, houve uma série de iniciativas promovidas pelo IPHAN, principalmente em museus, na defesa do resguardo da história do país e a valorização da diversidade regional. Estas reflexões permitem identificar princípios que amplificam o reconhecimento da apropriação dos bens culturais, além da implementação de vários instrumentos legais para a proteção do Patrimônio Cultural (IPHAN, 2014, p. 19):

os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio de diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras de referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (IPHAN, 2014, p. 19)

Assistiu-se, um longo processo de debates institucionais e aprofundamento teórico das práticas educativas voltadas à preservação do Patrimônio Cultural, identificando a comunidade como a produtora de saberes, principalmente, quando relacionados à memória social.

⁶⁰ A partir da década de 1960 o conceito do patrimônio abrange largas porções do território, se relacionando a paisagem natural e aspectos culturais.

Destacamos assim, a importância de que em toda ação educativa seja assegurada a participação comunitária:

As políticas de preservação devem priorizar a construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes institucionais e sociais e pela participação das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais. Nesse processo, as iniciativas educativas devem ser encaradas como um recurso fundamental para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento da identidade local, fazendo uso de múltiplas estratégias e situações de aprendizagem construídas coletivamente. (IPHAN, 2014, p. 20)

As experiências educativas são mais efetivas quando integradas às dimensões da vida das pessoas, nas práticas cotidianas, procurando incentivar a participação da comunidade em todas as etapas da preservação dos bens: “criar espaços de aprendizagem e interação que facultem a mobilização e reflexão dos grupos sociais em relação ao seu próprio patrimônio” (IPHAN, 2014, p. 23).

Nesse âmbito, serão colocados em pauta, a seguir, as questões que envolvem o patrimônio e sua relação com a educação, buscando enfatizar a valorização das identidades culturais, para então, discutir a questão do lugar do aluno na sociedade.

3.1 O Patrimônio Cultural e a Educação

Neste item, procuramos analisar os diversos processos educativos que primam para que o uso do patrimônio cultural seja apropriado pela sociedade, além de incentivar a valorização e a preservação dos bens patrimoniais. O Iphan destaca a importância de uma construção dialógica, buscando a compreensão sócio-histórica das referências culturais, e que as “comunidades devem ser participantes efetivas das ações educativas; os bens culturais estão inseridos nos espaços de vida das pessoas” (IPHAN, 2022)⁶¹.

Neste aspecto, entendemos que a relação entre o Patrimônio e a Educação, por se tratar de um processo dialógico de construção coletiva do conhecimento, é fundamental para a conformação de uma relação de afeto e pertencimento dos moradores de Serranópolis do Iguaçu para com o museu local.

⁶¹ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – **Educação Patrimonial**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343> . Acesso em: 12 dez. 2022.

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁶² o conceito de Patrimônio, pela ampliação do artigo 216⁶³ da Constituição Federal de 1988, complementou algumas das normativas previstas pelo Decreto-lei nº25, de 30 de novembro de 1937⁶⁴, quando foi alterada a nomenclatura de Patrimônio Histórico e Artístico para Patrimônio Cultural Brasileiro. Com isso, ficou estabelecido o compromisso de promoção e proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro através das relações entre o Poder público e as comunidades.

Analisando os papéis do Estado e da sociedade relacionados à preservação do patrimônio, citamos, como ponto de partida, a obra de Azevedo e Corrêa⁶⁵ (2013), a qual reúne trabalhos de diversos autores que destacam os conceitos sobre a institucionalização do setor cultural no Brasil, a preservação do patrimônio, a participação popular como estratégia de proteção, entre outros. Sendo a maioria dos autores arquitetos, destacam-se trabalhos com a articulação entre planejamento, urbanismo e preservação do patrimônio, discutindo as dificuldades, as conquistas, os retrocessos e as perspectivas das políticas públicas de preservação do patrimônio.

No debate realizado por Lapa (2013) sobre as diferentes formas de participação popular como uma estratégia de proteção ao patrimônio, o autor sinaliza a “participação dos atores no processo de tomada de decisões”, além do “grau de consciência da população sobre os valores patrimoniais”. Destaca também que “a relação entre o poder público e a sociedade civil é a motivação e o envolvimento das categorias de atores no processo de preservação do patrimônio” (LAPA, 2013, p. 94-95).

Já José Reginaldo Santos Gonçalves⁶⁶ propõe reflexões sobre as possibilidades que a noção de patrimônio oferece para o entendimento da vida social e cultural. Neste sentido, pensar no uso do conceito de “Patrimônio” para explicar seu uso no cotidiano, como quando “falamos dos patrimônios econômicos e financeiros, dos patrimônios imobiliários”, se referem às questões que envolvem o patrimônio econômico e financeiro de uma empresa, do país, de um indivíduo; mas também é utilizado o termo patrimônio para trabalhar questões sobre

⁶² INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – **Patrimônio Cultural**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>,. Acesso em: 21 ago. 2021.

⁶³ Que define o Patrimônio cultural como: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

⁶⁴ Lei que estabelece a preservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro.

⁶⁵ Coletânea organizada por Paulo Ormindo David de Azevedo e Elyane Lins Corrêa, coleção Arquivemória, volume 2 – EDUFBA, 2013.

⁶⁶ No artigo: “O Patrimônio como categoria de pensamento, In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2009. P. 21-29.

“patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos” (GONÇALVES, 2009, p. 25).

Gonçalves explica, também, a crescente expansão da categoria “Patrimônio” para diversas áreas: patrimônio etnográfico, patrimônio natural, patrimônio ecológico, patrimônio genético, patrimônio virtual, entre outros. Isso possibilita a patrimonialização de qualquer objeto, espaço, lugar, práticas sociais ou mesmo “pessoas”, tendo o “patrimônio” se transformado numa espécie de “grito de guerra, se tratando de reivindicações identitárias, fundadas numa memória coletiva ou numa narrativa histórica”, e na sequência, define que:

A noção de patrimônio confunde-se com a de propriedade. A literatura etnográfica está repleta de exemplos de culturas, nas quais os bens materiais não são classificados como objetos separados dos seus proprietários. Esses bens, por sua vez, nem sempre têm atributos estritamente utilitários. Em muitos casos, servem a propósitos práticos, mas carregam, ao mesmo tempo, significados mágico-religiosos e sociais. (GONÇALVES, 2009, p. 27)

Segundo Gonçalves (1988), os patrimônios culturais podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis, através dos quais é definida a identidade de pessoas e de coletividades como a nação, o grupo étnico, e com isso os “objetos de vários tipos são apropriados e visualmente dispostos em museus e em instituições culturais com a função de representar determinadas categorias culturais: os primitivos, o passado da humanidade, o passado nacional, etc.” (GONÇALVES, 1988, p. 267).

Márcia Chuva explica que no Brasil a formação do campo de patrimônio levou a uma configuração dicotômica dessa categoria, dividida entre material e imaterial, fazendo referência à reestruturação das instituições de patrimônio, à proposição de projetos e ações que a reforçam, apresentando algumas considerações sobre a história dessa divisão, que estimula o desenvolvimento e a proposição de projetos integrados e integradores da noção de patrimônio cultural. Com isso, a autora destaca as versões oficiais sobre a história da preservação do patrimônio cultural no Brasil:

Em 1980, a primeira versão oficial sobre a história da preservação do patrimônio cultural no Brasil foi publicada pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Nacional Pró-Memória (Sphan/PróMemória), intitulada *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Nessa obra, delineava-se uma trajetória das ações de preservação que remontava ao século XVIII, ao referir-se às intenções do então governador de Pernambuco d. Luís Pereira Freire de Andrade de preservar construções deixadas pelos holandeses no Recife. Esta versão oficial também introduziu uma periodização que se tornou consagrada, organizando em duas grandes fases a trajetória institucional: a fase heroica e a fase moderna. A partir dela, também, foi disseminada a ideia de que o anteprojeto apresentado, em 1936, por Mário de Andrade a pedido do então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, para a organização de um serviço voltado para a preservação do patrimônio, no qual propõe a criação do Sphan (Serviço do Patrimônio Artístico Nacional), havia sido matricial para a consolidação do texto do

decreto lei 25/1937, proposto no ano seguinte por Rodrigo Melo Franco de Andrade. (CHUVA, 2012, p. 147-148, grifos da autora)

Nesse sentido, Chuva considera Mário de Andrade como fundador das práticas de preservação cultural no Brasil, por ter forjado uma linha de continuidade histórica, introduzido ideias fecundas acerca da cultura brasileira, das políticas públicas para sua preservação, e por iluminar a complexidade e os antagonismos presentes no âmbito político. Partindo do princípio de que a noção de patrimônio cultural é historicamente constituída de aspectos simbólicos e tem se transformado no tempo, como uma categoria-chave para orientação das políticas públicas de preservação de bens materiais e imateriais, devemos considerar que as ações de preservação do patrimônio colocam em:

[...] evidencia aspectos das políticas públicas para o campo do patrimônio cultural no Brasil a partir da construção histórica da noção de patrimônio, distanciando-se da concepção de uma linha de continuidade em que bens culturais de diferentes naturezas e tipos foram sendo agregados a essa categoria, segundo a qual praticamente tudo pode ser patrimonializado. (CHUVA, 2012, p. 149)

Com base nisso, Chuva analisa o contexto político-cultural brasileiro através das trajetórias dos campos do patrimônio e do folclore desde suas origens, levando em consideração os agentes sociais, de bens e práticas culturais passíveis de se tornarem patrimônio e as consequências sociais, políticas e administrativas em relação a sua gestão, “tanto relacionada aos bens de natureza material, com sua proteção, quanto aos bens de natureza imaterial, com as políticas de salvaguarda” (CHUVA, 2012, p. 151).

Neste aspecto, elenca-se as fundamentais contribuições sobre o patrimônio feitas por Eiterer (2013):

Quando trabalhamos com as noções de patrimônio, percebemos que o homem sempre busca orientar-se através de espaços, pessoas, objetos, ideias, imagens, tendo a necessidade de criar um sentimento de pertencimento e que pode ser lembrado só na memória, ou perpetuado em seus patrimônios materiais ou imateriais, ficando registrados para grupos posteriores. (EITERER, 2013, p. 100)

De fato, é truísmo dizer que políticas públicas são necessárias para envolver e sensibilizar a comunidade a fim de favorecer a preservação do patrimônio cultural e a mediação pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), visto que envolvem os aspectos que integram a identidade nacional, promovendo a aproximação da população local/regional e as ações sobre o patrimônio cultural, neste caso, medidas que seriam principalmente educacionais.

Cilcair Andrade (*op. cit.*: 2019a, p. 242-243) enfatiza em sua pesquisa a teoria de Paulo Freire sobre os métodos de aprendizagem, e destaca que “o educador se informa a respeito dos saberes do educando”, cujo objetivo é “trazer esses conhecimentos para a sala de aula”. Em

um segundo momento explora as “questões relativas aos temas em discussão”, dando aos alunos “caminhos para visão crítica da realidade”, e problematiza “o conteúdo a ser trabalhado”, apresenta-o de forma detalhada “ao ponto de influenciar ações para tomadas de decisões”, gerando a conscientização do educando.

Paulo Freire analisa a Educação como prática da liberdade, através do método de alfabetização, dando ênfase para a conscientização das massas, em que somente com a educação se chega à liberdade. Destacando a urgência da sociedade se conhecer, a busca de uma educação que possibilite ao povo uma “reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades, sobre seu papel no novo clima cultural da época de transição” (FREIRE, 1997, p. 57), o que significaria uma educação capaz de propiciar a reflexão aos brasileiros. Em suma, preocupado com o desenvolvimento da democracia, destaca o modelo de educação que acredita que seria eficiente, no qual a sociedade seria consciente e crítica:

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. (FREIRE, 1997, p. 90)

Neste sentido, Tolentino (2016), aborda reflexões sobre o que não pode ser considerado educação patrimonial, apresentando cinco falácias sobre seu conceito e prática. Com isso, defende a ideia de que a educação patrimonial é efetiva, dialógica, reflexiva e crítica, e contribui para a construção de um conhecimento democrático para o conhecimento da realidade, “isto implica em conceber o patrimônio cultural como um elemento social inserido nos espaços de vida dos sujeitos e que, nas práticas educativas, deve ser levada em conta a sua dimensão social, política e simbólica” (TOLENTINO, 2016, p. 38). Debruçamo-nos, em aspectos teórico-metodológicos propostos pela autora.

Tolentino (2016), demonstra a evolução que o conceito de educação patrimonial teve, principalmente suas críticas, reflexões e ressignificações. Primando pela participação efetiva dos detentores e produtores das referências culturais. Dessa forma:

O importante é o processo dialógico e democrático dessa prática educativa, numa perspectiva freiriana, que preza pela alteridade, pelo respeito à diversidade cultural e pela participação ativa dos produtores e detentores do patrimônio como sujeitos sócio-históricos. (TOLENTINO, 2016, p. 40).

Nesta perspectiva, Tolentino (2016) procura analisar o que, para ela, não é considerado educação patrimonial, para debater sobre determinadas falácias sobre o tema. A primeira falácia, é sobre a metodologia da educação patrimonial, ser, muitas vezes, usada como um instrumento de alfabetização cultural, sendo uma herança do Guia Básico de Educação

Patrimonial (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999), onde “inúmeros projetos e até mesmo textos acadêmicos repetem o texto do Guia Básico, que traz a ideia de alfabetização cultural inspirada nos escritos de Paulo Freire, mas sem a necessária reflexão no âmbito da educação patrimonial” (TOLENTINO, 2016, p. 40).

Por outro lado, a segunda falácia está relacionada ao surgimento da educação patrimonial no Brasil, ter sido nos anos 1980. Porém, a educação patrimonial já existia muito antes da existência do termo. De fato, essa referência se trata da “realização do 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, promovido pelo Museu Imperial, a partir do qual se introduziu a expressão educação patrimonial no Brasil, inspirada numa metodologia britânica de *heritage education*” (TOLENTINO, 2016, p. 41).

A terceira falácia, diz respeito a uma educação patrimonial que configura a conscientização da população para a preservação do patrimônio cultural. E destaca, que a educação patrimonial não pode assumir a missão de conscientizar a população, porque está instaurada em um processo eurocêntrico,

No processo de seleção de patrimônios e, conseqüentemente, de construção de memórias e identidades coletivas, comumente esse processo seletivo, concebido como um espaço social de disputa política, econômica e simbólica, tende a reproduzir, como um discurso homogeneizante, a manutenção de uma hegemonia de determinados grupos sociais dominantes, detentores de maior capital simbólico. (TOLENTINO, 2016, p. 42)

Isto explica, porque a maioria dos bens culturais nacionais são representativos da herança europeia, baseado em relações de poder. Dessa forma, a tarefa seria acrescentar narrativas sobre bens patrimoniais que representem curiosidades etnográficas e folclóricas, com elementos indígenas e africanos, aproximando a sociedade de sua história.

Neste sentido, a quarta falácia, sobre a educação patrimonial ser destinada aos patrimônios tutelados pelo Estado, o que acontece em muitas ações e projetos da educação patrimonial, que eles sejam voltados exclusivamente para os bens culturais tomados pelo Estado. As concepções do patrimônio cultural como um campo de conflito, “isso implica que as práticas educativas devem levar em conta a sua dimensão política, considerando que a memória e o esquecimento são produtos sociais” (TOLENTINO, 2016, p. 44). A autora, defende a ideia de que a educação patrimonial é transversal e que não deve ser determinada a apenas uma disciplina, “a educação patrimonial é entendida como um elemento fundamental integrado às práticas cotidianas dos sujeitos, concebendo-os como protagonistas na construção e apropriação do seu patrimônio cultural, incentivando, assim a participação social” (TOLENTINO, 2016, p. 44).

E por fim, a quinta falácia, é sobre a frase: É preciso conhecer para preservar. Elevado a uma condição, porém não é suficiente para garantir a preservação dos bens culturais. Deve-se investir em projetos de difusão da educação patrimonial, sendo necessária a elaboração de ações que possam “fazer parte de um processo e o uso desses materiais de difusão deve estar atrelado a um projeto permanente e sistemático de um trabalho reflexivo e crítico em relação ao patrimônio cultural” (TOLENTINO, 2016, p. 46).

Em suma, Tolentino (2016) busca esclarecer algumas práticas equivocadas que se auto identificam como educação patrimonial, e destaca que, as falácias não se esgotam aqui, concluindo que:

Essas falácias certamente não se esgotam aqui. Mas são apresentadas justamente para que possam ser debatidas, rebatidas e complementadas. E partem da concepção de que a educação patrimonial efetiva é dialógica, reflexiva e crítica, que contribui para a construção democrática do conhecimento e para a transformação da realidade e não uma educação instrutivista, homogeneizadora e bancária (na acepção freiriana), a serviço da manutenção de um determinado *status quo* e de sistemas de dominação vigentes. (TOLENTINO, 2016, p. 47)

Portanto, o patrimônio cultural deve ser concebido e apropriado como um elemento social, e cabe ao indivíduo reconhecer e valorizar como parte de sua herança cultural.

Exploramos esse potencial simbólico para aproximarmos do museu local e trabalhar com o conjunto do acervo museal, de modo que, ao final, as peças possam ser catalogadas, organizadas e expostas devidamente contextualizadas e servindo a um fim educacional e (in)formativo que se espera de um espaço museal. Uma das possibilidades é o estabelecimento de estratégias semelhantes ao Circuito de Memória:

no qual alunos e professores e membros da comunidade escolar, elaboram a “rota de memória” no entorno da escola e no espaço de vivência dos alunos, como produto de uma prática da educação patrimonial, tendo em vista os elementos materiais e imateriais presentes na paisagem, como os conjuntos arquitetônicos, as festas, rituais, feiras, resultado de um amplo diálogo educativo, ocorrido nas aulas teóricas. (EITERER, PEREIRA, 2016, p. 10)

ou atividades que façam a integração entre as escolas locais e o Patrimônio Cultural do município, seja ele no espaço museal ou outros espaços urbanos e reais, pois,

Por mais que não seja inovadora a ideia de que o Patrimônio Cultural seja uma ferramenta capaz de proporcionar meios de trabalho que sejam conscientizadores e atentem para a preservação e a conservação dos bens culturais materiais e imateriais e das memórias em âmbitos diversos parece ser consenso. As suas práticas, porém, ainda são pouco divulgadas e/ou valorizadas nos espaços fora das academias. Pouco se vê, por exemplo, nas escolas, sobre o desenvolvimento de projetos em Educação Patrimonial. (EITERER, PEREIRA, 2016, p. 12)

Discutir a abordagem do Patrimônio Cultural é uma tarefa que se apresenta diretamente ligada à de aclarar os conceitos que lhe são próximos, como a identidade, a memória, a história local e, também, implica em entender as metodologias que podem ser

aplicadas aos seus usos de modo a desenvolver e valorizar os sentimentos de pertencimento, capazes de estimular os exercícios de cidadania diretamente ligados à Educação Patrimonial.

3.2 Políticas Patrimoniais

A seguir, discutiremos algumas das políticas públicas que orientam o registro e a preservação do patrimônio cultural, bem como o direcionamento para ações dentro da Educação Patrimonial, objetivando refletir sobre a promoção da identificação e valorização dos bens que integram o Município de Serranópolis do Iguaçu.

Em seu amplo sentido, o Decreto-Lei nº 25/37⁶⁷, no que tange o Art 1º, define que o patrimônio histórico e artístico nacional é composto por um “conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país cuja preservação seja de interesse público”, principalmente quando possui a “vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, cujos valores sejam arqueológicos e etnográficos, bibliográficos ou artísticos”. Acabou, com isso, limitando a incidência normativa do conceito de patrimônio cultural.

Nesse sentido, o registro do Patrimônio Cultural que se firmou através do Decreto nº 3551/2000⁶⁸, buscou a institucionalização dos patrimônios culturais, incluindo também os patrimônios imateriais ou intangíveis, abrindo a possibilidade para que o patrimônio cultural fosse também constituído pelos Livros de Registro de Saberes, Celebrações, Formas de Expressão ou Lugares onde se reproduzem as práticas sociais.

Na esteira desse processo, a Instrução Normativa do IPHAN 01/2015⁶⁹ sinalizou a necessidade da inclusão de estudos sobre os bens culturais tombados, valorados e registrados, além dos arqueológicos, no processo de obtenção de licenças ambientais para empreendimentos.

⁶⁷ Decreto – Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm , acesso em: 05 ago. 2021.

⁶⁸ Decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000, institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, e criam o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2000/decreto-3551-4-agosto-2000-359378-norma-pe.html> , acesso em: 05 ago. 2021.

⁶⁹ Instrução Normativa nº 001 de 25 de março de 2015, estabelece os procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos procedimentos de licenciamento ambiental. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO_NORMATIVA_001_DE_25_DE_MARCO_DE_2015.pdf, acesso em: 05 ago. 2021.

O mesmo documento também inclui a obrigatoriedade da elaboração de Projetos Integrados de Educação Patrimonial no âmbito desses licenciamentos, o que, de acordo com Cilcair Andrade (*op. cit.*):

[...] também define que o público participante das ações de Educação Patrimonial deve ser composto por comunidades impactadas pelos empreendimentos, empregados envolvidos com a obra, comunidade escolar, inclusive professores das unidades selecionadas, e gestores de órgãos públicos localizados na área de influência direta do empreendimento. Exige, ainda, que a equipe responsável pela execução do projeto seja multidisciplinar e, necessariamente, contar com profissionais da área da Educação. (ANDRADE, 2019b, p. 34)

É imprescindível a participação ativa da comunidade para o desenvolvimento das atividades práticas da Educação Patrimonial, como destacado no Art. 30⁷⁰ da Constituição Federal de 1988, ao que compete aos municípios o dever de “IX – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual”.

Sonia Rabello discute as relações do Estado na preservação dos bens culturais através do tombamento, a partir disso, define o conceito de preservação, que pode ser compreendido como “toda e qualquer ação do Estado que vise conservar a memória de fatos ou valores culturais de uma Nação” (2009, p. 19), e dessa forma cita os meios de preservação nacional.

O Decreto-lei 25, de 15 de novembro de 1937, é o mais conhecido instrumento legal pátrio de preservação, mas não é o único. Para preservação de monumentos arqueológicos e pré-históricos, e para proteção dos bens históricos, artísticos ou numismáticos oriundos de descobertas fortuitas há a Lei 3.924, de 26 de julho de 1961. Nesse caso, a preservação não se faz através do ato específico de tombamento, pois se trata de instrumento legal de atuação, procedimento e de efeitos diversos do tombamento, embora seja, assim como este, forma de intervenção do Estado na propriedade, exercida por igual pela administração em função do seu poder de polícia. (RABELO, 2009, p. 19-20)

Em uma perspectiva crítica, realizamos uma análise dos Documentos Internacionais e Cartas Patrimoniais⁷¹ que tratam da defesa do Patrimônio Cultural, destacando, a seguir, os procedimentos estabelecidos para serem assumidos nos trabalhos de documentação, preservação, planos de conservação e diretrizes para intervenções de restauro e manutenção do patrimônio cultural. Cabe ressaltar que estes documentos foram constituídos pelas mais variadas discussões e pelos interesses mais diversos.

Com o objetivo de promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, buscamos as recomendações presentes nas Cartas Patrimoniais relacionadas à Educação

⁷⁰Título III da Organização do Estado. Capítulo IV – dos Municípios. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_12.07.2021/art_30_.asp, acesso em: 19 ago. 2021.

⁷¹ Existem cerca de 40 cartas patrimoniais (IPHAN, 2015) a nível mundial, iniciativas de instituições como a UNESCO, ICOMOS, IPHAN, entre outras, e todas possuem contribuições para os temas relacionados à preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural.

Patrimonial e ao patrimônio cultural, que começaram a se tornar uma preocupação a partir do século passado, segundo destaca Pelegrini (2006):

A proposição de diretrizes capazes de resolver os principais problemas das grandes metrópoles que estavam em pleno crescimento nas décadas de 1930 e 1940, sem comprometer os monumentos ou edificações arquitetônicas consideradas portadoras de excepcionais valores artísticos ou históricos. (PELEGRINI, 2006, p. 20)

Neste mesmo caminho, Eiterer (2013) explica que o patrimônio se tornou um objeto de interesse comum a todos os povos, servindo para o fortalecimento de suas identidades, destacando que:

as Cartas Patrimoniais são instrumentos teóricos, documentos que se referem aos modos de como os profissionais e as instituições ligados ao patrimônio devem agir para sua conservação, preservação e promoção. Não cabe a elas legislar sobre os patrimônios, uma vez que cada nação terá os aparatos legais que lhes convir para a gestão de seus bens, mas dar suportes filosóficos e reflexivos sobre os bens. (EITERER, 2013, p. 79)

As Cartas Patrimoniais são documentos, e servem como instrumentos para a preservação dos bens patrimoniais. Debruçar-nos-emos sobre as cartas e recomendações direcionadas para a promoção da Educação Patrimonial, com o objetivo de preservar, conservar o patrimônio. Dito isso, destacaremos alguns documentos, considerados de grande importância para o desenvolvimento desta pesquisa.

A Carta de Atenas (1931)⁷² demonstra a significativa valorização da Educação Patrimonial relacionando educação com o respeito aos monumentos, sugerindo que para que haja a garantia da conservação dos monumentos é necessário que os educadores “habituem a infância e a juventude a se absterem de danificar os monumentos”⁷³ (Carta de ATENAS, 1931, p. 04), gerando assim, uma consciência para a proteção.

Neste sentido, a Recomendação de Nova Délhi (1956)⁷⁴ sugere que os Estados membros estimulem pesquisas, considerando que a história do homem implica no conhecimento das diferentes civilizações e que todos os vestígios arqueológicos devem ser estudados, preservados e coletados. Propôs, dessa forma, a visitação a sítios arqueológicos, museus, para que haja ações educativas com os jovens estudantes.

Desse ponto de vista, a Carta de Nara (1994)⁷⁵ permitiu uma discussão sobre a autenticidade de bens culturais, na qual os especialistas presentes na conferência procuravam

⁷² Criada em outubro de 1931 pelo Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações.

⁷³ Carta de Atenas, 1931. In: CURY, Isabelle. INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL (BRASIL). **Cartas patrimoniais**. 3.ed., rev. e aum. Brasília: IPHAN, 2004. (Edições do Patrimônio)

⁷⁴ Criada em dezembro de 1956, através da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

⁷⁵ Conferência sobre a autenticidade em relação à convenção do Patrimônio Mundial, organizado pela UNESCO, ICCROM E ICOMOS.

desafiar o pensamento tradicional sobre conservação, para debater os caminhos visando ampliar os horizontes para promover a diversidade do patrimônio cultural e a prática da conservação.

Anteriormente à Carta de Nara, a Carta de Veneza (1964)⁷⁶ trouxe a preocupação de promover a Educação Patrimonial e preservação dos bens, através da conservação e restauração dos monumentos, levando em consideração os valores humanos, reconhecendo a necessidade de preservar os patrimônios de cada nação, aplicando às culturas e tradições.

Nas Normas de Quito (1967)⁷⁷ foram feitas considerações sobre o Patrimônio Cultural através de uma visão do Terceiro Mundo, onde vincularam o patrimônio monumental (americano) ao desenvolvimento econômico da América Latina, sugerindo que a população devesse se envolver nos planos de salvaguarda e nas atividades e festividades locais. Propôs-se assistência técnica para ajuda financeira ao patrimônio cultural dos Estados Membros, visando cumprir a função do desenvolvimento econômico e turístico, além de buscar a valorização do Patrimônio Cultural, ressaltando suas características.

O Compromisso de Brasília (1970)⁷⁸ foi promovido pelo Ministério da Educação e Cultura, com o objetivo de estudar uma complementação das medidas necessárias relacionadas à defesa do patrimônio histórico e artístico nacional. Sugere a formação de “arquitetos restauradores, conservadores de pintura, escultura e documentos, arquivologistas e museólogos” (*op. cit.*: p. 02), para suprir a necessidade de mão de obra especializada, além de destacar a inclusão de matérias que versem sobre o conhecimento e a preservação do patrimônio histórico – cultural nacional.

Na Convenção de Paris (1972)⁷⁹ procurou-se estimular e desenvolver o respeito ao patrimônio cultural, enfatizando a diversidade cultural para que haja a valorização da cultura local, e a necessidade de formação de professores, a disponibilização de espaços e materiais para que pudessem trabalhar sobre esse patrimônio.

Na Declaração de Amsterdã (1975)⁸⁰ afirma-se que o patrimônio arquitetônico da Europa é parte integrante do patrimônio cultural do mundo inteiro, sendo necessário preservar

⁷⁶ Criada em maio de 1964, no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos e pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

⁷⁷ Elaborada através da Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico – O.E.A. – Organização dos Estados Americanos.

⁷⁸ Criada em abril de 1970 através do 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos Municipais Interessados e Representantes de Instituições Culturais.

⁷⁹ Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural pela Conferência geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

⁸⁰ Criada em outubro de 1975 pelo Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, pelo Conselho da Europa marcando o Ano Europeu do Patrimônio arquitetônico.

a continuidade histórica do ambiente, mantendo o modo de vida, permitindo ao homem encontrar sua identidade, além de envolver discussões para integrar os alunos em atividades para a proteção dos patrimônios.

A Carta de Lausanne (1990)⁸¹ promove a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico, onde a proteção desses patrimônios necessita de embasamentos científicos e uma competência profissional que vai além das técnicas da Arqueologia. Este documento enuncia os princípios aplicáveis ao inventário, prospecção, escavação, documentação, preservação, entre outros.

Considera-se, assim, que as Cartas Patrimoniais são documentos de expressiva relevância, não só para a Educação Patrimonial, mas, para toda discussão que envolva as contribuições relacionadas à preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural nacional. Tal relação vem reforçar a necessidade de analisar a Educação Patrimonial na teoria e na prática, conforme trataremos a seguir.

3.3 Educação Patrimonial: Teoria e Prática

A definição de Educação Patrimonial proposta pela Instrução Normativa do IPHAN citada anteriormente engloba “processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletivas e dialógicas, que tem como foco o patrimônio cultural, a fim de colaborar por seu reconhecimento, valorização e preservação”. Através desta normativa, temos o direcionamento para ações educacionais que buscam “favorecer as relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural”, além de “considerar a intersetorialidade das ações educativas, de modo a promover articulações das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural” (Portaria 137, 2016).

Neste sentido, Medeiros e Surya definem a Educação Patrimonial como “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”, além de vincular os “objetos e expressões do patrimônio cultural como ponto de partida para a atividade pedagógica” (MEDEIROS; SURYA, 2009, p. 06).

⁸¹ Carta de Lausanne (1990), para a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico ICOMOS/ICAHM. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>, acesso em: 16 nov. 2022.

Pelo fato de buscar a promoção de uma educação de qualidade, buscamos a indicação para que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e nas Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁸² incluam o Patrimônio Cultural ao que se refere

a inserção do debate acerca do patrimônio nas salas de aula, abordando-o como fontes documentais que sustentam a “produção do conhecimento sobre o passado”, passíveis de elucidar o sentido dos monumentos e das efemérides celebrados no presente. Recomenda a inclusão de “visitas aos museus, arquivos e áreas preservadas” de modo a favorecer o vislumbre entre as gerações e as “raízes culturais históricas” formadoras da sociedade humana. (BRASIL, 1997b, p. 85)

Medeiros e Surya (2009, p. 2-3) demonstram o potencial da Educação Patrimonial na preservação do patrimônio, sinalizando que “preservar o patrimônio histórico e cultural sem dúvida contribuirá para que as gerações futuras possam usufruir desta herança cultural e, por meio destes testemunhos do passado, compreender o processo de desenvolvimento da identidade nacional”.

Neste aspecto, Teixeira (2008) desenvolve uma pesquisa pensando na Educação Patrimonial no ambiente escolar, principalmente quando direcionado ao ensino de História, onde destaca ações para a conservação, preservação e a valorização dos bens culturais, e com isso definindo que:

A Educação Patrimonial no ensino de História viabiliza a formação de indivíduos capazes de conhecer a sua própria história cultural. Ao trabalharmos questões referentes ao patrimônio no ambiente escolar, estamos oferecendo subsídios para a construção do conhecimento e da valorização e preservação desses bens culturais, sejam eles materiais, imateriais, naturais ou construídos. Ações educativas nesse sentido são importantes na medida em que os indivíduos precisam, para se reconhecerem e se diferenciarem de outros, de um “espelho” onde seja possível ver a própria vida, a própria cultura, a própria história e as próprias práticas e, com isso, construir a sua memória afetiva e sua identidade cultural. (TEIXEIRA, 2008, p. 206)

No caso de nossa pesquisa, é perceptível como isso se reflete nas características das vidas dos moradores do município, com a herança cultural se fazendo presente na composição das práticas culturais da cidade, constituindo aspectos fundamentais para construção da identidade. Tais aspectos permaneceram com as famílias descendentes de alemães e italianos que migraram de outros estados da região sul do Brasil para o Estado do Paraná. Frisa-se a indispensabilidade de se manter a consciência histórica para a construção de uma valorização cultural, sendo possível, com a Educação Patrimonial, pensar na preservação e recuperação do patrimônio histórico em questão.

⁸² Substituídos em 2018 pelo documento normativo da Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>, Acesso em: 17 fev. 2023.

O livro Guia Básico da Educação Patrimonial (1999)⁸³, recomendado pelo IPHAN, pode ser aplicado sobre qualquer material ou manifestação cultural, além de nos trazer a conceitualização de diversos aspectos desta área. Propõe um diálogo permanente que implica no processo educacional que “estimula e facilita a comunicação e a interação entre as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e estudo dos bens culturais”, e acaba “possibilitando a troca de conhecimentos e a formação de parcerias para a proteção e valorização desses bens” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 04).

Porém, há necessidade de as novas gerações aprenderem sobre as dimensões do ambiente histórico que envolveram o contexto do município, cujas mudanças foram enfatizadas inicialmente pelo processo de colonização até a atualidade. Horta, Grunberg e Monteiro, explicam que “a atividade sobre o meio-ambiente, resultante das necessidades humanas de vida em grupo e de sobrevivência, dá origem a uma série de estruturas, com diferentes finalidades” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 15). Dessa forma, o processo de adaptações das famílias colonizadoras, que se ajustaram a esse novo território para suprir suas necessidades, se insere no conceito.

Deve-se considerar, também, o meio ambiente histórico que é representado por um espaço que foi criado ou transformado pela atividade humana. No caso do município de Serranópolis do Iguaçu, grande parte da vegetação natural foi transformada em roças para plantação e subsistência das famílias colonizadoras. Porém, isso não anula a possibilidade desse local ter sido ocupado por outras populações; os vestígios arqueológicos que temos no acervo do museu são indícios disso.

Tolentino e Florêncio (2016) reestruturam os estudos sobre a Educação Patrimonial pelo IPHAN, consolidando-se como um instrumento de referência para pesquisas, ações e projetos voltados para a prática educativa e que elevam as questões do Patrimônio Cultural.

Neste aspecto, Souza e Thompson descrevem a Educação Patrimonial no âmbito da Política Nacional de Patrimônio Cultural, e demonstram como o Estado Brasileiro vem adaptando as suas estruturas para direcionar estudos voltados para a área de Educação Patrimonial. Neste sentido, os autores destacam que:

Embora a relação entre educação e patrimônio esteja nas origens da política patrimonial, a expressão EP só foi adotada na década de 1980. Ainda que ela esteja em ascensão, sua condição ainda é secularizada ou marginalizada nos procedimentos de patrimonialização, preservação e salvaguarda, e entendida como acessória às demais iniciativas. (SOUZA; THOMPSON, 2016, p. 13)

⁸³ Autoria de Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e por Adriane Queiroz Monteiro. A obra é uma organização de trabalhos multidisciplinares fruto das experiências realizadas no Museu Imperial de Petrópolis e busca direcionar os trabalhos dos docentes de História.

Neste raciocínio, entendemos a que valorização do patrimônio deva abranger a diversidade cultural brasileira. Buscando uma ação integradora com a comunidade, para ser efetiva, destacando-se assim, a criação de reflexões com novos métodos e agentes, diferentes materiais, práticas inovadoras.

Sobre a relação entre os diferentes públicos envolvidos em projetos de Educação Patrimonial e a perspectiva sobre as redes de conhecimento proposto por Andrade, destaca-se que:

A partir da análise do público dos projetos de Educação Patrimonial, envolvendo educadores, estudantes, gestores, comunidades locais, comunidades sensíveis, trabalhadores, mídias, empreendedores, órgãos de proteção e fiscalização, além das equipes que desenvolvem as atividades. Todos estão interligados, ainda que as ações aconteçam em ambientes e com metodologias diferenciadas dirigidas a cada grupo. (ANDRADE, 2019a, p. 250)

Neste aspecto, encontra-se no Museu uma parte da história e das identidades da comunidade que habita no município há décadas. É através do museu que a comunidade busca a relação e identificação pela história ou utilização dos objetos do acervo. Conforme explica Le Goff “[...] aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação” (1996, p. 535).

Assiste-se assim, a necessidade de se investir na formação continuada de profissionais da Educação, baseada na perspectiva apresentada por Eiterer (2013), que ressalta que não são todos os profissionais da Educação, em seu cotidiano escolar, que têm consciência ou estão preparados para trabalhar com o conceito de Patrimônio Cultural e com alguns temas sobre a memória, a identidade e a diversidade cultural. Busca, assim, enfatizar a relevância do espaço escolar para que sejam desenvolvidas atividades que provoquem discussões sobre esses temas.

A análise do Patrimônio Cultural é uma tarefa que se apresenta diretamente ligada à de aclarar os conceitos que lhe são próximos, como a identidade, a memória, a história local e, também, implica em entender as metodologias que podem ser aplicadas aos seus usos de modo a despertar os sentimentos de pertencimento.

Nesta perspectiva, Chuva (2012) pensa nos novos paradigmas para a preservação do patrimônio cultural, que operam como uma noção de patrimônio cultural integradora, além de buscar a compreensão dos motivos e dos sentidos da divisão, nas ações atuais de preservação no Brasil, entre a materialidade e a imaterialidade do patrimônio cultural. Dessa forma, define que a noção de patrimônio cultural é historicamente constituída e tem se transformado no tempo, como uma categoria-chave para a orientação das políticas públicas de preservação cultural.

Demonstramos o fundamental prestígio da Educação Patrimonial⁸⁴ e do Patrimônio Cultural, conforme previsto pelo IPHAN, buscando transformar a realidade da população através de ações educativas:

[...]constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação.

Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (IPHAN, 2021)⁸⁵

Sendo assim, entendemos que a Educação Patrimonial deva acontecer a partir dos bens culturais, por meio da articulação entre a história e a memória local, contribuindo para que possa surgir a possibilidade para se construir novos conhecimentos sobre a história e a cultura do município.

No próximo capítulo, refletiremos sobre as relações da comunidade com os fatos históricos, destacaremos como se deu o processo colonizatório, a ocupação do espaço e outras questões que envolvem a vida social no município até hoje.

⁸⁴ Educação Patrimonial, definições do IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343/> , acesso em: 21 ago. 2021.

⁸⁵ Patrimônio Cultural, definições do IPHAN. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218 , acesso em: 21 ago. 2021.

CAPÍTULO IV
REMEMORAÇÃO DO PASSADO

CAPÍTULO IV

REMEMORAÇÃO DO PASSADO

Ao longo deste capítulo, procuraremos percorrer o itinerário da memória da comunidade para a formação da identidade do grupo social. O ato de lembrar as experiências vividas, as informações do passado, evidenciam os lugares de memória, as construções de significado, os poderes simbólicos que dialogam e se entrelaçam com os episódios que marcaram a vida em comunidade.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 2013, p. 435)

Le Goff aponta alguns elementos importantes que enfatizam o estudo da memória e identificam a identidade como fundamental para a complementação da teoria, por outro lado devemos destacar que a construção de uma identidade pode ser pessoal ou coletiva.

Do mesmo modo Cymbalista e Feldman (2017) na obra, Patrimônio Cultural: Memórias intervenções humanas, reúnem textos de um grupo de pesquisadores da USP do Núcleo de Apoio à Pesquisa "São Paulo: cidade, espaço e memória" para a construção de uma plataforma de pesquisa coletiva e interdisciplinar sobre a cidade de São Paulo. Com base nisso, surgiram diversas construções analíticas e disciplinares.

... a cidade é algo indefinível, o esforço é o de avançar nas explicitações das aproximações e distanciamentos que cada área, cada recorte teórico-conceitual e cada objeto acabam produzindo sobre cidade. Categorias como bairros, formas de usos do espaço, da vida cotidiana, trabalho, patrimônio, memória, passado e futuro podem ser mobilizados de forma a fomentar uma reflexão sobre intervenções possíveis e registros necessários. (CYMBALISTA; FELDMAN, 2017, p. 07)

Segundo os autores a cidade é um produto e um meio de produção para encontros e desencontros, onde são múltiplas as perspectivas. Consideram os processos históricos de patrimonialização como marcantes, e destacam que museu, significa um espaço, produto de produção de memórias - individuais e coletivas.

Peixoto (2017), analisa as principais dinâmicas e acontecimentos que aconteceram durante o século XX. Destaca que:

a história do patrimônio fica marcada pela monumentalização, pela celebração das civilizações e das identidades triunfantes nos processos de colonização e pela emergência de uma indústria patrimonial promovida pelos Estados hegemônicos e, mais tarde, pelas agências multilaterais. (PEIXOTO, 2017, p. 15)

E por outro lado, enfatiza que "o local, o comunitário, a natureza, as expressões das maiorias e o intangível ganham relevância nas representações, nas categorias e nas políticas patrimoniais". (PEIXOTO, 2017, p. 15).

Vale destacar que os processos históricos ocorridos no município de Serranópolis contribuíram para a formação da identidade cultural dos munícipes. O sociólogo Stuart Hall, define que, "A identidade é caracterizada através dos eventos históricos, dos símbolos, das datas, das tradições, das imagens e rituais, ou seja, um conjunto de elementos que representam experiências partilhadas pelo grupo" (HALL, 2006, p. 31), sendo estes que dão sentido à essa identidade. Promovendo assim, um sentimento de pertencimento pelo lugar, além de vincular as vivências atuais com as memórias trazidas dos locais de onde vieram.

De antemão, Hall (2006) afirma que "o que é importante para nosso argumento quanto ao impacto da globalização sobre a identidade é que o tempo e o espaço são também as coordenadas básicas de todos os sistemas de representação" (HALL, 2006, p. 70), indicando que as relações espaço-tempo impactam nas identidades e em suas representações. De fato, a questão da identidade é discutida a partir da teoria social, partindo do pressuposto que as velhas identidades entram em declínio e fazem surgir novas identidades, fragmentando o indivíduo moderno.

O historiador Tomaz apresenta a cidade, patrimônio e memória como termos relevantes e que estão interligados:

A cidade é o local em que vivemos, nos relacionamos, e desenvolvemos nossa vida como indivíduos, como seres autônomos e sociais. Memória é o que nos torna seres históricos, nos dando um senso de espacialidade e temporalidade, e mesmo um senso de pertença e identidade como grupo social. Patrimônio é a construção, a herança e a soma das realizações humanas. Quando no âmbito pessoal, o patrimônio pode ser identificado como aquilo que herdamos e passamos a diante após nossa morte, mesmo que seja um bem tangível (uma propriedade, uma casa, um automóvel), ou mesmo um bem intangível (o modo de preparar uma simples receita de bolo que passa de geração em geração, por exemplo). Patrimônio, no âmbito coletivo, é a herança comum de todos nós como membros de uma determinada sociedade, e que nos dá identidade como um povo, como uma história conjunta, como um passado compartilhado. (TOMAZ, 2019, p. 07)

Além disso, estas obras são fundamentais para pensar na preservação do patrimônio cultural do Estado do Paraná, cujo objetivo é refletir sobre a preservação dos bens culturais e contextualizar a importância da memória e identidade de uma determinada sociedade. Com isso, o historiador nos apresentar sua obra enfatizando que os monumentos e as construções que dão identidade a um local e fazem parte da memória e história, devem ser preservados.

Com efeito, Tomaz permite destacar que o estudo do patrimônio cultural prevaleça através da promoção, da valorização e consagração daquilo que é comum a determinado grupo social no tempo e no espaço, nessa direção,

Esse patrimônio compreende três grandes categorias: a primeira engloba os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente; a segunda refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber-fazer; e a terceira trata mais objetivamente do patrimônio histórico, que reúne em si toda a sorte de coisas, artefatos e construções resultantes da relação entre o homem e o meio ambiente e do saber-fazer humano, ou seja, tudo aquilo que é produzido pelo homem ao transformar os elementos da natureza adequando-os ao seu bem-estar. (TOMAZ, 2019, p. 15)

Dito isso, entendemos que patrimônio são interpretados como as experiências coletivas que um grupo social produz, de que a preservação da memória diz respeito a uma história, a um conjunto de elementos adquiridos ao longo do tempo, e

A preservação de bens patrimoniais deve ter por finalidade conservar traços da vida comum, cotidiana, e mostrar como vivia a sociedade em determinada época, pois o que tende a ser conservado sempre será o objeto considerado valioso, seja pelo valor do material de que é composto, seja por uma herança histórica ligada a uma personalidade ilustre e por isso mesmo dominadora. (TOMAZ, 2019, p. 17)

Consequentemente, a construção da História pode ser entendida através da conservação desses bens, que possuem um significado coletivo, por perpetuar a memória de um grupo social, como Tomaz que defende a preservação dos bens patrimoniais e do patrimônio histórico, pela importância da construção histórica que os envolve, e define que

A preservação do patrimônio histórico deve-se ao fato de que a vida em comunidade, de um povo, está relacionada ao seu passado, à sua vivência, às transformações ocorridas na sua história. A preservação tem por objetivo guardar a memória dos acontecimentos, suas origens, sua razão de ser. (TOMAZ, 2019, p. 19)

Tendo em conta a distinção da vida em comunidade e sua relação do passado, verifica-se a necessidade de relacionar os indivíduos, a comunidade e o patrimônio. Dessa forma, entendemos que para preservar o patrimônio histórico de um local só é possível quando relacionado as interações humanas.

Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (2000) salienta que “ensinar História é ensinar a fazer História com os objetos”, o que significa não falar “sobre os objetos”, mas “pelos objetos”. Além disso, Meneses (2006) analisa as discussões que envolvem a preservação do patrimônio cultural, onde qualifica a cidade a partir de três dimensões, que seria o artefato, o campo de forças e as representações sociais, e dessa forma destaca que para compreender

A cidade como um bem cultural, é preciso enfrentá-la simultaneamente nas três dimensões. O bem cultural tem matrizes no universo dos sentidos, da percepção e da cognição, dos valores, da memória e das identidades, das ideologias, expectativas, mentalidades, etc. Todavia, as representações, para deixarem de ser mero fato mental ou psíquico e integrarem a vida social, precisam passar pelo mundo sensorial, do

universo físico: o patrimônio ambiental urbano tem matrizes na dimensão física da cidade, pois é por meio de elementos empíricos do ambiente urbano que os significados são instituídos, criados, circulam, produzem efeitos, reciclam-se e se descartam. (MENESES, 2006, p. 36-37)

Meneses enfatiza o valor histórico “é um valor cognitivo: diz respeito a atributos capazes de permitir o conhecimento de aspectos da formação, funcionamento e transformação de uma sociedade” (MENESES, 2006, p. 46), e o que pode ser identificado como “valor histórico está imbricado nos valores afetivos – aqueles que expressam relações de subjetividades, como a ‘pertença’, a identidade e a memória” (LOWENTHAL, 1997). Enfim, acredita que “seria mais próprio pensar-se em ‘monumento’ histórico, antes que em documento histórico, para embasar o ‘valor histórico’ no campo do patrimônio” (*op. cit.*: p. 46).

4.1 - Ressignificação do Museu para a Comunidade

Com objetivo de buscar a patrimonialização dos objetos presentes no museu municipal de Serranópolis do Iguaçu, e dar realce à cultura que os envolve e desvendar a história de objetos líticos perdidos no tempo, ressalta-se a proximidade do projeto com conceitos básicos da História Local. Além de possibilitar o desenvolvimento e aprimoramento de políticas públicas referentes ao Patrimônio Cultural no município de Serranópolis do Iguaçu, a fim de que novos horizontes se abram nas searas da Educação, da História local e da valorização do Patrimônio Cultural, enfim, um conjunto de elementos que nos permitirão analisar as relações entre o museu e a comunidade.

Analisou-se a criação do Museu Municipal Edson Bloemer de Serranópolis do Iguaçu, buscando contribuições sobre a participação da comunidade em momentos históricos do município. Com objetivo de observar, de comparar as informações, possibilitando comparar a diversidade de pensamentos e comentários sobre um mesmo episódio.

Maria I. Leite (2012) analisa o papel que as exposições museais assumem na constituição de identidades dos diferentes sujeitos-visitantes e demonstra como objetos do museu podem desencadear memórias e reflexão crítica para práticas pedagógicas. Em síntese, a autora explica como a comunidade pode criar laços com o acervo do museu, fazendo “comparações e contextualizações” (LEITE, 2012, p. 337), quando o visitante passa a se ver nos objetos presentes no museu.

[...] partindo da ideia de que um museu guarda objetos/imagens que foram especiais para as pessoas, ou para a comunidade, sociedade ou época, isto é, seus *tesouros*, aquele que o contempla também aciona seus próprios *tesouros*, compostos por suas memórias, sonhos, histórias, imaginação e experiências anteriores. (LEITE, 2012, p. 340, grifos da autora)

Portanto, a preparação de exposições que favorecem a reflexão dos visitantes, este discurso reforça a ideia de que a diversidade de olhares que se produzirão com um mesmo objeto.

Castro (2016) apresenta o histórico da conformação do campo das políticas públicas voltadas para a educação museal no Brasil, usando como base de análise a construção da Política Nacional de Educação Museal, e enfatiza que as políticas públicas que orientaram e orientam os processos educativos na área cultural e para a preservação e valorização do patrimônio têm como uma das finalidades o papel pedagógico/educativo do bem musealizado, o qual, por sua vez supõe uma interação cada vez maior entre Museu e Escola, ou, em outros termos, Cultura e Educação. As ações educativas são necessárias para que haja uma boa relação entre o museu e a comunidade, além de promover o espírito coletivo para a valorização e a preservação do patrimônio. Portanto, sobre a importância da participação dos profissionais envolvidos, o atendimento de uma demanda no campo da educação museal, sendo essencial para o desdobramento da Política Nacional de museus, Castro enfatiza que,

Esses pontos (da Política Nacional de Educação Museal) são fundamentais para garantir que a educação museal seja mais do que uma ação de entretenimento e comunicação nos museus, servindo de base para o cultivo de um espírito coletivo de valorização do patrimônio musealizado, estendido para todo o patrimônio cultural. (CASTRO, 2016, p. 33)

Em síntese, o papel dos profissionais da educação na sociedade é de suma importância na produção de novos conhecimentos. Para isso, também se faz necessário um planejamento para a realização de atividades educativas em museus, baseadas em uma construção participativa.

As ações educativas são necessárias para que haja uma boa relação entre o museu e a comunidade, além de promover o espírito coletivo para a valorização e a preservação do patrimônio. Portanto, a importância da participação dos profissionais envolvidos, o atendimento de uma demanda no campo da educação museal, sendo essencial para o desdobramento da Política Nacional de museus, Castro enfatiza que,

Entendemos a participação de educadores museais, profissionais das redes de ensino básico e superior, museólogos, organizações da sociedade civil, como parte de uma disputa pela afirmação de concepções teóricas e políticas de educação museal, no contexto da construção da Política Nacional de Educação Museal. (CASTRO, 2016, p. 33)

Em síntese, o papel dos profissionais da educação na sociedade, são de suma importância por cumprirem um papel ativo para a produção de novos conhecimentos. Para isso, também, se faz necessário um planejamento para a realização de atividades educativas em museus, baseadas em uma construção participativa.

Nesse cenário, é fundamental a formação de profissionais da Educação com a perspectiva interdisciplinar que envolva os aspectos patrimoniais. Por outro lado, devemos estimular a inclusão da temática da Educação Patrimonial nos currículos de História e Geografia e demais licenciaturas, para que haja o debate sobre a valorização dos saberes tradicionais, estudos sobre a cultura e memória da comunidade, além da história local.

A participação dos alunos no desenvolvimento das atividades é essencial, para que possam observar e interpretar o mundo que os rodeia, estimulando, impulsionando e subsidiando a geração de pesquisas e estudos que levem a discussões para além dos muros das escolas, interagindo e englobando os familiares dos alunos. Além de registrar o máximo de detalhes que for possível, a utilização de fotografias familiares também pode contribuir para fazer as observações em relação às experiências vividas.

Para compreender como se deu o processo histórico da colonização e ocupação do local, podemos usar o exercício de entrevistas a pais e avós dos alunos, que poderão contribuir para a descoberta do porquê escolheram este local e de onde vieram.

O documento: Educação Patrimonial: Inventários Participativos (2016), produzido pelo IPHAN, analisa algumas abordagens para pensar na relação da comunidade com o museu, por ser uma ferramenta de Educação Patrimonial com objetivos voltados para fomentar a discussão sobre o patrimônio cultural, além de estimular que a comunidade busque identificar e valorizar as suas referências culturais. Considera-se a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe afeta como patrimônio, no entanto, possibilita a construção dialógica do conhecimento do seu patrimônio cultural, além de abarcar temas do entendimento sobre o território, convívio e cidade, com as referências para um constante aprendizado, formação social e participação da comunidade.

Tal documento permite buscar referências culturais com objetivo de construir conhecimentos. Neste sentido, a atividade de documentar, organizar e divulgar incentiva o enriquecimento cultural e a construção de identidade, dessa forma:

Inventariar é um modo de pesquisar, coletar, organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor. Nessa atividade, é necessário um olhar voltado aos espaços da vida, buscando identificar as referências culturais que formam o patrimônio do local. (IPHAN, 2016, p. 07)

A crítica exposta serve como instrumento de identificação e reconhecimento pelos órgãos de preservação do patrimônio do governo, promovendo o exercício de participação social, que podem resultar no aprimoramento do papel do Estado na preservação e valorização das referências culturais brasileiras.

O arcabouço teórico exposto até aqui sustenta os argumentos desta dissertação, onde buscamos explicar um processo histórico de luta dos colonizadores locais, culminando na constituição de um lugar de memória, mas que coloca – silenciosamente – memórias em disputa. Por um lado, o marco histórico das memórias recentes dos colonizadores vencedores da disputa territorial contra jagunços, inversamente proporcional, as memórias indígenas que emergem a partir do resgate dos materiais líticos que confirmam a presença destes povos na região, porém esquecidos da memória coletiva como integrantes da construção histórica.

Sob o olhar cuidadoso do pesquisador, a presença de artefatos indígenas entre as ferramentas de colonizadores, impulsiona para a necessidade de buscar a ressignificação em frentes distintas. A primeira sobre o resgate do uso social do museu – que se encontra desativado –, em segundo lugar (não menos importante) a reativação do museu como uma perspectiva descolonizadora, valorizando as populações indígenas como construtores das memórias locais.

De fato, verificamos que na maioria das vezes introduziu-se um discurso sobre a narrativa histórica tradicional, de supervalorização da colonização e da cultura europeia. O que, torna claro a possibilidade de um diálogo que fuja da teoria eurocêntrica, proposta de Enrique Dussel (1993), onde o autor destaca que o “Ego” descobridor, conquistador e colonizador, definidos pela modernidade, demonstram que o outro não foi descoberto e sim en-coberto. Em síntese, se trata de um processo definido como: en-cobrimento do não-europeu, pertencentes à uma falácia desenvolvimentista.

Seguindo por estas reflexões de Dussel (1993), propomos a realização de uma exposição museal, que chamaríamos de: (Des)colonizando o Iguaçu: trajetória reversa da ocupação do território do oeste do paraná, em uma perspectiva de ressignificação museal, com a criação de um circuito itinerante em espaço livre, contando com um percurso que fosse na linha cronológica de retorno ao tempo (Ver anexo 2). Para isso, estaríamos pensando na descolonização do espaço, na desocupação regressiva, recuando no tempo (partindo da atualidade até a pré-colonização).

4.2 Uso Social do Museu

Neste item, propomos analisar como a rememoração do passado histórico do município de Serranópolis do Iguaçu – Paraná e dos usos da Educação Patrimonial para a Ressignificação do museu municipal, surgem diversas possibilidades para trabalhar o uso público do museu.

Ante à reflexão exposta acerca de reunir a historiografia do processo histórico do município nesta dissertação, deve-se considerar as possibilidades para a elaboração da construção e reformulação do conhecimento, metodologicamente alicerçada em questões documentais e possíveis ações pedagógicas que possibilitam a aproximação da comunidade com a história do município, além de abrir um leque para o conhecimento do passado indígena da região oeste do Paraná.

Leite (2006) lembra que as relações que as crianças possuem sobre um museu são geradas através da produção de sentidos e criação, além de serem espaços de memória, de história e de vida. E enfatiza que, o que mantém o museu vivo é a sua relação com a sociedade; os “museus e demais espaços de cultura são depositários da memória de um povo, encarregados pela preservação das obras produzidas pela humanidade, com suas histórias, com os meios próprios de que dispõem” (LEITE, 2006, p. 75). Neste sentido, entendemos que os museus podem ser identificados como espaços de troca e de descoberta.

Outrossim, devemos considerar que os museus já não possuem mais a missão de apenas guardar os objetos, mas já exercem o papel de documentar, educar e comunicar. Além de promover o desenvolvimento das identidades locais, de fato, “seus acervos e exposições favorecem a construção social da memória e a percepção crítica da sociedade” (LEITE, 2006, p. 76). Esse discurso é reforçado na busca da contextualização dos objetos presentes no acervo do museu, vinculado aos processos de ocupação colonial e na formação social deste local.

Em síntese, identificamos as questões sociais envolvidas pela trajetória histórica do município e entendemos que este espaço museológico complementa a historiografia do município. Porém, devemos pontuar que a memória dos mais velhos são direcionadas para a história da colonização do município e para os eventos conflituosos que ocorreram no município, mas não demonstraram saber sobre a história dos povos indígenas que habitavam na região.

Na missão de ressignificar a visão que a população tem sobre o museu, para que seja visto como um espaço de trocas, devemos apontar quais seriam as possibilidades para o uso do acervo do museu. Identificamos a realização de um Projeto pedagógico como um exercício

fundamental, para as escolas trabalharem com a história e a memória do município, além da possibilidade de apropriação e uso do acervo do museu. Intensificando a articulação de passos e estratégias para que o passado indígena seja inserido na história do município. Dessa forma, as ações pedagógicas seriam incluídas no currículo escolar, promovendo a articulação entre as instituições (Escola-Museu).

Neste raciocínio, a resignificação do espaço museal surge como uma estratégia para aproximar a população da memória, da história e do acervo do museu. Brulon (2020) apresenta uma reflexão sobre as estruturas coloniais dos museus e o desenvolvimento destas instituições no Brasil. Além de analisar a teoria museológica como caminho para re-pensar as práticas museais em regimes pós-coloniais, enfatizando que:

As noções de “museu” e de “museologia” como categorias importadas no processo de colonização, apropriadas dentro de lógicas de poder e saber estabelecidas pelas metrópoles, devem ser entendidas nesses contextos como categorias negociadas, ou em permanente permuta de significados históricos, políticos e culturais. (BRULON, 2020, p. 13)

Isto reflete, nas “novas interpretações sobre o papel social dos museus” (BRULON, 2020, p. 16), fugindo do tradicionalismo⁸⁶, condicionando o surgimento de museologias experimentais, focadas em práticas museais comunitárias e participativas. Em síntese, o museu se torna um espaço de apropriação patrimonial, “por meio do qual é possível reparar danos do passado e reformular as narrativas em que as pessoas estão historicamente inseridas e a partir das quais se constroem os valores do grupo” (BRULON, 2020, p. 17).

De antemão, a ideia de descolonizar o museu e os pensamentos enraizados de uma dada comunidade tem como uma de suas linhas de atuação repensar as práticas museológicas, entre elas, àquelas que enfatizam, no caso dos movimentos de colonização, vistos muitas vezes, como heróicos e triunfantes, o papel do colonizado submisso ao papel do colonizador, dentre cujos efeitos nefastos está a invisibilização e exclusão dos povos indígenas da História. Brulon (2020) lembra que “o fato de indígenas ainda terem que lutar por sua existência simbólica nos museus da nação não está desvinculado do projeto político de sua eliminação material dos territórios que ocupam ou dos que poderiam vir a ocupar” (BRULON, 2020, p. 22).

Em uma nova proposta para a reabertura do museu, identificamos que o acervo do museu pode ser interpretado a partir da relação entre dois vieses: um voltado para a colonização do município e o outro para os materiais líticos. A realidade arqueológica do

⁸⁶ Filosofia política do conservadorismo clássico.

acervo do museu deve ser compreendida e pesquisada, para isso, também se faz necessário, uma análise sobre o perfil sociocultural onde as peças foram encontradas.

Moraes Wichers (2014) sintetiza as contribuições teóricas e os avanços metodológicos sobre a Museologia e a Arqueologia, defendendo um caminho para a aproximação entre o patrimônio arqueológico e a sociedade. A autora explica que as instituições museológicas ressignificam os fragmentos do patrimônio para a sociedade, e no caso do patrimônio arqueológico na interface entre “Arqueologia e Museologia: a antropofagia museológica se desenvolve sobre uma antropofagia arqueológica” (2014, p. 17).

Seguindo esta lógica, as pesquisas arqueológicas operam seleções, com as práticas de colecionamentos, isto inclui uma rede de coleta de vestígios que “fizeram parte de uma dinâmica social, econômica e cultural das sociedades estudadas, evidências que sobreviveram ao tempo e que conformam o contexto arqueológico” (MORAES WICHERS, 2014, p. 17). Com isso, a autora ressalta:

Denomino de antropofagia arqueológica a apropriação e ressignificação feita pela Arqueologia, que seleciona aspectos da materialidade das sociedades, alçando-os a patrimônio. Por sua vez, a antropofagia museológica se dá nos processos de musealização desse patrimônio, onde novas apropriações, recortes e metamorfoses de sentido são efetivados. (MORAES WICHERS, 2014, p. 17)

Para tanto, este longo processo que busca a ressignificação dos objetos que passam a incorporar os museus. Conforme exposto, advogo que é de extrema importância a análise dos discursos construídos pela sociedade, principalmente quando dizem respeito à objetos que foram encontrados pelos moradores, e que gostariam de saber sobre suas origens, além disso, buscar a incorporação e participação social de forma ativa nos processos museográficos, de modo que suas vozes não somente se reflitam, mas se materializem efetivamente no percurso expográfico. Moraes Wichers destaca a importância das narrativas e da memória social,

Chamo a atenção para o fato de que as narrativas a respeito dos vestígios arqueológicos também compõem a realidade arqueológica. As narrativas, como constituintes das identidades e construtoras da memória social, são matérias primas fundamentais da Musealização da Arqueologia. Nesse sentido, as narrativas construídas pelas comunidades, ressignificações e reapropriações desses vestígios no presente, são componentes fundamentais da pedagogia museológica da Arqueologia. (MORAES WICHERS, 2014, p. 25)

Enquanto isso, Gomes e Oliveira (2010) analisam a construção social da memória e o processo de ressignificação dos objetos presentes no espaço museológico. Descrevem a importância de “instituições como museus, arquivos e bibliotecas” para a “salvaguardar uma memória que deixou de ser múltipla e coletiva, para se tornar única e sagrada” (GOMES; OLIVEIRA, 2010, p. 42). Onde as pessoas reconstroem o passado sob diferentes perspectivas sobre um mesmo objeto.

Compreender, nas ressignificações, as tramas das relações sociais envolvidas nos processos de construção do passado através dos objetos, requer atenção para os interesses do presente, para a fundamentação teórico-conceitual e o aparato metodológico que embasam as representações dos sujeitos. Requer atenção, também, para as relações políticas inerentes a quaisquer processos relacionados à construção social de memórias, por si conflituoso, envolvendo visões diferentes sobre o quê e como deve-se lembrar. (GOMES; OLIVEIRA, 2010, p. 44)

Thompson (2014), analisa os diversos sentidos em que foram atribuídos os objetos indígenas nos museus, e desenvolve uma historicização do processo de musealização dos objetos indígenas para entender o processo de patrimonialização dos bens culturais dos povos indígenas. Não se tratando apenas do fato de colecionar objetos indígenas, mas de procedimentos para pesquisas científicas sobre eles. Aponta a necessidade de um departamento sobre antropologia ou etnografia para uma especialização no campo dos museus. (2014, p. 265), e destaca que: “os objetos indígenas foram musealizados a partir de lógicas colecionistas que retratavam práticas sociais, modos de conhecimento e relações de poder, que foram construídos e reconstruídos ao longo da história do colonialismo e do pós-colonialismo”. (THOMPSON, 2014, p. 277).

4.2.1 O uso social do Museu – o caso de Serranópolis do Iguaçu/PR

Como já vimos (p. 103), o tema da transversalidade na educação patrimonial é bastante importante. Ferraro e Giglio (2014) abordam a temática da transversalidade a partir da orientação dos Parâmetros Curriculares Nacionais como uma possibilidade para a prática pedagógica em espaço não formal de educação, os museus. Além de discutir a ressignificação das práticas educativas tradicionais, mobilizando diferentes formas de entendimentos e de parceiros, em especial a relação Escola – Museu, pois, “a parceria estabelecida entre museus e escolas se constitui em ganho na aprendizagem por parte dos alunos, tornando-os mais protagonistas de seu próprio processo de ensino” (FERRARO; GIGLIO, 2014, p. 334). Isto reflete a importância do relacionamento de trocas entre as instituições, escolas e museus, buscando integrar estas duas realidades e “observar o museu como espaço que visa impulsionar funções educacionais” (FERRARO; GIGLIO, 2014, p. 339), produzindo transformações na realidade social de qual faz parte. O que propomos aqui, são caminhos a serem seguidos, impulsionando os usos do museu, “cabe ao professor estimular a pesquisa em sala de aula” (FERRARO; GIGLIO, 2014, p. 334).

Utilizamos como base de análise a dissertação de mestrado de Silveira Filho (2013) sobre a Pedagogia dos museus, onde o autor realiza uma pesquisa sobre a relação entre o museu e a escola, com base resultados de visitas guiadas em museus e a valorização deste conhecimento pelos alunos. Com objetivo de avaliar os modos de utilização pedagógica, desenvolvidos por professores de Petrópolis – RJ, e os conhecimentos adquiridos pelos alunos durante a visita em espaços culturais. Enfatizando que há uma “evolução das pesquisas sobre Educação Patrimonial e Memória, assim como de sua aplicação nas unidades museológicas e demais centros culturais no país” (SILVEIRA FILHO, 2013, p. 14).

Neste raciocínio, Silveira Filho (2013) tem como objetivo estudar o potencial pedagógico que as instituições não-formais (os museus) repassam, observando os conhecimentos adquiridos pelos alunos após as visitas. Portanto, explica que a compreensão da função social do museu se destaca pela educação, mantendo a missão de educativo e cultural, quando os museus abrangem os mais diversos contextos. Dessa forma, o autor propõe que “o museu da contemporaneidade deve ser uma instituição dialógica, como geralmente a própria escola se propõe em suas escolhas pedagógicas” (SILVEIRA FILHO, 2013, p. 43). Para isso, os museus passam a atuar com uma nova noção de tempo e espaço, dialogando com a sociedade.

Para tanto, a capacitação de professores das escolas do município são fundamentais para realizar uma ponte entre o que é ensinado na escola e a narrativa apresentada pelo museu. Silveira Filho (2013), lembra que o “processo que conduz à recriação e interpretação do significado das informações”, além de “gerar questionamentos a partir do que foi apresentado e informado, objetivando que os alunos passem a se compreender como atores de um conteúdo histórico-temporal em seu cotidiano” (SILVEIRA FILHO, 2013, p. 91-92).

Com isso, o museu pode ser considerado como um local de representatividade histórica e a interação com escolas pode

[...] propor caminhos na política educacional com o objetivo de construirmos escolas onde estudantes aprendam a colaborar com a preservação do patrimônio histórico, assim como com a preservação de sua memória na comunidade, podendo reinterpretar o passado de sua cidade de forma crítica e cidadã. (SILVEIRA FILHO, 2013, p. 98)

Ou seja, o museu representa um conjunto de elementos, incluindo a preservação do patrimônio histórico brasileiro e a valorização dos saberes locais e regionais.

As reflexões acima nos levaram a sugerir uma proposta para realização de atividade pedagógica nas escolas do município, com a preparação de uma apresentação abordando os temas da história da colonização do município e da história indígena da região, levantando

questões sobre o conceito de patrimônio cultural. Esta ação educativa poderá proporcionar o contato com o patrimônio cultural (cf. Anexo II). E posteriormente, uma visita ao museu, para aprimorar a interação dos alunos com o acervo, além de desenvolver reflexões a fim de problematizar a importância do museu.

O exercício de abordar diferentes usos para o Museu Municipal de Serranópolis do Iguaçu possui, porém, suas limitações devido às condições atuais em que se encontra o prédio onde está instalado o museu. Por isso, apesar de acreditamos que a aplicação da Educação Patrimonial na forma de uma atividade pedagógica seja oportuna, as ações educativas esbarrarão na realidade concreta política-institucional daquele espaço museal e de seu acervo que abriga a Memória e a História de diversos agentes históricos, em especial objetos da extinta presença indígena na região.

Não estamos trabalhando diretamente com uma comunidade indígena, mas sim com vestígios arqueológicos encontrados durante o processo de colonização e uso da terra. Estes objetos foram produzidos para auxiliar na realização de tarefas cotidianas desses grupos no passado.

A título de exemplo, lembramos que Magalhães e Oliveira (2013) analisam o processo de musealização de alguns objetos indígenas que foram adquiridos ao longo da existência do Museu Histórico Nacional. Debatem sobre os usos e significados e a inclusão da questão indígena inserida em diferentes projetos de escrita da história. E destaca que “ao longo de sua trajetória o MHN adquiriu vários objetos de autoria indígena através de doações” (MAGALHÃES; OLIVEIRA, 2013, p. 194).

Porém, quando um objeto chega ao museu ele perde toda a sua função inicial, “o processo de fabricação, o significado simbólico, as características específicas”, (MAGALHÃES; OLIVEIRA, 2013, p. 196).

O compromisso de rever o papel do museu na sociedade, de aprimorar os serviços oferecidos, de incluir em seu projeto de escrita da história a memória de segmentos sociais até então esquecidos indica que o MHN estava atento às discussões do Movimento Interacional para a Nova Museologia e da História Nova. (MAGALHÃES; OLIVEIRA, 2013, p. 203)

Neste sentido, Gasparotto (2012, p. 729), discute questões relativas ao patrimônio cultural tangível e intangível com alunos da educação básica, experiência que oferece o entendimento de ações educativas nos espaços do museu, que são capazes de ressignificar narrativas, discursos e interpretações, pensando no museu como um espaço para aquisição de novos conhecimentos. Buscando associar a continuação da história com a memória dos mais velhos, dando oportunidade para que os jovens e as crianças se vejam nessa história.

A elaboração de um Plano Museológico para um museu comunitário, permitindo a preservação e a comunicação de seu acervo, pode cristalizar a ideia de que é unicamente através do museu que se pode ter um contato com os objetos de antepassados, seus problemas e suas lições. Nossa pesquisa, com as propostas de reabilitação do Museu Municipal de Serranópolis do Iguaçu, leva em conta as especificidades de trabalho em equipe, readequação do espaço e as atividades a serem desenvolvidas, e espera contribuir para que este mesmo acervo ganhe a dinâmica necessária que permita a seu público um autorreconhecimento como co-partícipe crítico da construção de sua Memória e História.

Em sua dissertação de mestrado, Xavier (2015) discute um plano museológico para o Museu de Arqueologia Bíblica Paulo Bork do Centro Universitário Adventista de São Paulo. Onde a autora reúne dados sobre o plano museológico, usado como modelo de planejamento, suas propostas e estruturas para a aplicação em museus brasileiro, considerando os métodos em gestão patrimonial e os processos museológicos, ferramentas básicas para o bom desenvolvimento das atividades no museu, além da importância de um documento oficial com a missão de manter ativa as atividades nos museus. A interdisciplinaridade, com a ampliação de acervo, envolvendo o meio rural e urbano. Cada museu deve adequar um plano museológico que corresponda a sua realidade.

Almeida (2013), analisa os planejamentos das atividades em um museu, e os textos diretrizes para o funcionamento da instituição museal,

Como ferramenta estratégica, o plano museológico pode ser considerado uma decorrência do conceito de plano diretor - usual quando se trata do planejamento estratégico de empresas privadas e organismos governamentais, ou para a gestão de cidades -, aplicado ao caso específico dos museus. De uma forma geral, podemos afirmar que o plano museológico adotado no Brasil tem por princípios dez pontos:

1. Possibilitar o equilíbrio e a estabilidade na gestão do museu, independentemente de sua direção e de seu corpo de trabalhadores;
2. Implantar uma estrutura básica de funcionamento dentro da qual podem ser tomadas decisões estratégicas;
3. Assegurar a salvaguarda do acervo;
4. Tornar clara a missão e as ações do museu tanto para funcionários quanto para o público;
5. Definir com clareza as ações coletivas e individuais no interior do museu, estabelecendo as responsabilidades de cada área de trabalho;
6. Propiciar o uso mais eficaz dos recursos;
7. Pensar no museu como um organismo complexo e interdependente, a partir dos princípios estabelecidos no Estatuto de Museus e demais documentos normativos, e na importância de estabelecer um equilíbrio entre as suas partes;
8. Identificar situações emergenciais ou de risco iminente;
9. Levar em consideração a capacidade de solução dos problemas, através dos recursos de pessoal e orçamentária disponíveis;
10. Preparar o museu para novas realidades. (ALMEIDA, 2013, p. 19-20)

Cabe frisar a importância dos documentos normativos para o bom funcionamento institucional, com a elaboração de um plano museológico, para assegurar a salvaguarda do

acervo do museu. Nesse cenário, o conhecimento sobre a instituição é fundamental, para então verificar possíveis readequações da função social do museu.

Ressaltamos, assim, a importância de se desenvolver atividades de Educação Patrimonial no município através de aspectos relativos à memória e identidade, principalmente em relação ao museu de Serranópolis do Iguaçu, cujo lugar-social permite que se repense papel dado à conservação, preservação e divulgação dos dados que foram levantados, de modo que a comunidade se aproprie da riqueza histórica que esse acervo possa representar e de como podem ser explorados, tanto em seu potencial educativo, aplicado no ensino de história e geografia, quanto em questões relativas aos seus usos referentes ao turismo histórico-cultural⁸⁷.

⁸⁷ Pode ser entendido como um produto da experiência humana, que através do turismo possibilita as trocas culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, por intermédio de pesquisas historiográficas, documentos produzidos pelas políticas públicas buscando a preservação do patrimônio nacional e pelo contato com os moradores do município de Serranópolis do Iguaçu, procurou-se analisar de forma objetiva a história e a memória de um grupo social.

Verificamos que a História e a Memória da ocupação e colonização da região oeste do Paraná, a qual se deu a partir da primeira metade do século XX, sugeria que há poucos documentos que relatam a presença de indígenas neste território. É fato que este processo histórico sucedeu a dissipação de grande parte da população Guarani que habitava a região e, conseqüentemente, o desaparecimento de sua presença na forma de legado tangível e intangível, resultando em uma sucessiva violação de seus direitos, que ainda marca a vida e intensifica a resistência desses povos até a atualidade.

A historiografia mais recente, contudo, demonstra que a realidade era outra. Mesmo quando o município começou a ser ocupado pelos colonizadores ainda existiam indígenas habitando o território, sinalizando em diferentes documentos a presença de povos indígenas ao longo de toda a região (MACCARI, 1999, p. 28; MASUZAKI, 2015).

Em uma perspectiva crítica, ao longo desta pesquisa, trabalhou-se a história e a memória, dando a possibilidade de construir a história do município, percebendo a identidade da comunidade, propiciando a reaproximação dela com o museu municipal. Outro fator relevante foi a promoção da percepção de que a comunidade é composta por seres históricos e que suas experiências possuem valores. Esta prática visava estimular a lembrança da comunidade, possibilitando o registro de suas histórias, buscando valorizar a experiência pessoal de cada um.

Observa-se que os métodos utilizados para a realização da coleta dos relatos, assegurando aos participantes um retorno social em relação a participação da comunidade, e o acesso ao resultado da pesquisa, em suma, a documentação desses relatos passarão a integrar o arquivo do museu, quando o mesmo voltar a funcionar. Neste sentido, a organização do material coletado poderá abranger possíveis contribuições para o acervo do museu, e possibilitar a comunicação com as escolas buscando a circulação de saberes construídos pela pesquisa.

A iniciativa desta dissertação, surgiu para organizar a historiografia do município, baseando-nos na herança histórico-cultural de Serranópolis do Iguaçu, favorecendo a

acessibilidade com os temas e os autores que desenvolvem os conceitos e analisaram os episódios históricos, fornecendo materiais necessários para o desenvolvimento de atividades pela Educação Patrimonial. Além de possibilitar a implementação de oficinas em escolas, para trabalhar questões sobre o patrimônio cultural da região.

É possível observar que, os processos participativos para a elaboração das atividades da Educação Patrimonial podem ser considerados como um autorreconhecimento da sociedade, buscando estimular a participação de grupos sociais nos processos de preservação dos seus bens culturais.

Neste aspecto, as políticas públicas urbanas se caracterizam pelas políticas locais de governança, espelhadas nos hábitos locais, onde o patrimônio é visto como um recurso. Dessa forma, o uso social do museu deve ser vinculado na diversidade cultural dos bens patrimoniais, e destaca-se a importância da participação da comunidade para reescrever as narrativas sobre esse processo colonial, incluindo a história dos povos indígenas que habitavam na região.

Segundo as observações realizadas, conclui-se que é necessário reinventar espaços de convivência e assim, o museu passa a gerar um imaginário sobre a história que está contando, gerando possibilidades para pensar o museu e sua relação com a comunidade, a partir de pontos mais afetivos, onde permite que as pessoas possam se encontrar no contexto apresentado pela narrativa do museu.

A proposta para realização de atividade pedagógica nas escolas do município, com a preparação de uma apresentação abordando os temas da história da colonização do município e da história indígena da região, levantando questões sobre o conceito de patrimônio cultural. Esta ação educativa pode proporcionar o contato com o patrimônio cultural. E posteriormente, uma visita ao museu, para aprimorar a interação dos alunos com o acervo, além de desenvolver reflexões a fim de problematizar a importância do museu. O exercício de abordar diferentes usos para o Museu Municipal de Serranópolis do Iguaçu, porém a condição atual do museu limita um pouco as possibilidades, acreditamos que a aplicação Educação Patrimonial seja mais oportuna. As ações educativas serão voltadas para a integração entre as instituições, torna-se fundamental para a manutenção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, V. **Manual da história Oral**. 3. Ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALMEIDA, C. A. F. de. Plano Museológico – Marco de Regulamentação da Gestão Museal no Brasil. In: **Gestão Museológica: Questões teóricas e práticas**. Seminário Internacional sobre Gestão Museológica realizado pelo Museu Nacional do Conjunto Cultural da República. Wagner Barja (Org.), Brasília, 2013.

AMADO, J. FERREIRA, M. M. **Usos & Abusos da história oral**. 8. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ANDERSON, B. **Nação e Consciência Nacional**. Tradução por Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora Ática, 1989.

ANDRADE, C. Educação Patrimonial em Arqueologia: A dinâmica das práticas evidenciando redes de conhecimento. **Revista de Arqueologia**. Edição Especial: Museu Nacional (Vol. 1). Volume 32, nº2, 2019a.

_____. **Nem Eva viu a uva, nem o índio fez a cerâmica: experiências e análises de projetos de Educação Patrimonial em Arqueologia**. Rio de Janeiro, 2019. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019b.

ANDRADE, F. M. B. **A luta pela terra a partir de narrativas de trabalhadores: os posseiros e a Revolta da Gleba Silva Jardim – PR**. Dissertação do PPG- História, UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011. 279 p.

BARROS, J. D. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos - DOI: 10.5752/P.2237-8871.2011v12n16p38. **Cadernos De História**, 12(16), 2011, pp. 38-63 (25p).

BAUMAN, Z. **Comunidade**. A busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi/ Zygmunt Bauman; tradução, Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BLOCH, M. **Apologia da História, ou, Ofício do Historiador**. Tradução, André Telles. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BORGES, P. H. P. Terra E Memória: Os Territórios Guarani No Oeste Do Paraná. **Perspectiva Geográfica** ISSN 1981-4801 UNIOESTE V.6, N.7 2011.

BOSI, E. **Memória e Sociedade – lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1979.

BRASIL. **Livro Branco: Ciência, tecnologia e inovação** / Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**: introdução parâmetros curriculares aos nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: História e Geografia** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRIGHENTI, C. A.; SANTOS, R. D. Encobrimento indígena no processo de colonização do oeste do Paraná. **Revista SURES**, Ano: 2017, fev, Número: 9, pág. 113-131.

BRULON, B. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus. **ANAIS DO MUSEU PAULISTA**. São Paulo, Nova Série, vol. 28, 2020, p. 1-30. e1.

BUENO, L. M. R. “Variabilidade Tecnológica nos Sítios Líticos da Região do Lajeado, Médio Rio Tocantins”. **Revista do MAE/ USP**, 2007 p. 49.

BUENO, L.; ISNARDIS, A. (org). **Das pedras aos homens: Tecnologia lítica na Arqueologia brasileira**. Belo Horizonte, MG. Argvmentvm :FAPEMIG; Brasília, DF: CAPES, 2007.

BUENO, L.M.R. As indústrias líticas da região do Lajeado e sua inserção no contexto do Brasil Central. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, 15-16: 37-57, São Paulo, 2005-2006.

BURITY, J. A. **Mudança cultural, mudança religiosa e mudança política: para onde caminhamos?**. In: Cultura e Identidade: perspectivas interdisciplinares / org. Joanildo A. Burity. – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CABEZA DE VACA, A. N. **Naufrágios e Comentários**. Porto Alegre: L&PM, 1999.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar y Salir de la Modernidad**. Editorial Grijalbo, S.A de C.V. México, D. F. 1990.

CARDOSO, J. A.; WESTPHALEN, C. M. **Atlas Histórico do Paraná**. 2 ed. Curitiba: Chain, 1986.

Carta de Atenas, 1931. In: CURY, I. INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL (BRASIL). **Cartas patrimoniais**. 3.ed., rev. e aum. Brasília: IPHAN, 2004. (Edições do Patrimônio)

Carta de Nara, 1994. In: CURY, I. INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL (BRASIL). **Cartas patrimoniais**. 3.ed., rev. e aum. Brasília: IPHAN, 2004. (Edições do Patrimônio).

CASTRO, F. S. R. A experiência participativa da Política Nacional de Educação Museal. In: TOLENTINO, Á. B.; BRAGA, E. O. (orgs.). **Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. – João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016.

CAVALCANTI, H. **O desencontro do ser e do lugar: a migração para São Paulo**. In: Cultura e Identidade: perspectivas interdisciplinares / org. Joanildo A. Burity. – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CHAGAS, M. Educação, Museu e Patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. **Patrimônio: Revista Eletrônica do Iphan**, n. 4, Rio de Janeiro, 2006, p. 1

_____. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. **CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA** Nº 13 – 1999

_____. Um Novo (Velho) Conceito De Museu. **Cad Est. Soc.**, Recife, V. 1 n. 2 p. 183-192, JUL/dez, 1985.

_____. PIRES, V. S. (orgs.) **Território, Museus e Sociedade: práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade**. Rio de Janeiro: UNIRIO; Brasília: Instituto Brasileiros de Museus, 2018.

CHARTIER, R. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo, 2ª edição. DIFEL: Memória e Sociedade, 2002.

CHOAY, F. **A Alegoria do patrimônio**. 4. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

CHUVA, M. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: ____ (Org.) **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 34. Brasília: IPHAN/MinC, 2012, pp. 147-165. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>

COLOMBO, L. O. **Memória: Documentos sobre a Revolta de 61**. Capanema, PR: Igal, 2001.

_____. **No rasto do Burro: Memórias e discursos do “Colono Posseiro”**. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Sociedade na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Foz do Iguaçu, 2013.

Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban, **“Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban,”** Acervo Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em: <https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/items/show/765> , acesso em: 13 nov. 2022.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas: In: CORRÊA, R.L.A. **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

COUCEIRO, S. **Os desafios da História cultural**. In: Cultura e Identidade: perspectivas interdisciplinares / org. Joanildo A. Burity. – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2a Ed. Bauru: EDUSC, 2002. (256p).

CURY, M. X; VASCONCELLOS, C. M. Introdução – Questões indígenas e museus. In: CURY, VASCONCELLOS & ORTIZ (orgs.). **Questões indígenas e museais: debates e**

possibilidades. ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura (SEC), 2012.

CYMBALISTA, R.; FELDMAN, S.; KÜLH, B. M. (Orgs.) **Patrimônio Cultural: Memórias intervenções humanas.** - [1.ed.]. - São Paulo: Annablume: Núcleo de Apoio e Pesquisa São Paulo, 2017.

DECRETO-LEI 25/1937 - Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/> . Acesso em: 07 dez. 2020.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. (Ed.). **Conceitos-chave de Museologia.** Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013.

DIAS, A.S. & HOELTZ, S.E. Indústrias Líticas em Contexto: O Problema Humaitá na Arqueologia Sul Brasileira. **REVISTA DE ARQUEOLOGIA**, Volume 23 - N.2:40-67 – 2010.

DIAS, A.S.; SILVA, F.A. Sistema tecnológico e estilo: as implicações desta interrelação no estudo das indústrias líticas do sul do Brasil. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 11: 95-108, 2001.

DURHAM, E. Texto II. In: ARANTES, Antonio A. (Org.). **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

DUSSEL, E. **1942: O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade.** Conferências de Frankfurt. Tradução: Jaime A. Clasen. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

EITERER, E. **Educação Patrimonial no espaço escolar: discutindo identidade, diversidade, memória e patrimônio cultural** / Edylane Eiterer. – 2013. Orientador: Jorge Nassim Vieira Najjar. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2013.

_____. **Turista na cidade de nascença:** de Portinari a Niemeyer, o patrimônio cultural descoberto na rua Halfeld. In: PELLEGRINI, S.; SCHIAVON, C. (Org.). **Patrimônios Plurais: iniciativas e desafios.** Rio Grande: Editora FURGS, 2016, v.1, p. 149-16

_____.; PEREIRA, J. **A Paisagem em Movimento:** Aulas de Campo e a Ressignificação de Conceitos através da Educação Patrimonial In: Anais da XXXII Semana de História da UFJF (2016) - Simpósio Temático 20 - Memórias da Cidade – O Patrimônio Cultural Urbano como Fonte para o Historiador. Organização Paulo Henrique Silveira Damião. Juiz de Fora, 2016. 1333p. ISSN: 2317-0468.

EMER, I. O. **Desenvolvimento Histórico do Oeste do Paraná e a construção da Escola.** Dissertação de Mestrado em Educação – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro, 1991.

ENNES, M. A.; MARCON, F. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 274-305, abril de 2014.

FERNANDES, L. Política nacional de museus: evolução da gestão museal na última década. **Observatório Itaú Cultural**, 2021.

FERRARO, J. L. S., & GIGLIO, R. (2014). O Museu como espaço de transversalidade. **Educação Por Escrito**, 5(2), 333–345. <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2014.2.17802>

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FLORÊNCIO, S. R.; CLEROT, P.; BEZERRA, J.; RAMASSOTE, R. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2014.

FREIRE, P. 1996. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra. 54pp.

_____. **Educação como prática da Liberdade**. São Paulo: Paz e Terra 1997.

FREINET, C. **As técnicas Freinet da escola moderna**. Lisboa: Estampa, 1975.

FREITAG, L. C. **Extremo - Oeste Paranaense: História Territorial, Região, Identidade e (Re)Ocupação**. Tese de Doutorado em História – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Franca: UNESP, 2007.

FUNARI, P. P. Os desafios da Destruição e conservação do Patrimônio cultural no Brasil. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, 41, PP.23-32, 2001.

GASPAROTTO, L. A. O prédio do Museu é novo ou velho? O prédio do Museu da UFRGS como patrimônio cultural, espaço de educação patrimonial e de fruição. **Aedus** N°. 11, Vol. 4 – Set. 2012.

GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GOMES, A. O.; OLIVEIRA, A. A. R. A construção social da memória e o processo de ressignificação dos objetos no espaço museológico. **MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO** - v.3 n.2 - jul/dez de 2010.

GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940- 1970)**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

GOMES, A. A. O. **Perspectivas interpretativas no estudo das esculturas zoomórficas pré-coloniais do litoral sul do Brasil: uma abordagem preliminar**.

GONÇALVES, J. R. S. As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente. In: TAMASO, I. M.; LIMA FILHO, M. F. (Orgs). **Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos**. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012; pp. 59-73. (14p).

_____. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 264-275, dez. 1988. ISSN

2178-1494. Disponível em: <
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2163/1302>>. Acesso em: 04 Jul.
2020.

_____. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina: 2009, pp. 25-33. (8p).

GRANATO, M.; RIBEIRO, E. S.; ARAÚJO, B. M. Cartas Patrimoniais e a Preservação do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia. **Revista Informação e Informação**, Londrina, v. 23, n. 3, p. 202 – 229, set./dez. 2018.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editores, 2006.

HORTA, M. L. P. **Educação Patrimonial**. v. I e II. Mimeo s/r.

_____.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

INOUE, L. M. O patrimônio urbano e as cartas patrimoniais. **Oculum ens.** | Campinas | 15(2) | 271-286 | Maio-Agosto 2018.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos CNSA / SGPA**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cn0sa> , Acesso em: 28 abr. 2020.0,1

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação**; texto, Sônia Regina Rampim Florêncio et. al. 2016.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e procedimentos**. – Brasília – DF, 2014.

IPHAN. **Cartas patrimoniais: Recomendação Paris**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br> Acesso em: 05 ago. 2021.

IPHAN. **Compromisso de Brasília**, 1970. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf> , acessado em: 21 ago. 2021.

International Council on Monuments and Sites (ICOMOS). **Carta de Veneza**. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. 1964.

LAPA, T. A. Participação popular como estratégia de proteção ao patrimônio edificado relação entre poder público e sociedade civil. **Coletânea: Estado e Sociedade na preservação do Patrimônio**. – Salvador: EDUFBA: IAB. 2013.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão.. [et al.]. – 7º ed. Revista – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LEITE, M. I. Crianças, velhos e museu: Memória e descoberta. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 26, n. 68, p. 74-85, jan./abr. 2006.

_____. Museu: Espaço impulsionador de reconfigurações identitárias docentes. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 32, n. 88, p. 335-350, set.-dez. 2012.

LIFSCHITZ, J. **La Memoria Social y la Memoria Política**, In: Aletheia, Revista de la Maestría en Historia y Memoria de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional de La Plata, 2012. Disponível em: <http://www.fahce.unlp.edu.ar>

LIMA, M. G.; VILLALOBOS, J. U. G. A construção das usinas hidrelétricas e o patrimônio arqueológico no estado do Paraná/Brasil. **La electrificación y el territorio. Historia y futuro.**

LIMA, U. M. **Extrato do depoimento a Delegacia de Polícia em Foz de Iguaçu**. Acervo do Cimi. 1940

LOURENÇO, M. C. F. Museus à grande. In: BATISTA, M. R. (org.). **Mario de Andrade - Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº30/2002.

LOWENTHAL, D. **The heritage crusade and the spoils of History**. New York, Viking, 1997.

_____. Como conhecemos o passado. **Proj. História** - Tradução de HADDAD, L. & MALUF, M., São Paulo, (17), nov. 1998.

MACCARI, N. S. K. **Migração E Memórias: A Colonização Do Oeste Paranaense**. Dissertação de Mestrado em História na Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1999.

MAGALHÃES, A. M.; OLIVEIRA, M. M. Musealização de objetos indígenas no Museu Histórico Nacional. In: Museologia, Patrimônio, Interculturalidade: museus inclusivos, desenvolvimento e diálogo intercultural, Vol. 1. **Seminário de Pesquisa em Museologia dos Países da Língua Portuguesa e Espanhola (IV SIAM)**, (4.: 2013: Rio de Janeiro).

Manifesto de Amsterdã, 1975. In: CURY, I. INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL (BRASIL). **Cartas patrimoniais**. 3.ed., rev. e aum. Brasília: IPHAN, 2004. (Edições do Patrimônio).

MARTINS, R. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MASUZAKI, T. I. A Luta Dos Povos Guarani No Extremo Oeste Do Paraná. **Revista Pegada** – vol. 16, n. especial. Maio/2015.

MEDEIROS, M.C. SURYA, L. **A importância da educação Patrimonial para a preservação do patrimônio**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

MENESES, U. T. B.; ARANTES NETO, A. A.; CARVALHO, E. A.; MAGNANI, J. G. C.; AZEVEDO, P. O. D. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. [Debate]. **Patrimônio: atualizando o debate**. [S.l: s.n.], IPHAN, 2006.

MORAES WICHERS, C. A. Dois enquadramentos, um mesmo problema: Os desafios da relação entre museus, sociedades e patrimônio arqueológico. **Revista de Arqueologia**. Volume 26, N° 2, 2013 / Volume 27, N° 1, 2014.

MOTA, L. T. (org). **História do Paraná: pré-história, colônia e império** - Maringá: Eduem, 2011.

MYSKIW, A. M. **Colonos, Possesores e Grileiros. Conflitos de Terra no Oeste Paranaense (1961/66)**. Dissertação de Mestrado Interinstitucional em História UFF/UNIOESTE. Niterói – RJ, 2002.

NAJJAR, R.; DUARTE, M. C. C. **Manual de Arqueologia Histórica em Projetos de Restauração**. IPHAN, 2002.

NOELLI, F. S. “A presença Guarani desde 2.000 anos atrás: Contribuição para a História da Ocupação Humana no Paraná”. In: ROLIM, Rivail Carvalho; et.all. (Orgs.). **História, Espaço e Meio Ambiente**. Maringá: ANPUH/PR, 2000. Pp. 403-414.

_____. A ocupação humana na região sul do Brasil. **Revista Usp**, n. 44, 1999-2000.

NOGUEIRA, A. G. R. Diversidade e Sentidos do Patrimônio Cultural: uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional. **ANOS 90, Porto Alegre**, v. 15, n° 27, p. 233-255, 2008. <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6745/4047> Acesso em: 05 ago. 2021.

NORA, P.; Tradução: Y. AUN KHOURY. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 10, out. 2012, pp. 7-28 (21p). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 07 dez. 2020.

Normas de Quito, 1967. In: CURY, I. INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL (BRASIL). **Cartas patrimoniais**. 3.ed., rev. e aum. Brasília: IPHAN, 2004. (Edições do Patrimônio)

PADILHA, R. C. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo** – Florianópolis, SC: Fundação Catarinense de Cultura - FCC, 2014.

PARELLADA, C. I. A cerâmica Guarani do Paraná, sul do Brasil. Entrelaçando memória, tecnologia e arte. **Anais do XV Congresso Nacional de Técnicas para Artes e Fogo**. Curitiba – Paraná. 2018.

_____. Paisagens transformadas: a arqueologia de povos Jê no Paraná, sul do Brasil. **R. Museu Arq. Etn.**, 27: 158-167, 2016.

_____. O Paraná espanhol: cidades e missões jesuíticas no Guairá. In: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (org) **Missões: conquistando almas e territórios**, Curitiba: Imprensa Oficial, p.59-80. 2009.

_____. Programa de salvamento arqueológico da usina hidrelétrica de Salto Caxias, Rio Iguaçu, Paraná. **XV SNTPEE – Seminário Nacional de Produção e transmissão de energia Elétrica**. Foz do Iguaçu - Paraná, outubro de 1999.

PEIXOTO, P. **Tudo o que é sólido se sublima no ar: políticas públicas e gestão do patrimônio**. Annablume Editora, São Paulo, 2017.

PELEGRINI, S. C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo 2006, v. 26, nº 51, p. 115-140.

_____, FUNARI, P. P. A. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2013. -- (Coleção Primeiros Passos; 331).

_____. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

_____. **O Patrimônio Cultural e a Materialização das Memórias Individuais e Coletivas**. UNESP FCLAs-CEDAP, v.3, n.1, 2007. P. 01-15.

PELBART, P. P. O que fala através de nós. In: CHAGAS; PIRES. (orgs.) **Território, Museus e Sociedade: práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade**. Rio de Janeiro: UNIRIO; Brasília: Instituto Brasileiros de Museus, 2018.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. (12p). Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 04 Jul. 2020.

POULOT, D. **Museu e Museologia**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. -- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

PRIORI, A., et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012. A história do Oeste Paranaense. pp. 75-89.

RABELLO, S. **O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento**. – Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

RAFAEL, M. **Políticas públicas para o campo museal: um estudo sobre o “Programa de Capacitação Museológica” do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina**. Dissertação de mestrado – Universidade de São Paulo. Museu de Arqueologia e Etnologia. Programa Interunidades em Museologia, 2017.

RADIN, J.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. **História da Fronteira Sul**. -- Chapecó: Ed. UFFS, 2016.

RIBEIRO, S. I. G. T. **Fronteira E Espacialidade: O Caso Dos Guarani No Oeste Do Paraná**. **Revista Varia Scientia** v. 06, n. 12, 2007.

RICCEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François [et. al.]. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RICOBOM, A. E. A Estrada do Colono como agente fragmentador do Parque do Iguaçu. **RA EGA (UFPR)**, Curitiba, v.06, p.139-152, 2002.

RODET, M. J.; TALIM, D. D. Crianças, aprendizes, impropriedades ou inabilidades: os acidentes de lascamento das indústrias líticas do Brasil Central (exemplo do norte do estado de Minas Gerais). **R. Museu Arq. Etn.**, São Paulo, n. 23, p. 129-138, 2013.

RODRIGUES, G. B.; SILVA, B. S. R.; SOLTYS, F. A. Apresentação da indústria lítica do sítio arqueológico Caconde 6. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, Nº14, 2010.

SANTOS, A. C. **Patrimônio Cultural e História Local: A Educação Patrimonial como estratégia de reconhecimento e fortalecimento do sentimento de pertença à cidade de Contagem**. Mestrado Profissional em Educação e Docência Instituição de Ensino: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: EDUSP, 2002. 169 p.

SANTOS, M. S. **A escrita do passado em museus históricos**. – Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006.

SANTOS, R. D.; BARRETO, M. R.; DE MELO, R. F. G. D. Luta e Resistência dos Avá-Guarani no Oeste do Paraná. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**. V. 05, ed. especial, mai., 2019.

SCHMITZ, P.I. Caçadores e coletores da pré-história do Brasil. São Leopoldo: **Instituto Anchieta de Pesquisas/ UNISINOS**. 1984.

SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU – PARANÁ. **Coletânea Histórica de Serranópolis do Iguaçu**. 2008.

SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU – PARANÁ. **Projeto Museu Histórico de Serranópolis do Iguaçu**. 2002.

SILVA, E. P. S. **Um museu comunitário: Plano Museológico no turismo de base comunitária da Ilha Mem de Sá**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo do Instituto Federal de Sergipe, 2019.

SILVA, N. B. **A Contribuição de Mário de Andrade para o Patrimônio Imaterial do Brasil**. Trabalho de conclusão de curso de Bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2012.

SILVA, O. **Toledo e sua história**. Toledo: Prefeitura Municipal, 1988.

SILVEIRA FILHO, O. F. **Pedagogia dos museus: experiências com escolas públicas de Petrópolis**. Universidade Católica de Petrópolis. Centro de Teologia e Humanidades. Mestrado em Educação. Petrópolis, 2013.

SOARES, C. C. M. Espaços Museais, Memória Afro, Identidade e Territorialidade. In: MOLINA, A. H.; LUZ, J. A. R. (orgs). **Museus e Lugares de Memória** – 1º ed. Jundiáí – SP: Paco, 2018. p. 269 – 278.

SOUZA, I. A. N.; THOMPSON, Analucia. A educação Patrimonial no âmbito da Política Nacional de Patrimônio Cultural. In: TOLENTINO, Á. B.; BRAGA, E. O. (orgs.). **Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. – João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016.

TEIXEIRA, C. A. R. A Educação Patrimonial no Ensino de História. **Biblos**, Rio Grande, 22 (1): 199-211, 2008.

THOMPSON, A. Objetos indígenas: do artificial ao imaterial. **Antíteses**, vol. 7, julho-diciembre, 2014, pp.258-281

TOLENTINO, Á. B.; BRAGA, E. O. (orgs.). **Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. – João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016.

TOMAZ, P. C. **Cidade, memória e patrimônio**. 1.ed. - Curitiba: Editora Appris, 2019.

VIANA, K. M. Sistema estadual de museus do paraná: Territorialidades cruzadas no dinamismo dos museus públicos do estado do Paraná (Brasil). **Memória e Informa o**, v. 2 n. 1, n. 1, p. 93-112, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/120406>. Acesso em: 25 out. 2022.

VELHO, G. Patrimônio, Negocia o e Conflito. **Mana** 12 (1): 237-248, 2006.

XAVIER, J. S. **Plano Museológico: Uma discussão para o Museu de Arqueologia Bíblica Paulo Bork do Centro Universitário Adventista de São Paulo**. Disserta o de Mestrado, Programa de Pós-gradua o Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, 2015, 175 p.

ZANIRATO, S. H. **O Patrimônio Cultural em Cidades novas. Leituras da Política Patrimonial Paranaense**. II ENCONTRO CIDADES NOVAS - A CONSTRU O DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS: Mostra de A oes Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País. Centro Universitário Filadélfia – UniFil. Londrina-PR. 13 a 16 out. 2009.

ZATTI, C. **A Estrada do Colono**. Curitiba: Clube dos Autores, 2011. 136p.

ANEXO 1

Mapeamento dos sítios arqueológicos Líticos do Extremo Oeste Paranaense.

Tomando como base dados presentes no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, associado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CNSA-IPHAN).

	Município	Identificação	Objeto	Fase	Tradição	Data registro / Responsável
01	Foz do Iguaçu	Acaraí 2	Lítico Lascado	Pirajuí	Pré-cerâmica	19/01/1969 - Igor Chmyz
02	Foz do Iguaçu	J. Icaraí 4	Lítico Lascado	Pirajuí	Pré-cerâmica	20/01/1969 - Igor Chmyz
03	Foz do Iguaçu	Rio Chapeleira	Lítico Lascado	Pirajuí	Pré-cerâmica	20/01/1969 - Igor Chmyz
04	Foz do Iguaçu	Porto Gomes 1	Lítico Lascado	Pirajuí	Humaitá	11/07/1975 – Igor Chmyz
05	Foz do Iguaçu	Pedreira do Rio Paraná – Sítio Oficina Lítica	Lítico Lascado	Pirajuí	Humaitá	13/07/1975 – Igor Chmyz
06	Foz do Iguaçu	Rio Almada 2	Lítico Lascado	Pirajuí	Humaitá	14/07/1975 – Igor Chmyz
07	Foz do Iguaçu	Lagoa 1	Lítico Lascado	Pirajuí	Humaitá	15/07/1975 – Igor Chmyz
08	Foz do Iguaçu	Casa Abandonada	Lítico Lascado	Ipacarái	Pré-cerâmica	19/07/1975 – Igor Chmyz
09	Foz do Iguaçu	Torre Metálica 1	Lítico Lascado	Pirajuí	Humaitá	25/07/1975 – Igor Chmyz
10	Foz do Iguaçu	Torre Metálica 2	Lítico Lascado	Pirajuí	Humaitá	25/07/1975 – Igor Chmyz
11	Foz do Iguaçu	Córrego da Piscina 1	Lítico Lascado	Ipacarái	Pré-cerâmica	25/07/1975 – Igor Chmyz
12	Foz do Iguaçu	Córrego da Piscina 2	Lítico Lascado	Pirajuí	Humaitá	25/07/1975 – Igor Chmyz
13	Foz do Iguaçu	Porto Gomes 2	Lítico Lascado	Vinitu	Pré-cerâmica	17/07/1975 – Igor Chmyz

14	Foz do Iguaçu	Córrego da Piscina 3	Lítico Lascado	Vinitu	Pré-cerâmica	25/07/1975 – Igor Chmyz
15	Foz do Iguaçu	Precendo 1	Lítico Lascado	Pirajuí	Humaitá	11/07/1976 – Igor Chmyz
16	Foz do Iguaçu	Precendo 2	Lítico Lascado	Pirajuí	Humaitá	11/07/1976 – Igor Chmyz
17	Foz do Iguaçu	Arroio 1	Lítico Lascado	Pirajuí	Humaitá	11/07/1976 – Igor Chmyz
18	Foz do Iguaçu	Arroio 2	Lítico Lascado	Pirajuí	Humaitá	11/07/1976 – Igor Chmyz
19	Foz do Iguaçu	Agostine	Lítico Lascado	Pirajuí	Humaitá	12/07/1976 – Igor Chmyz
20	Foz do Iguaçu	Gerhard	Lítico Lascado	Pirajuí	Humaitá	14/07/1976 – Igor Chmyz
21	Foz do Iguaçu	Gerhard 3	Lítico Lascado	Pirajuí	Humaitá	13/07/1976 – Igor Chmyz
22	Foz do Iguaçu	Rosatto 1	Lítico Lascado	Pirajuí	Humaitá	19/07/1976 – Igor Chmyz
23	Foz do Iguaçu	Rosatto 2	Lítico Lascado	Pirajuí	Humaitá	19/07/1976 – Igor Chmyz
24	Foz do Iguaçu	Rosatto 8	Lítico Lascado	Ipacarái	Pré-cerâmica	22/07/1976 – Igor Chmyz
25	Foz do Iguaçu	Rosatto 9	Lítico Lascado	Pirajuí	Humaitá	23/07/1976 – Igor Chmyz
26	Foz do Iguaçu	Arroio fundo 1	Lítico Lascado	Pirajuí	Humaitá	24/07/1997 Igor Chmyz
27	Foz do Iguaçu	Arroio fundo 2	Lítico Lascado	Pirajuí	Humaitá	24/07/1976 – Igor Chmyz
28	Foz do Iguaçu	Pomba Coê 1	Lítico Lascado	Pirajuí	Humaitá	26/07/1976 – Igor Chmyz
29	Foz do Iguaçu	Pomba Coê 2	Lítico Lascado	Pirajuí	Humaitá	26/07/1976 – Igor Chmyz
30	Foz do Iguaçu	Olho D'Água	Lítico Lascado	Pirajuí	Humaitá	08/08/1976 – Igor Chmyz
31	Foz do Iguaçu	Córrego braço do Jacutinga 1	Lítico Lascado	Tatuí	Pré-cerâmica	12/07/1978 – Igor Chmyz

32	Foz do Iguaçu	Urutu	Lítico Lascado	Tatuí	Pré-cerâmica	22/07/1978 – Igor Chmyz
33	São Miguel do Iguaçu	Itavó	Lítico Lascado	Pirajuí	Humaitá	07/04/1977 – Igor Chmyz
34	São Miguel do Iguaçu	Rio Ocoí 1	Lítico Lascado	Vinitu	Pré-cerâmica	19/07/1978 – Igor Chmyz
35	Céu Azul	MA 39 LT 525kV Foz-Cascavel	Lítico Lascado	Caçadores-coletores	Humaitá	27/11/2009 – Claudia Inês Parellada
36	Céu Azul	MA 40 LT 525kV Foz-Cascavel	Lítico Lascado		Itararé-Taquara	27/11/2009 – Claudia Inês Parellada
37	Céu Azul	Fazenda Vutu 1	Lítico Lascado		Tupi Guarani	27/11/2009 – Claudia Inês Parellada
38	Céu Azul	Bunge 1	Lítico Lascado		Tupi Guarani	27/11/2009 – Claudia Inês Parellada
39	Céu Azul	Foz Cascavel I	Lítico Lascado			27/11/2013 – Saul Eduardo Seiguer Milder
40	Cascavel	Torre 115 LT525 Cascavel - Caxias	Lítico Lascado		Itararé-Taquara	01/11/2000 – Claudia Inês Parellada
41	Cascavel	Torre 121 LT525 Cascavel - Caxias	Lítico Lascado		Itararé-Taquara	01/11/2000 – Claudia Inês Parellada
42	Cascavel	Torre 127 LT525 Cascavel - Caxias	Lítico Lascado		Itararé-Taquara	01/11/2000 – Claudia Inês Parellada
43	Cascavel	Vão entre torres 111 e 112	Lítico Lascado		Itarapé	01/11/2000 – Claudia Inês Parellada

44	Cascavel	PR-CA-TORRE21	Lítico Lascado	Indeterminada	Gê do Sul ou Tupi Guarani	26/09/2013 – Marco Aurélio Nadal De Masi
45	Matelândia	ACESSO A MV 24 LT 525kV Foz-Cascavel	Lítico Lascado	Caçadores-coletores	Umbu	28/11/2009 – Claudia Inês Parellada
46	Matelândia	MV 23 LT 525kV Foz-Cascavel	Lítico Lascado		Itararé-Taquara	28/11/2009 – Claudia Inês Parellada
47	Medianeira	MA 21 LT 525kV Foz-Cascavel	Lítico Lascado		Itararé-Taquara	29/11/2009 – Claudia Inês Parellada
48	Capanema	Ouro Azul	Lítico Lascado			10/03/2010 – Alfredo Cardeal Filho e Antonio Cavaleiro
49	Capanema	Vaca Branca	Lítico Lascado			2004 – Alfredo Cardeal, Júlio Thomaz e Solange Caldarelli
50	Medianeira	Foz Cascavel III	Lítico Lascado			27/11/2013 – Saul Eduardo Seiguer Milder
51	Matelândia	Foz - Cascavel II	Lítico Lascado			27/11/2013 – Saul Eduardo Seiguer Milder
52	Céu Azul	Foz Cascavel I	Lítico Lascado			27/11/2013 – Saul Eduardo Seiguer Milder
53	Cascavel	Torre 21	Lítico Lascado			23/12/2013 – Marco Aurelio Nadal De Masi

54	Matelândia	ST -LTLAR - 01	Lítico Lascado			2018 – Antonio Carlos Mathias Cavalheiro
----	------------	-------------------	-------------------	--	--	--

Fonte: Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos CNSA / SGPA, **In. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível através do site eletrônico: <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa> , data de acesso, 28/04/2020.

ANEXO 2

(Des)colonizando o Iguçu: trajetória reversa da ocupação do território do Oeste do Paraná.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

O PROJETO

A História do museu

O acervo

OBJETIVOS

A LOCALIZAÇÃO

Espaço para a realização da mostra

A PROPOSTA

Organização da mostra

Atividades

Programação

APRESENTAÇÃO

Em uma perspectiva de ressignificação museal, com a criação de um circuito itinerante em espaço livre, contando com um percurso que fosse na linha cronológica de retorno ao tempo. Estaríamos pensando na descolonização do espaço, na desocupação regressiva, recuando no tempo (partindo da atualidade até a pré-colonização). Em síntese, a ressignificação do espaço museal surge como uma estratégia para aproximar a população da memória, da história e do acervo do museu.

Na missão de ressignificar a visão que a população tem sobre o museu, para que seja visto como um espaço de trocas, devemos apontar quais seriam as possibilidades para o uso do acervo do museu. Identificamos a realização de um Projeto pedagógico como um exercício fundamental, para as escolas trabalharem com a história e a memória do município, além da possibilidade de apropriação e uso do acervo do museu. Intensificando a articulação de passos e estratégias para que o passado indígena seja inserido na história do município. Dessa forma, as ações pedagógicas seriam incluídas no currículo escolar, promovendo a articulação entre as instituições (Escola-Museu).

O perfil do museu pode ser considerado como de acervos históricos, antropológicos e etnográficos, porque retratam os processos migratórios e colonizatórios do município, sendo basicamente formado por elementos constituídos pela história da migração, objetos de uso doméstico e utensílios de trabalho agrícola, considerados como pioneiros do município. Também pode-se caracterizar a representação da história dos povos indígenas que habitaram na região antes da colonização.

Assim, para a manutenção da história do município, enfatiza-se a necessidade da preservação e conservação do acervo do museu, buscando impulsionar políticas públicas da área museal que tornem possível a salvaguarda do patrimônio municipal. Nesse sentido, é fundamental a elaboração de um Plano de Gestão para o Museu Municipal de Serranópolis do Iguaçu, visando normatizar as atividades e os procedimentos técnicos. É preciso pensar em estratégias que estimulem novas leituras, novos discursos e uma reconstrução de realidades, a partir de ações participativas buscando a integração da comunidade junto ao bem cultural.

Destacamos que narrativa apresentada pelo museu, segue os padrões do nacionalismo, valorizando a colonização, e, neste sentido, pontuamos que a história indígena também deve aparecer. Além disso, certificamo-nos que comunidade é definida como um conjunto de

pessoas que pensam semelhante, inclusive, a união dos munícipes foi importante para luta e resistência em episódios históricos.

A realização de uma exposição museal, que chamaríamos de: (Des)colonizando o Iguaçu: trajetória reversa da ocupação do território do oeste do paraná, em uma perspectiva de ressignificação museal, com a criao de um circuito itinerante em espaço livre, contando com um percurso que fosse na linha cronológica de retorno ao tempo. Para isso, estaríamos pensando na descolonizao do espaço, na desocupao regressiva, recuando no tempo (partindo da atualidade até a pr-colonizao).

Apresentamos a Educao Patrimonial como um processo permanente de construo coletiva do conhecimento para a compreensão histórica e cultural que envolveu a formao do Município de Serranópolis do Iguaçu (PR), em conjunto com a comunidade, buscando compreender, preservar e valorizar os aspectos de sua herança cultural e de toda a história que os envolve. Nessa linha,  de grande importância se promover um diálogo entre os indivíduos e os patrimônios culturais, centrando sua história, sua identidade e as relaoes com a memória coletiva.

De antemão, aponta-se a relevância em manter no museu um espaço de constante diálogo com a comunidade envolvida em sua história, pela relaoo direta entre o passado e o presente, além de preservar a história e a memória de um grupo social.

Nesse sentido, analisar a presença indígena no município a partir da investigao da documentao contida no museu era fundamental, pois nunca houve pesquisa arqueológica que se debruçasse sobre esses artefatos líticos. O objetivo maior era promover reflexoes sobre um processo de ressignificao dos aspectos identitários da comunidade de Serranópolis do Iguaçu em relaoo aos povos indígenas que habitaram o território no passado.

O PROJETO

A História do museu

O Museu Municipal de Serranópolis do Iguaçu foi criado no dia 23 de dezembro de 1998, através da Lei N 054/98, e foi nomeado como Museu Municipal Edson Bloemer, em homenagem a um aluno que faleceu tragicamente no ambiente escolar em uma das escolas de educao infantil no interior do município. O museu tinha como principal objetivo a coleta, a

catalogação, a exposição para visitação pública e a preservação dos bens de valor histórico, cultural e paisagístico do município.

O Projeto Museu Histórico de Serranópolis do Iguaçu, de 2002, surgiu com a finalidade de implantar no museu um espaço onde fossem coletados, conservados, pesquisados, documentados e expostos objetos que preservassem a memória do município. Grande parte de seu acervo foi composto por objetos doados por moradores e a expectativa em relação a isso era de que a população obtivesse um envolvimento em respeito à conservação do patrimônio municipal (Serranópolis do Iguaçu – Paraná, 2002).

Atualmente o Museu Municipal Edson Bloemer encontra-se inativo por ausência de políticas públicas de salvaguarda, promoção e divulgação do patrimônio municipal. O museu conta primordialmente com utensílios utilizados por colonizadores migrantes, famílias alemãs e italianas provenientes dos Estados de Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS), a partir da década de 1950, e uma pequena coleção de peças líticas, em pedra polida, que foram encontradas em propriedades rurais no interior do município. Tais objetos, contudo, provavelmente relacionados a grupos indígenas pré-coloniais, nunca foram analisados e sequer possuem a correta identificação, codificação, cadastramento e, conseqüentemente, catalogação.

O acervo

De acordo com o registro das peças do Museu Municipal Edson Bloemer, podemos identificar utensílios domésticos, instrumentos de trabalho, livros e artefatos líticos. Há um livro que demonstra quem foram os doadores e suas contribuições, material importante para manter o acervo documentado com as informações do uso de cada peça antes de ir para o museu e quem foi o doador.

Imagem 1 - Acervo do museu municipal



Fonte: Acervo Pessoal, 21 de julho de 2021.

A colonização do município de Serranópolis do Iguaçu teve seu início no ano de 1954, através da instalação da Colonizadora Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda, quando fundaram o perímetro urbano de Flor da Serra, atual bairro do município. A partir desse ano, iniciaram-se as demarcações de terras e, conseqüentemente, instalação de colonos que migravam dos outros estados da região sul do Brasil. O município é dividido em comunidades rurais e dois bairros centrais, dentre eles Jardinópolis, que foi ocupado por agricultores que também migraram do Sul e tomaram posse da Gleba Silva Jardim, localidade que determinou o conflito da Revolta de 61. A Revolta ocorreu quando o município ainda pertencia ao município de Medianeira, sendo um enfrentamento histórico que permanece vivo na memória dos munícipes da região.

A preparação da terra era baseada na retirada da vegetação nativa, que basicamente era formada por árvores de grande porte, para então arar a terra com bois e começar a semeadura. Em geral, cultivava-se milho, arroz, feijão, mandioca, batatas, trigo, entre outros. Toda a produção era armazenada e usada para consumo da família durante o ano. Quando a produção era maior do que poderiam consumir, era usada como moeda de troca por outros itens.

Imagem 2 – Acervo do Museu



Fonte: Acervo Pessoal, 21 de julho de 2021.

Nos objetos utilizados no processo de instalação e preparação das roças, verifica-se uma enxada, uma galopa (utilizada para plainar madeira), um estribo e ferraduras, um facão, uma foice, um periquito (utilizado para rolar madeira), uma picareta, uma enxó (utilizado para fraquejar madeira), uma plaina de madeiras, um tosquiador, uma mão de pilão, um debulhador de milho, um quebrador de milho, um pulverizador costal e um motosserra.

Imagem 3 – Visão geral do acervo do museu



Fonte: Acervo Pessoal, 19 de julho de 2019.

Levando em consideração que o processo de colonização foi permeado a partir da migração de famílias de outros estados e que, na maioria das vezes, essas famílias não se conheciam, mas passaram por semelhantes dificuldades de instalação e adaptação, com o passar dos anos, foram formando uma nova estrutura social, baseada em diferentes aspectos culturais, porém, fundamentais para construção de um projeto de identidade cultural.

De uso doméstico, há um moedor de café, uma chaleira de ferro, uma máquina de costura, uma chapa de fogão a lenha, um fumigador, uma panela de ferro, um ralador de mandioca, uma gamela, uma lamparina e um relógio de parede.

A coleção bibliográfica do acervo conta com livros escritos em alemão, obras de referência como dicionários, obras de medicina natural e alguns livros sobre Literatura Brasileira.

Imagem 4 – Acervo de livros do museu



Fonte: Acervo Pessoal, 21 de julho de 2021.

Em relação à Revolta de 61, há apenas dois projéteis de fuzil, que, segundo o doador, pertenceram aos soldados envolvidos no conflito. As demais peças do acervo são materiais líticos, alguns machados e boleadeira indígenas, que foram encontrados pelos agricultores durante a preparação da terra para plantio, porém, não há nenhum registro de localidade, datas e nem contexto em que foram encontrados.

A revolta ocorreu em 02 de julho de 1961, quando as famílias de colonizadores tiveram suas terras declaradas como propriedades de instituições privadas. Sendo assim, cada qual deveria pagar para ter acesso legal às terras já ocupadas, garantindo o direito de posse, o que gerou uma grande insatisfação por toda a região, pois os colonos já haviam comprado esse direito logo que chegaram ao município.

Nesta data, homens fardados chegaram à região com o propósito de tomar posse do local. Os colonos já os esperavam armados, com o objetivo de proteger suas terras. Durante o combate, morreram 23 soldados de jagunços e apenas 1 colono. Com isso, os colonos saíram como vencedores do confronto, oficializando sua posse sobre as propriedades.

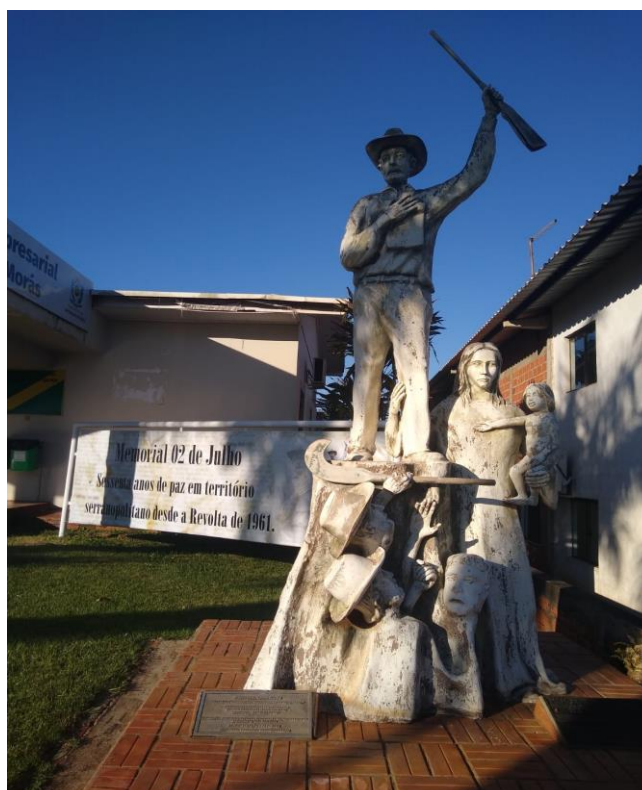
Posteriormente, no ano de 1962, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), atual Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), passou a demarcar o território e a expedir os títulos definitivos para os agricultores posseiros que ainda não o

possuíam, regularizando a posse das propriedades, além de continuar o processo de ocupação do perímetro urbano de Jardimópolis⁸⁸.

A Revolta de 61 foi fundamental para a oficialização das posses de terras no atual município de Serranópolis do Iguaçu. Conforme afirma Colombo, grande parte das terras pertencentes à Gleba Silva Jardim foi ocupada por colonos posseiros antes do ano de 1960 e os conflitos gerados no ano de 1961 foram provocados por parte das empresas buscando reaver esse território, pois os Colonos compravam um pedaço de terra que não possuíam um documento justo.

Em 2001, após 40 anos do confronto, a Prefeitura Municipal de Serranópolis homenageou os pioneiros do município que atuaram e garantiram a permanência de muitas famílias no local. Uma estátua foi construída como parte de um memorial na rua principal do bairro de Flor da Serra, em frente ao Centro Empresarial Avelino Morás, onde também se encontra o Museu Municipal Edson Bloemer.

Imagem 5 – Estátua do memorial da Revolta de 61



Fonte: Acervo Pessoal, 29 de junho de 2021.

⁸⁸ Informações retiradas do Histórico do Município de Serranópolis do Iguaçu. Disponível em: <http://www.serranopolis.pr.gov.br/municipio/7/hista%EF%BF%BDrico>. Acesso em: 02 dez. 2021.

A imagem representa a memória de um episódio que marcou a história de muitas famílias que residiam no município e participaram da revolta. A escultura original do memorial da Revolta de 61 era de madeira e foi confeccionada pelo artesão João do Formão, que residia no município de Itaipulândia (PR). Esse artesão utilizou a madeira de peroba por ser representativa para os revoltosos. O colono representado está comemorando a vitória com sua arma e ao lado de sua família, demonstrando grande representatividade simbólica sobre a conquista da terra e a proteção dos familiares.

Devemos enfatizar a necessidade de criação de um memorial sobre os conflitos gerados em defesa da Estrada do Colono, também conhecida como Caminho do Colono, era um caminho que ligava os municípios de Capanema a Serranópolis do Iguaçu, com um percurso de 17,6km e 12m de largura, que passava dentro do Parque Nacional do Iguaçu, além do trajeto sobre o Rio Iguaçu, que era feito em balsa.

No ano de 1986, o Parque Nacional do Iguaçu foi inscrito como Patrimônio Natural Mundial pela UNESCO. Esse acontecimento foi o marco central para que mudassem as políticas e então decidissem pelo fechamento da Estrada do Colono. Atualmente, se destacam pela criação de um programa que incentiva e auxilia nas pesquisas sobre a Proteção e Valorização do Patrimônio Natural.

Foram formadas diversas frentes para tentar reabrir a estrada legalmente foram organizadas pelos municípios lindeiros⁸⁹, entre elas estava a criação da Associação de Integração Comunitária Pró-Estrada do Colono – AIPOPEC, em 18/10/1986, com o objetivo de promover a integração regional e a defesa dos interesses comuns aos municípios integrantes.

É importante reforçar que a luta pela permanência da Estrada do Colono seria um segundo momento de união e força desses mesmos colonizadores para manterem a estrada que serviu de passagem para a povoação da Região Oeste do Paraná, e vinha sendo usada como um elo para a manutenção da integração da Região Oeste com a Região Sudoeste.

No museu há uma diversidade de objetos líticos presentes no museu, porém, não existe nenhuma pesquisa arqueológica que indique sua origem e função, tampouco o local onde foram encontrados. Na catalogação e informação dos doadores dos objetos, observamos que em algum momento alguma dessas peças foram tratadas como pedras de pilão.

⁸⁹ São 14 municípios lindeiros ao Parque Nacional do Iguaçu: Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Serranópolis do Iguaçu, Matelândia, Ramilândia, Céu Azul, Vera Cruz do Oeste, Santa Tereza do Oeste, Santa Lucia, Capitão Leônidas Marques e Capanema.

Durante o contato com a comunidade, constatamos que vários moradores locais possuíam peças arqueológicas coletadas durante os trabalhos de roças. Nos dando possibilidade para projetos de pesquisas futuros.

Imagem 6 – Acervo de materiais líticos do museu



Fonte: Acervo Pessoal, 19 de julho de 2019.

Mesmo sendo um assunto que muito se tem a discutir, poucos são os documentos que relatam a presença de indígenas na região do Oeste do Paraná. Emer (1991) sinaliza a inexistência de relatos sobre conflitos que envolvessem os colonizadores migrantes e os indígenas que habitavam na região e enfatiza: “um outro aspecto que chamou atenção foi a inexistência de relatos de confrontos entre índios e os grupos pioneiros da ocupação e colonização do Oeste do Paraná. Não havia índio na região?” (EMER, 1991, p. 02).

Essa crítica alimenta a reflexão sobre se realmente não havia povos indígenas na região ou se o que houve foi um processo de apagamento da memória sobre a existência desses grupos, o que era reforçado por um discurso de justificativa para a ocupação das terras.

Na imagem a seguir, percebemos um moedor de milho, uma canga de boi, uma máquina de costura e fotografias referentes à instalação pós-colonização. São elementos que

possibilitam a compreensão de como aconteceu o processo de instalação durante a colonização das novas terras.

Imagem 7 – Utensílios usados no cotidiano das famílias de colonos.



Fonte: Acervo Pessoal, 19 de julho de 2019.

OBJETIVOS

Objetivamos assim, para a manutenção da história do município, enfatiza-se a necessidade da preservação e conservação do acervo do museu, buscando impulsionar políticas públicas da área museal que tornem possível a salvaguarda do patrimônio municipal. Nesse sentido, é fundamental a elaboração de um Plano de Gestão para o Museu Municipal de Serranópolis do Iguaçu, visando normatizar as atividades e os procedimentos técnicos. É preciso pensar em estratégias que estimulem novas leituras, novos discursos e uma reconstrução de realidades, a partir de ações participativas buscando a integração da comunidade junto ao bem cultural.

Enfatiza-se também a necessidade de implantação de cursos formativos sobre estudos museológicos para professores da rede de ensino, procurando uma relação ativa entre a comunidade e o museu. Uma proposta de Plano Museológico deve ser pensada com a ajuda da comunidade, buscando entender qual a percepção que os professores e a população têm sobre Patrimônio Cultural, Memória e Identidade, objetivando a compreensão e a conscientização de que o Patrimônio Cultural envolve os costumes e tradições, definidos pela cultura do grupo social e, dessa maneira, procurar desenvolver pesquisas que envolvam a História Oral, trabalhando com os aspectos da memória social considerados importantes para o coletivo.

A LOCALIZAÇÃO

Espaço para a realização da exposição, as peças estarão expostas em um local aberto, o acervo deverá ser separado por temas. A ideia é que sejam montadas algumas tendas, com as bancadas expositivas e os totens explicativos.

Imagem 8 – Local onde se encontra o museu



Fonte: Centro Empresarial Avelino Morás, 2014.⁹⁰

⁹⁰ Centro Empresarial da Prefeitura Municipal de Serranópolis do Iguçu – PR. Disponível em: <https://www.serranopolis.pr.gov.br/noticias/1184/centro-empresarial-esta-com-salas-a-disposicao> , Acesso em 13 dez. 2022.

Realizamos a demonstração da localização de onde está o museu municipal e de onde aconteceria a exposição.

Imagem 9 – Mapa com a localização do prédio.



Fonte: Adaptado, Google Maps, 13 dez. 2022.

Atualmente, o museu encontra-se desativado, somente pessoas autorizadas tem acesso a sala onde o acervo se encontra.

O museu encontra-se sem um prédio próprio ou instalações apropriadas para o atendimento ao público. É importante salientar que há um descaso por parte das administrações municipais, já que não se sabe afirmar há quantos anos o museu está desativado, mostrando uma sequência de anos de ausência de políticas públicas que o tivessem como objeto.

A PROPOSTA

Organização da mostra

Essa exposição representa uma nova compreensão das infinitas possibilidades que o acervo do museu pode articular, do seu poder de representação, da sua ressignificação e do seu potencial comunicacional, através da aproximação do público local com o museu e a sua trajetória.

A exposição será organizada em um espaço aberto, possibilitando ao pesquisador uma organização dos objetos no espaço.

O layout proposto se remete a um retorno pela história do município, uma forma de relembrar os modos de vida e fazer o cotidiano a partir de seus objetos. Nas bancadas expositivas, estarão os objetos líticos, com um quadro explicado sobre os objetos,

Atividades

A participação dos alunos no desenvolvimento das atividades é essencial, para que possam observar e interpretar o mundo que os rodeia, estimulando, impulsionando e subsidiando a geração de pesquisas e estudos que levem a discussões além dos muros das escolas, interagindo e englobando os familiares dos alunos. Além de registrar o máximo de detalhes que for possível, a utilização de fotografias familiares também pode contribuir para fazer as observações em relação às experiências vividas.

Imagem 10 – Exemplo de bancada expositiva



Fonte: Exposição Carta Aberta – Correspondências na prisão, 2017.⁹¹

⁹¹ Memorial da Resistência de São Paulo. Disponível em: <http://memorialdaresistencia.org.br/exposicoes/carta-aberta/> , Acesso em 13. Dez. 2022.

A exposição possuirá a disposição de totens com informações de fatos históricos, detalhando os acontecimentos sediados no município e sobre a história dos povos indígenas que ali habitavam.

Imagem 11 – Exemplo de totem para a mostra



Fonte: Exposição sobre o Museu de Café de Santos, 2020.⁹²

PROGRAMAÇÃO

A exposição prevê uma equipe de departamento educativo, permitindo o desenvolvimento de atividades, cria-se um ambiente de proposta interativo, através da montagem de uma exposição de caráter temporária, seria de apenas uma semana. Com as peças colocadas em fileiras, seguindo a ordem decrescente da colonização, rompendo com as influências europeias e tradicionais, sobrepondo a história dos povos indígenas até a atualidade esquecida.

Aconteceria no mês de setembro, mês que se comemora o aniversário de emancipação política do município. Podendo ser reincorporado no centro de exposições durante as festividades do “Arrancadão de Jericos”, festa anual que normalmente acontece no mês de novembro.

Primeiramente, a exposição estaria em um local aberto, possibilitando a visitação de estudantes e visitantes. As visitas guiadas e explicativas aconteceriam em horários

⁹² Exposição na Estação de Santo Amaro. Disponível em: <https://culturaefutebol.wordpress.com/2020/07/09/exposicao-sobre-o-museu-de-cafe-de-santos-na-estacao-santo-amaro/>, Acesso em: 13 dez. 2022.

programados. Além, de serem organizadas palestras e oficinas, aproximando a comunidade do objeto de pesquisa.

ANEXO 3

Formulário de Entrevistas

A participação comunitária no processo de colonização e em episódios históricos do município de Serranópolis do Iguçu – Paraná. A coleta dos dados se dará através de questionários on-line e com participante anônimo, dessa forma, utilizaremos o ambiente virtual para a coleta de dados para o desenvolvimento desta pesquisa, tendo em mente todos os cuidados e as estratégias metodológicas para abordar os assuntos com os participantes de caráter sigiloso. Com objetivo de observar as informações, comparar a diversidade de pensamentos e comentários sobre um mesmo episódio, possibilitando as diferentes versões sobre a história através da memória e da identidade social.

Esta etapa da pesquisa será exclusivamente a partir de um questionário on-line, com perguntas diversas sobre a história do município, através de um formulário em uma plataforma digital que permitirá participar quem tiver interesse, desde que seja morador ou ex-morador no município de Serranópolis do Iguçu – PR. Parte da pesquisa se trata de vestígios arqueológicos que compõe o acervo do museu, e as pesquisas indicam que seriam de povos indígenas habitavam na região, porém atualmente não há no município nenhuma comunidade indígena, então, neste momento não estaremos direcionando o formulário para esse grupo social e sim aos colonizadores que encontraram os objetos.

Os procedimentos e métodos a serem utilizados no decorrer da pesquisa, destacamos que as entrevistas serão direcionadas através da Plataforma do Google Forms, como estratégia para alcançar um número maior de participantes e levando em consideração o distanciamento social ocasionado pela Pandemia do Covid19.

As perguntas do formulário on-line serão principalmente sobre episódios históricos que aconteceram no município, além das perguntas voltadas para a história da colonização e a vida destas famílias em um local totalmente novo e diferente de suas origens. Com base nisto, teremos elementos possíveis de identificar a identidade e características que esta população possui atualmente. Além de demonstrar as modificações que a paisagem do município teve ao longo destes 70 anos.

1 - DADOS PESSOAIS

Gênero: () Feminino () Masculino

Idade? _____

Escolaridade? _____

Profissão ou área de atuação?

Você reside em Serranópolis do Iguaçu?

() Sim () Não

Se sim, quanto tempo? _____

2 – SOBRE O MUSEU

Já foi a algum museu? () Sim () Não

Você considera um museu importante? Por quê?

Pensando em museu, quais peças você acha que deveriam estar disponibilizadas para contar a história da comunidade?

() Vestuário

() Cerâmica

() Artesanato

() Artefatos de cozinha

() Instrumentos de Trabalho.

() Fotografias

() Outro: _____

Você contribuiu para formação do Museu municipal de Serranópolis do Iguaçu? Se sim, como?

Você conheceu o museu Municipal?

Teria alguma peça que gostaria de doar para a composição do acervo?

() Sim () Não

Qual?

Qual valor que essa peça tem para a sua memória?

Quais informações sobre a história do município você gostaria de compartilhar?

3 - SOBRE A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO

- Desde que ano sua família reside em Serranópolis do Iguaçu?
- Migraram de qual município/Estado?
- São descendentes de?
- Havia povos indígenas morando por aqui?
- Têm alguma informação sobre a presença de povos indígenas no município?
- O que você sabe sobre a Revolta de 61?
- Alguém da sua família participou do confronto?
- E qual é o seu posicionamento sobre o fechamento da Estrada do Colono?
- Participou de alguma ação para a permanência da abertura da Estrada do Colono?
- Gostaria de compartilhar alguma informação dos momentos vividos?